

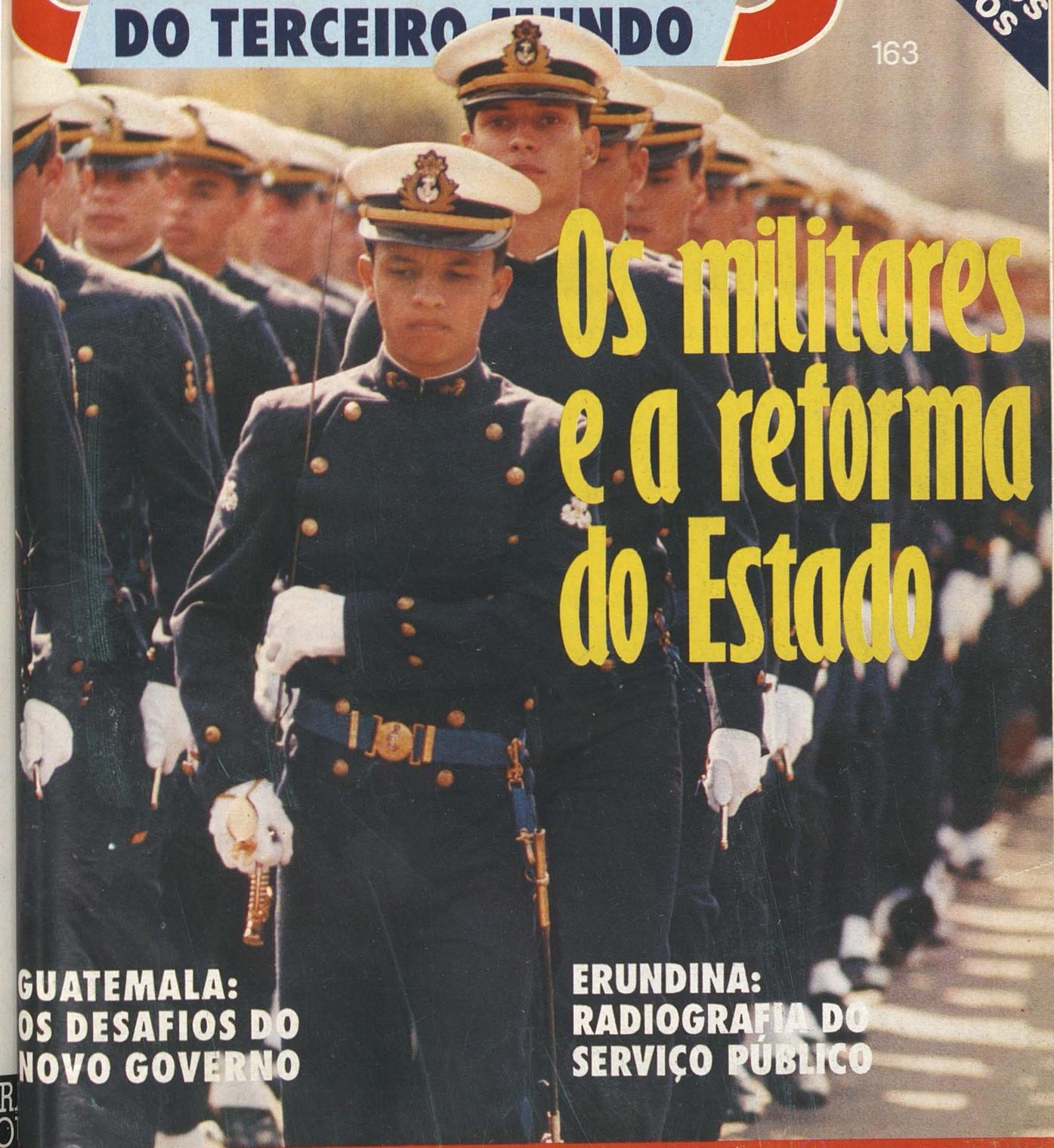
PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XVI Cr\$ 160.000,00

# CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

O DRAMA DOS  
REFUGIADOS

163

## Os militares e a reforma do Estado



GUATEMALA:  
OS DESAFIOS DO  
NOVO GOVERNO

ERUNDINA:  
RADIOGRAFIA DO  
SERVIÇO PÚBLICO

CUBA: RESISTINDO AOS FURACÕES



# Como construir até bancos de praça sem ter que esperar sentado.

Que argamassa armada é a mistura de cimento, areia e tela de aço muita gente sabe. Que as construções feitas de pré-moldados em argamassa armada têm um custo e um prazo muito menores do que os das obras convencionais também é do conhecimento de muitos.

Mas o que pouca gente sabe é que a Riocop, pioneira no Brasil no uso dessa tecnologia, é líder também na América Latina. Pois é. Ela é a primeira em volume de produção de argamassa armada e a única a fabricar a própria tela que utiliza nos pré-moldados. Mas não fica só nisso. A Riocop, dentre as empresas de seu setor, é a que

detêm a mais avançada tecnologia e o melhor controle de qualidade da produção.

Hoje a Riocop está estruturada para realizar todas as etapas de construção — projeta, fabrica a argamassa, transporta, monta e faz até os acabamentos — com acompanhamento de computadores, e com sua avançada tecnologia pode, inclusive, instalar fábricas em outros lugares do Brasil.

Da próxima vez, antes de construir, entre em contato com a gente. Além das vantagens já conhecidas, você vai colocar sua obra nas mãos de uma empresa cuja tecnologia faz a América Latina se curvar.

**RJ** GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

**RIOCOP**

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS

BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro  
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

# MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

presente, todos os meses, pelo menos 3 pessoas  
ara conhacerem "cadernos".

odem ser seus amigos(as), alunos(as),  
professores(as), colegas de curso ou trabalho. O  
portante é que sejam pessoas que vão gostar de  
er a nossa diferença".

## COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

S pessoas indicadas receberão 1 exemplar  
le arquivo) da revista.

ara cada uma que se tornar assinante você  
anha 1 livro de sua escolha, dentre os livros  
rinde do mês.

### BRINDES DO MÊS



#### INDICAÇÕES:

- Nome: .....  
End: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... UF: .....  
CEP: ..... Tel: .....  
Em relação ao remetente o indicado é:  
( ) amigo(a) ( ) colega de trabalho ( ) professor  
( ) aluno(a) ( ) colega de curso

- Nome: .....  
End: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... UF: .....  
CEP: ..... Tel: .....  
Em relação ao remetente o indicado é:  
( ) amigo(a) ( ) colega de trabalho ( ) professor  
( ) aluno(a) ( ) colega de curso

- Nome: .....  
End: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... UF: .....  
CEP: ..... Tel: .....  
Em relação ao remetente o indicado é:  
( ) amigo(a) ( ) colega de trabalho ( ) professor  
( ) aluno(a) ( ) colega de curso

#### REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado  
tornar-se assinante por intermédio de mala  
direta oriunda desta promoção, desejo como  
brinde, pela ordem:

#### Código do brinde

1º (.....) 2º (.....) 3º(.....)

Nome: .....  
End: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... UF: .....  
Cep: ..... Tel: .....  
Profissão: .....  
Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Sou:  leitor de banca  
 assinante da revista  
 indicado por leitor

#### Assinatura do remetente

#### IMPORTANTE:

1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira.  
Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º  
remetente.

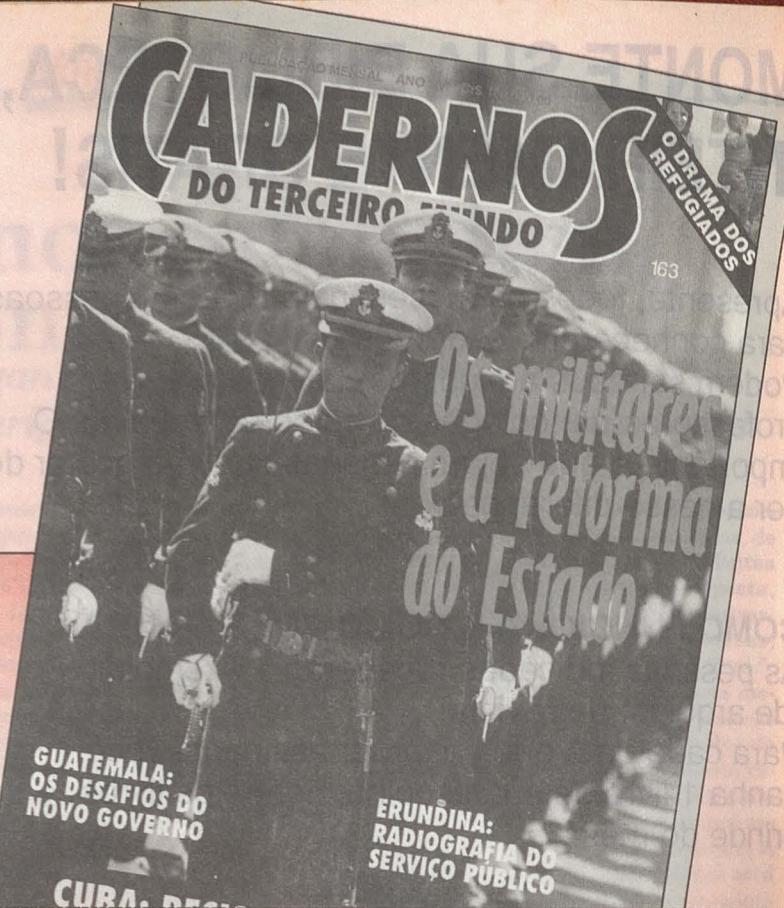
2- Com a finalidade de aumentar as probabilidades de assinatura,  
o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

# ASSINE

**CADERNOS**  
DO TERCEIRO MUNDO

PROMOÇÃO  
ESPECIAL

Desconto de 20%  
para pagamento  
à vista



## PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

TIPOS DE ASSINATURA	À VISTA: 20% de desconto	Cartão de crédito, reembolso postal, vale postal
<b>1 ANO</b>	A Cr\$ 1.440.000,00	B 1 cheque de Cr\$ 1.800.000,00 para 30 dias
<b>2 ANOS</b>	C Cr\$ 2.880.000,00	D 2 cheques de Cr\$ 1.800.000,00 para 30/60 dias

Reembolso postal e cartão de crédito não acompanha o critério à vista.

## PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

CADERNOS

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.  
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ  
Dept. de Assinaturas  
PEÇA TEMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372  
OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

## MEU PEDIDO DE ASSINATURA

CADERNOS

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando o pagamento por:

- Cheque(s) nominal(ais) á Editora Terceiro Mundo Ltda.
- Por telefone
- Reembolso Postal
- Vale Postal Ag. Lapa
- De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: \_\_\_\_\_, que tem validade até \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ (nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 01/08/93

# POSTAL NORTE SUL



**A ANISTIA INTERNACIONAL** – Uma porta para o futuro  
Rodolfo Konder  
O drama dos desaparecidos, a fragmentação das mentes dos torturados, os tipos de violência cometidos contra os que pensam diferente dos governos totalitários. O autor ajudou a organizar a Anistia no Brasil  
96pp  
E-307 Cr\$ 450.000,00

**AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA**  
Eduardo Galeano  
(33ª edição)  
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento.  
307pp  
E-247 Cr\$ 990.000,00

## LIVRES ACAMPAMENTOS DA MISÉRIA

Ana Lúcia Lucas Martins  
Um tema original dentro de um universo muito explorado: as várias formas de habitação de rua, desde os casebres até as instalações nas calçadas e sobre carroças. Não só a casa é assunto, mas também os modos de vida e as relações entre as pessoas.  
97pp  
E-300  
Cr\$ 550.000,00

## A IMAGEM REBELDE –

A trajetória libertária de Avelino Fóscolo  
Regina Horta Duarte  
Biografia de um anarquista republicano e abolicionista que atuou em Minas Gerais e cuja sede de justiça o levaria a identificar-se com os ideais socialistas e, mais tarde, com o comunismo libertário. O mérito maior do trabalho de Regina foi reconstituir os passos da relação entre o autor e sua obra.  
133pp  
E-308  
Cr\$ 600.000,00

## A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira  
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação.  
182 pp  
E-286 Cr\$ 500.000,00

## UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Regina Celia Mazoni Jomini

Antes de 1930, as idéias anarquistas predominavam nas organizações operárias brasileiras. O livro pretende contribuir para o estudo das concepções e experiências educacionais lideradas por anarquistas na República Velha que a História oficial esqueceu.  
135 pp  
E-297 Cr\$ 680.000,00

## LEONOR E A MODERNIDADE –

O urbano e o agrário na experiência periférica  
Luiz Ricardo Leitão  
Uma análise aprofundada de duas vanguardas literárias brasileira e argentina, que se detêm em autores como Elias Castelnuovo, Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato, Lima Barreto, Mário de Andrade, José Américo de Almeida e Graciliano Ramos  
219pp  
E-299  
Cr\$ 700.000,00

**POR QUE CUBA?**  
Coordenação: Emir Sader  
Textos de Darcy Ribeiro, Antônio Houaiss, Ferreira Gullar, Luis Pinguelli Rosa, Severo Gomes, Oscar Niemeyer e outros brasileiros de diversas áreas compõem uma reflexão sobre a situação atual e as perspectivas cubanas.  
182 pp  
E-285 Cr\$ 570.000,00

## O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses jornalistas. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

**José Louzeiro**  
464 pp  
E-208 Cr\$ 420.000,00

## LEITURA: ENSINO E PESQUISA

Angela Kleiman

Buscando reavaliar como se coloca o ato de ler na escola, o livro aborda a distância entre teoria e prática no ensino da leitura, o papel do aluno enquanto sujeito (e não mais objeto) do estudo e do professor enquanto modelo do estudante.

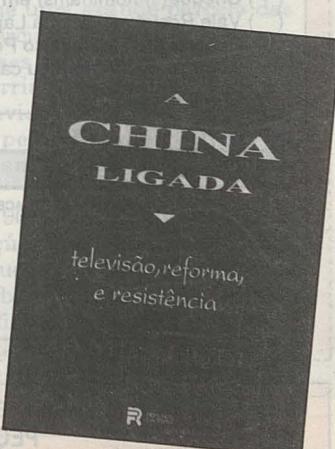
213 pp  
E-296 Cr\$ 990.000,00

## URSS – ASCENSÃO E QUEDA

Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.

270 pp  
E-256 Cr\$ 450.000,00



## POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bernal.  
191 pp  
E-295 Cr\$ 960.000,00

## A CHINA LIGADA

James Lull

A introdução da televisão no contexto do ambiente político e econômico da China acabou tornando-a o porta-voz oficial do Partido Comunista e a forma mais popular de entretenimento dos chineses, alargando a consciência cultural e política do povo e até fortalecendo a oposição.

170pp  
E-305 Cr\$ 600.000,00

**ATENÇÃO:** Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.



# SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

## OS PRODUTOS DA FLORESTA

Página 2



### MÚSICA

Um cantor  
maranhense

Página 5

### CULTURA

O Vale do  
Jequitinhonha

Página 6

### COMPORTAMENTO

Stress reduz  
desejo sexual

Página 11

## O mercado verde

*Cooperativa do Acre tenta furar o monopólio do comércio de produtos da floresta através do incentivo e do apoio ao pequeno produtor*



*O látex da borracha está sendo usado para fabricar tecido emborrachado*

### Patrícia Costa

**C**ada vez mais as comunidades que vivem na Floresta Amazônica estão se organizando em pequenas cooperativas, num tentativa de melhor comercializar seus produtos e difundir a consciência ecológica entre a população local. Quem afirma isso é Wagner Martins, economista e representante no Rio de Janeiro da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex), localizada no Acre.

Idealizada por Chico Mendes, a cooperativa é um projeto que foi se desenvolvendo dentro do movimento dos povos da floresta, principalmente a partir da criação do Conselho Nacional de Seringueiros, e está comemorando cinco anos de "muitas lutas e algumas conquistas", segundo Wagner. Através de um departamento de vendas instalado no Rio de Janeiro, a Caex já está comercializando os produtos de seus associados diretamente, eliminando a figura do "marreteiro", o

intermediário, que comprava o produto por um preço bem menor e o revendia com a sua marca. "A tendência está sendo organizar o produtor com uma base política diferenciada. Quando a gente defende a demarcação das reservas extrativistas, luta também por uma nova concepção de organização econômica, para maior aproveitamento dos recursos naturais", diz o economista. Para ele, a preservação – implantada pelos movimentos ambientalistas – deve ir acompanhada de uma luta fundiária, pelo direito do pequeno produtor de usar o espaço geográfico. E explica: "Quando a terra é demarcada, ela pertence ao Estado, é social, mas tudo o que se extrai dela é do produtor. A castanha-do-pará, por exemplo, ainda é monopólio de uma só família, a Mutran, à qual o produtor fica atrelado. Com a demarcação, ele teria autonomia e essa situação acabaria."

Nestes cinco anos, a Caex cresceu e se afirmou como uma espécie de núcleo de desenvolvimento da Amazô-

nia. Começando com 30 associados, atualmente tem mais de 250. Ao longo desse tempo, ela conseguiu construir uma usina de beneficiamento de castanha-do-pará em Xapuri (AC), a Usina Chico Mendes, que produz 300 toneladas de castanha por ano e emprega cerca de 150 pessoas. Sua estrutura é informatizada, tem um caminhão, e é usada por outras pequenas cooperativas como meio de escoamento de seus produtos. É o caso do projeto Reca, do sul do Acre, que trabalha com a polpa de fruta congelada. Através da Caex, esse material chega ao Rio de Janeiro, de onde é comercializado para algumas lojas de produtos naturais. Toda a receita é investida em benefício da comunidade, em projetos de saúde, educação, reflorestamento, manejo sustentável da floresta e melhoria da qualidade de vida. Desde o começo de suas atividades, a cooperativa recebe apoio de organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras, mas pretende tornar-se autossuficiente e independente.

### Valorizar o produto natural

Wagner afirma que mesmo organizados em cooperativas, os produtores ainda dependem dos intermediários: "Nosso objetivo é acabar com o marreteiro e valorizar o produto da floresta. Queremos também desenvolver e controlar toda a cadeia de produção e distribuição destes produtos." Já existem planos para implementar pequenas indústrias locais de tecido emborrachado, material fabricado a partir de um banho de látex em tecido de algodão, que cria uma espécie de "couro vegetal". "Os índios já usam o tecido emborrachado para carregar mantimentos há anos, e várias famílias da região manufaturam esses produtos nos quintais de suas casas. O que nós queremos é dar infra-estrutura para que essa produção cresça e se desenvolva", afirma Wagner. Outra opção é trazer produtos para serem manufaturados por cooperativas no Rio de Janeiro.

A Caex tenta também facilitar a vida do produtor. Núcleos da cooperativa estão sendo colocados dentro da floresta, para captar a produção dos

que moram mais longe e, ao mesmo tempo, levar bens de consumo a um menor preço do que os vendidos pelos marreteiros; e parelhas de burros foram adquiridas e emprestadas para levar a produção até a sede.

Atualmente, o produto mais comercializado através da Caex é a castanha-do-pará, sendo o Brasil responsável por 80% da produção mundial. A Caex já exporta para os Estados Unidos e tem contratos fechados com o Japão e a Europa. No Rio e em São Paulo, a castanha-do-pará é comprada por pequenas lojas de produtos naturais. Uma das maiores vantagens da cooperativa é que o seu produto chega ao consumidor até três vezes mais barato do que o comercializado pelas vias tradicionais: "Numa loja de produtos importados, uma lata de 100 gramas de castanha-do-pará é vendida por 70 mil cruzeiros, enquanto que um pacote de 250 gramas da nossa marca Empate sai por 25 mil cruzeiros (preços de junho)", explica Wagner.

**Na luta contra a fome** – O nome da marca foi inspirado no próprio movimento de luta dos povos da floresta. O economista explica: "Quando ficamos sabendo de algum desmatamento dentro da floresta, convocamos várias famílias para irem até o local. Empate é o nome desse movimento, porque empatamos o desmatamento, cercando as árvores que os peões estavam derrubando e tentamos fazê-los desistir da derrubada. Explicitamos que é melhor ser um produtor associado e preservar a floresta, do que ganhar meio salário para destruí-la". Quando o seringueiro é impedido de trabalhar, sua única opção de sobrevivência é a venda de madeira. Daí o movimento de conscientização vir aliado à Caex.

A maior pretensão da Cooperativa é tornar a castanha-do-pará um produto de consumo popular, colocando-a principalmente na merenda escolar, pois já está comprovado o seu elevado teor nutritivo. A crescente preocupação com a fome e a desnutrição que assola o país fez com que a cooperativa levasse um estudo feito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro



*Wagner Martins acredita que, organizadas em cooperativas, as comunidades extrativistas da floresta Amazônica poderão superar os problemas e garantir seu sustento sem degradação ambiental*

(Uerj) sobre a castanha-do-pará a Herbert de Souza, o Betinho, que está encabeçando a campanha nacional contra esses males. "A castanha-do-pará pode ser transformada em farinha, óleo e até em suco. É um produto abundante e barato, o que o torna viável para o projeto nacional de erradicação da fome", declara o economista. Este produto pode também ser usado na fabricação de cosméticos. A Caex faz sabonete de castanha-do-pará artesanalmente.

Outros produtos, no entanto, já têm encomendas, como o tecido em-

borrachado e o coco da jarina, conhecido na Europa como o marfim vegetal, com o qual pode-se fazer bijuterias, botões e enfeites. O grande mercado de ervas medicinais é outra vertente que a cooperativa quer explorar. "A Amazônia é a maior reserva de biodiversidade do mundo mas essa grande fonte de recursos genéticos está nas mãos de umas poucas famílias. Se os pequenos produtores conseguirem a demarcação das terras, teremos uma chance de levar os produtos da floresta até o consumidor a um preço justo", diz Wagner. Os trabalhadores são extrativistas de várias atividades: no período da seca, extraem a borracha; nas chuvas, colhem castanha-do-pará e o coco de jarina. Ampliando os mercados, eles passariam a coletar novos produtos.

Uma das maiores vitórias da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri está presente nas próprias comunidades de associados. A qualidade de vida das famílias melhorou muito desde o surgimento da cooperativa. Wagner afirma que, hoje, um seringueiro associado vive melhor do que um operário urbano ou um agricultor do Sul do país. "Os associados são mais felizes e se sentem mais seguros e fortes, pois são proprietários da Caex e de toda a sua cadeia comercial, donos do próprio nariz", conclui o economista.

# As selvas de pedra

*As cidades precisam se readaptar às necessidades do homem moderno sem alterar as condições de vida do planeta*

**José Roberto Borguetti e  
José Afonso de Oliveira**

**O**s problemas de meio ambiente possuem uma tendência de globalização. Aproximadamente 80% do CO<sub>2</sub> na atmosfera é devido à queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás), cujo uso acelerou-se nos últimos 100 anos. Desde 1945, o consumo cresce dramaticamente, devido ao aumento mundial da frota de carros e à substituição da tração animal por máquinas. Os níveis globais de CO<sub>2</sub> lançados na atmosfera elevam-se 0,4% anualmente. Todas as simulações evidenciam crescimentos significativos da temperatura para os próximos 40 anos, assim como menos chuvas nas latitudes altas e médias dos continentes norte-americano e euro-asiático.

A NASA propôs um novo programa de monitoramento ambiental global denominado "Mission to Planet Earth", que custará entre 1 e 2 bilhões de dólares para os próximos 15-20 anos, e cujo objetivo seria levantar dados a respeito da poluição atmosférica, nuvens, gelo, atividades biológicas na terra e oceanos. A comunidade científica internacional que trabalha com meio ambiente reuniu-se, em 1990, em Londres, para revisar e fortalecer o Protocolo de Montreal, visando controlar a emissão de CFC (clorofluorcarbono), até a sua eliminação completa, programada para o ano 2000.

A vida urbana está destruindo rapidamente a socialização do homem. Imperam nas grandes cidades violência, droga, poluição ambiental e miséria, convivendo com imensas concentrações de renda. Para mudar essa situação, é necessário alterar alguns critérios usados para medir o crescimento econômico.

No PIB, quais os custos ambientais que estão mascarados? Estes problemas já começam a ser pensados nos países ricos, enquanto pequenas porcentagens das dívidas externas (1%) dos países do Terceiro Mundo estão sendo convertidas em preservação ambiental.

Os países ricos, presos a leis restritivas sobre o meio ambiente, estão transferindo empresas poluentes para os pobres. Isso acontece devido à visão estreita e ultrapassada da obtenção de lucros elevados em pouco tempo.

O problema fundamental é a forma de ocupação do solo urbano, que ocorre de acordo com a estratificação social. Os bairros da burguesia abastada estão equipados com toda a infra-estrutura necessária, enquanto que a classe média luta por melhorias de atendimento urbano, e as áreas de trabalhadores, geralmente nas periferias, encontram-se em absoluto abandono.

É necessário e urgente reverter a

situação presente, com a aplicação de leis mais severas que visem deter a poluição ambiental, através de utilização de fontes de energia renováveis, redução de hidrocarbonos e óxidos de nitrogênio, e o incentivo à criação de combustíveis limpos.

Nas cidades, a população necessita de saneamento básico, preservação de mananciais, rígido controle sobre os poluentes, limpeza pública e beneficiamento do lixo, moradias em número suficiente e adequadas, geração contínua de empregos, escolas, hospitais e áreas de lazer. Esse não é só um projeto governamental; deve ser assumido pela sociedade, sendo o governo um dos partícipes.

Há uma cidade ideal? Como ela seria? Em princípio, aquela em que as pessoas pudessem viver bem, com emprego, moradia, um ambiente saudável, atendimentos nas áreas de saúde e educação, e um determinado equilíbrio entre a população e o meio ambiente.

Outra questão fundamental para se pensar nas cidades é a sua identidade histórico-cultural. A manutenção desta identidade é o cerne principal de uma cidade, na tomada de posição frente à degradação das condições de vida. Ela faz parte de um projeto mais amplo de educar e conscientizar a sociedade. A manutenção das condições sócio-ambientais é de extrema importância para que se realize a vida em sociedade. Cada cidadão deve gostar de onde mora em função dos seus laços culturais e históricos, para poder valorizar e dimensionar o seu espaço, em consonância com a preservação de seu meio ambiente físico-social.

A biodiversidade, quer de espécies naturais ou culturais, precisa ser levada em conta. O fato é que se requer uma nova distribuição espacial das cidades, capaz de responder às necessidades do homem moderno.

*A recuperação  
do espaço  
urbano não é  
só tarefa do  
governo, mas  
de toda a  
sociedade*

# O renascer da música regional

*Compositores e intérpretes do Maranhão apostam nos ritmos tradicionais do Nordeste e em sua harmoniosa convivência com o rock e o funk*

Juliana Iooty

**H**á algo a mais do que história nas antigas ruas da capital maranhense. São Luís, também conhecida como "Jamaica Brasileira" por ser a região que reúne o maior número de músicos que se dedicam ao reggae no país, pode ser considerada ainda como um dos centros mais prósperos no que se refere à produção de música regional atual.

Mas nem tudo é reggae em São Luís. A cidade também é o lar de músicos que trabalham com ritmos tradicionais da região Nordeste do país, como o bumba-meu-boi, o tambor de crioula e o lelê, que convivem em harmonia com o tecno-pop, rock e funk, transformando a bela capital em um palco eclético onde tradição e modernidade caminham lado a lado.

Resistindo à falta de investimento por parte das grandes gravadoras, os artistas maranhenses vêm recorrendo à produção independente, que até o momento já editou mais de 20 discos entre coletâneas e LPs solo com os cantores e músicos da capital.

Esta produção, bastante significativa quando se compara com o cenário das produtoras independentes do país, foi enviada à organização do Prêmio Sharp, edição 1993, considerado um dos principais eventos da música brasileira atual.

Depois de avaliados em conjunto por maestros, compositores e intérpretes renomados da MPB, alguns

destes trabalhos foram selecionados para concorrer ao prêmio pela categoria de Revelação Regional.

Dentre os selecionados estava Cláudio Pinheiro, um cantor e, como ele mesmo se define, "compositor eventual", que trocou a odontologia pela música. Egresso do canto coral, Cláudio iniciou a carreira em 1984 no show *Beco das Minas*, e seu primeiro disco, intitulado *Cláudio Pinheiro*, foi lançado no ano passado por uma produtora independente do Maranhão, a R&A produções.

O disco reúne canções como o carro-chefe *Nana Nenê* (um samba-reggae muito tocado nas rádios maranhenses), toadas, funks, "tambor-de-crioula". Além do LP, Cláudio teve algumas de suas músicas gravadas em coletâneas editadas no estado. O cantor se apresentou também em várias edições do projeto "Segunda de Arte", evento que reunia semanalmente vários artistas da cidade, promovido pela prefeitura de São Luís durante a administração Jackson Lago.

Cláudio se define como um músico eclético, e, segundo ele, sua música se caracteriza pela utilização do elemento rítmico tradicional maranhense com um "tratamento pop". Segundo o cantor, esta é uma tendência atual no Maranhão, apesar de haver uma outra corrente de músicos que se dedicam apenas à gravação de ritmos regionais. "A gente é universal quando conserva a aldeia da gente", afirma



Claudio acredita que é preciso ser universal para conservar a própria aldeia

Claudio, em uma referência à famosa frase do escritor russo León Tolstoi. O músico garante que nunca deixaria de gravar ritmos regionais.

Apesar do prêmio da categoria de Revelação Regional do Prêmio Sharp ter sido dado a um conterrâneo seu, o músico Mochel, Cláudio acredita que a sua indicação tenha servido para promovê-lo, e espera atrair com isso a atenção de gravadoras para a sua música.

"Gostaria de uma oportunidade maior de veiculação do meu trabalho. No Brasil é preciso penetrar na mídia do eixo Rio-São Paulo, para ter um retorno maior por parte do público e das gravadoras."

Para os músicos maranhenses em início de carreira, Cláudio aconselha: "Invistam na música maranhense no seu momento atual." Segundo ele, as gravadoras vêm demonstrando um interesse cada vez maior por ritmos e tendências novas, a exemplo do boom da música dos trios elétricos e blocos afro-baianos, a famosa *axé-music*, durante o último verão.

Claudio acredita que o sucesso do investimento nos ritmos e canções regionais baianos possa abrir um espaço cada vez maior para a música regional de uma maneira geral e, dentre elas, a singular mistura entre o moderno e tradicional da música maranhense. ■

# Vale do Jequitinhonha



*Mais de mil quilômetros percorre o rio cheio de peixe (Jequi - cheio de peixe / tinhonha - rio largo) entre o Cerrado e a Caatinga. Outrora foi moradia dos índios Nakrené e Maxakali que viram, desde o século XVII, os colonos destruírem sua cultura e estrutura social. Hoje não há mais índio e a população impressiona pela resistência: sobrevive criativamente em meio à degradação ambiental provocada por mineração, pecuária, barragens e reflorestamento.*

**Marinês Fonseca**

O vale do Jequitinhonha fica no nordeste de Minas Gerais e ocupa 85.000 m<sup>2</sup> abrangendo 56 municípios divididos entre Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. As cidades de Diamantina, Araçuaí e Almenara são as principais.

A região conserva uma cultura intensa e diversificada. As manifestações artísticas se dão nas festas religiosas e movimento cultural. As festividades têm influência direta da Igreja católica, que sempre teve grande ascendência sobre os mineiros. Frei Chico, franciscano holandês, chegou no vale em 1967 e observou "o modo de viver e de morrer popular". Suas observações foram reproduzidas em livros, cartilhas e 260 fitas cassete. Ele declara: "Não existe nada na vida do pobre daqui sem caráter religioso. Não existe nada sem Deus." Cita a festa de Nossa Senhora do Rosário (dos pretos), a do Divino (dos brancos) e o ciclo natalino (Pastorinhas, Folia de Reis, Boi de Janeiro).

O Festivale é o grande acontecimento e funciona como uma caravana de cultura há 14 anos. Neste ano, em julho, ele acontece em Minas Novas.

O artesanato local hoje corre mundo. A cerâmica mais popular é a moringa boneca de barro, resquício de um passado em que essa peça tinha utilidade doméstica. Hoje tornou-se um símbolo.

A música é também bastante conhecida e apreciada por sua doçura e simplicidade. Compositores e cantadores como Paulinho Pedra Azul, Rubinho do Vale, Saulo Laranjeira, Tadeu Franco, Gonzaga Medeiros e outros estão sempre presentes, contando a história da região.

Segundo o censo de 1990, a população é de 1.060.056 habitantes, hoje quase a metade na zona urbana. Em todo o vale há apenas 43 estabelecimentos de ensino do 2º grau e ensino superior só em Diamantina, nas faculdades de Letras e Odontologia.

O quadro de saúde é de endemias de Chagas, leishmaniose, esquistossomose e paracitose intestinal, provocadas pela ausência de saneamento básico, hábitos higiênicos inadequados, desmatamento, habitações rudimentares e condições ambientais insalubres. Apenas 19% dos domicílios têm canalização interna para a água. No Alto e Médio Jequitinhonha, este número cai para 10%. Quanto ao esgoto, 57% das residências o possuem, porém só 8% são consideradas adequadas.

Apesar de mais da metade dos 56 municípios contarem com algum recurso hospitalar ou posto de saúde, parte está inativa ou não dispõe de equipamentos ou recursos. Os médicos residem, na quase totalidade, nas principais cidades. O número de habitantes/médico no vale é de 4.554 e o número de habitantes/leito é de 447, totalmente fora do padrão recomendado.

## MEIO AMBIENTE

dado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 5 leitos/1000 habitantes.

Para o sociólogo da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT-MG), Ricardo Ferreira, "o problema não está só na falta de prevenção, mas também na dificuldade de transporte dos doentes".

Quanto à ecologia, a Companhia de Energia de Minas Gerais (Cemig) realizou um levantamento do meio biótico e concluiu que a bacia do Jequitinhonha era uma das mais ricas e variadas de fauna e flora do estado mineiro, devido à existência de três ecossistemas: o Cerrado, na sua maior parte, a Caatinga no sudeste da Bahia e a Mata Atlântica, pequena faixa na divisa do Espírito Santo. Além disso, encontra-se entre esses ecossistemas uma faixa de transição com grande diversidade.

De 1979 a 1985, auge do desmatamento para a pecuária e reflorestamento, mais de 46% do Cerrado foi destruído e a Caatinga reduzida em 56%. Muitas espécies da fauna estão ameaçadas de extinção e a flora, quando não totalmente destruída, perde as árvores mais altas para carvoejamento ou lenha transformando a vegetação em secundária de baixo porte.

A pesca, antes reforço alimentar e lazer, hoje é pouco praticada e somente no médio curso do rio. A poluição física e orgânica, oriunda de resíduos sólidos da mineração e do aporte de microorganismos, ameaça o rio que sempre foi a identificação e a referência de seus moradores.

Tanto o Executivo como o Legislativo têm sido omisso com relação ao vale. Nos anos 60, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) que nada melhorou as condições sócio-ambientais da população. Em quase todos os governos, planos e projetos são criados, mas sempre se privilegiou os grandes fazendeiros e industriais. Os chefes políticos cobram os pequenos favores feitos à zona urbana em troca do voto da população rural.

Por outro lado, associações entre o governo e organismos para programas de exploração de atividades tradicionais envolvem a Unicef, a Fundação São João Bosco para a Infância, a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, o Projeto Mão de Minas, a Emater e o Instituto Estadual de Florestas, desde 1992. Já existe um projeto de incentivos a microrregiões em andamento e a segunda etapa envolverá 260 famílias de Berilo, Turmalina, Minas Novas, Francisco Badaró, que já trabalham com artesanato.

Todos os anos, na seca – abril a novembro – um contingente razoável de pessoas dos 14 aos 40 anos migra para São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e até Paraguai para o trabalho rural – grande parte no corte de cana. A migração é antiga, mas tornou-se mais acentuada com o Pró-Alcool e as facilidades de transporte. Numa visita, a CPT-MG presenciou a exploração dos trabalhadores braçais pelos usineiros e "gatos", em Brilhante, no Mato Grosso do Sul, onde os migrantes são submetidos a trabalho es-

*A cerâmica local corre mundo e reproduz o universo popular*



cravo. "Eles trabalham e não conseguem ter dinheiro para voltar para casa; o colchão, a comida, os talheres, tudo é cobrado. Quem reclama apanha, e há notícias até de casos de morte", denuncia a entidade.

Entre os usineiros e o migrante existe o "gato" que "fareja" os bem jovens, a partir dos 14 anos – quando são fortes e ingênuos – e os contrata para si ou para o usineiro. Em São Paulo, onde a situação é mais regular, o trabalhador braçal e o "gato" mantêm relações trabalhistas com a usina.

No vale, ficam as "viúvas de maridos vivos", como são conhecidas as mulheres que se desdobram no serviço dentro de casa e nas lavouras de subsistência, na criação dos filhos, em escolas e para terceiros em fazendas e vizinhança.

Ricardo Ferreira fala que isso acontece pela ausência de uma política agrária e agrícola de ocupação regional. Mas por outro lado a sociedade civil organizada tem conseguido alguns resultados bem positivos. "Até meados da década passada, a população não reagia e não lutava por seus direitos. No final de 80, surgem os movimentos puxados pelos sindicatos e pela Igreja católica."

No vale do Jequitinhonha fica a maior área reflorestada contínua do mundo: 500 mil ha. Áreas descontínuas somam 1,2 milhão de hectares que cobrem todas as chapadas, locais que, até o início da década de 70, eram de uso comum da população para soltar o gado, caçar, colher frutos e retirar madeira. As terras sem documentação foram ocupadas e as outras foram vendidas a baixo preço antes de serem desapropriadas.

Em 1974, é criado pelo governo federal o Fundo de Investimentos Setoriais, Florestamento e Reflorestamento (Fiset), através de incentivos a pessoas físicas e jurídicas, para dar apoio a programas como o Plano Siderúrgico Nacional e o Programa Nacional de Papel e Celulose. Nesta época, muitas fortunas ilícitas foram feitas com o dinheiro do Fiset, principalmente as reflorestadoras independentes.

Hoje, o reflorestamento está meio parado devido à conclusão de que fazer carvão vegetal de mata nativa é muito mais econômico do que de eucalipto. ■

# A História em quadrinhos

*Entidade divulga informações ambientais desde o tempo do pau-brasil até a Rio-92*

**Patrícia Terra**

**D**entre do Programa Brasileiro de Difusão dos Resultados da Rio-92, financiado pela prefeitura com incentivos fiscais da Lei Sirkis, a Sociedade das Florestas do Brasil encontrou um modo especial de traduzir o significado do megaevento, uma linguagem acessível a públicos de faixas etárias diferenciadas. Trata-se da história em quadrinhos. Impressos em quatro supercartazes, os quadrinhos procuram levar o leitor a viajar pela história do planeta, destacando os momentos – até os mais remotos – que foram decisivos para que a convocação da conferência se tornasse imprescindível.

Os temas abordados em cada cartaz – “A Conferência do Século”, “A Cúpula da Terra”, “O Fórum Global” e “A Declaração do Rio” – são a síntese do grande passo histórico, político e econômico que a Rio-92 representou. Nos cartazes, os quadrinhos dividem espaço com textos explicativos que servem como fonte de consulta permanente para a maioria dos que ainda

não dispõem de informações organizadas sobre a conferência.

O programa alcança os 26 estados brasileiros, o Distrito Federal e o Congresso Nacional. Mais de 3 mil Organizações Não-Governamentais, museus, escolas, universidades (ONGs), empresas e consulados já receberam os cartazes, que têm tiragem de 8 mil exemplares cada. É a partir da sede da Sociedade das Florestas do Brasil, uma ONG que fica no Horto Florestal dentro do Jardim Botânico (RJ), que os cartazes são distribuídos. “Os contatos de distribuição são importantíssimos. A partir, por exemplo, da flotilha do Amazonas – os barquinhos que percorrem a área fluvial da Região Norte – a gente alcança oficiais de todas as patentes da Marinha. Os Batalhões Florestais também são prioritários: esta tropa de elite da PM lida diretamente com gente do interior habituada a caçar sem controle”, diz Ana Lúcia Cámpora, vice-presidente da ONG. Ela pretende que os cartazes distribuídos sejam pendurados em paredes para que fiquem visíveis para o maior número de pessoas possível.

Para explicar a “Conferência do

Século”, os quadrinhos abordam o surgimento das armas nucleares, a Segunda Guerra Mundial, o Plano Marshall, a Guerra Fria, o crescimento da população mundial, a conferência da ONU em Estocolmo (1972), o aumento da poluição e da devastação das florestas, a Guerra do Golfo, e a queda do Muro de Berlim: tudo isso antes de tratar da preparação da Rio-92.

No cartaz “A Cúpula da Terra”, o enredo começa quando, depois da Revolução Francesa, a família real portuguesa foge para o Brasil e se instala no Rio. A história da cidade, seus monumentos importantes, o replantio da Floresta da Tijuca e o desempenho do Rio como capital ecológica do mundo, amparado por esforços federais, estaduais e municipais – a obra da Linha Vermelha como marco da conferência – são destaques nos quadrinhos.

“O Fórum Global” em quadrinhos conta a história do desenvolvimento das ONGs. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Comitê Olímpico Internacional, criados respectivamente em 1863 e 1894, são apontados como pioneiros neste tipo de iniciativa da sociedade civil. Os acontecimentos que, segundo o cartaz, mais motivaram a proliferação de ONGs ambientalistas pelo mundo afora foram o desastre ecológico na baía de Minamata, no Japão, e o acidente nuclear de Tchernobil, na Ucrânia. A realização do complexo e multifacetado evento paralelo à conferência oficial da ONU – que reuniu mais de 9 mil ONGs e agências governamentais de 171 países no Parque do Flamengo – ganha o número de quadrinhos equivalente à sua importância.

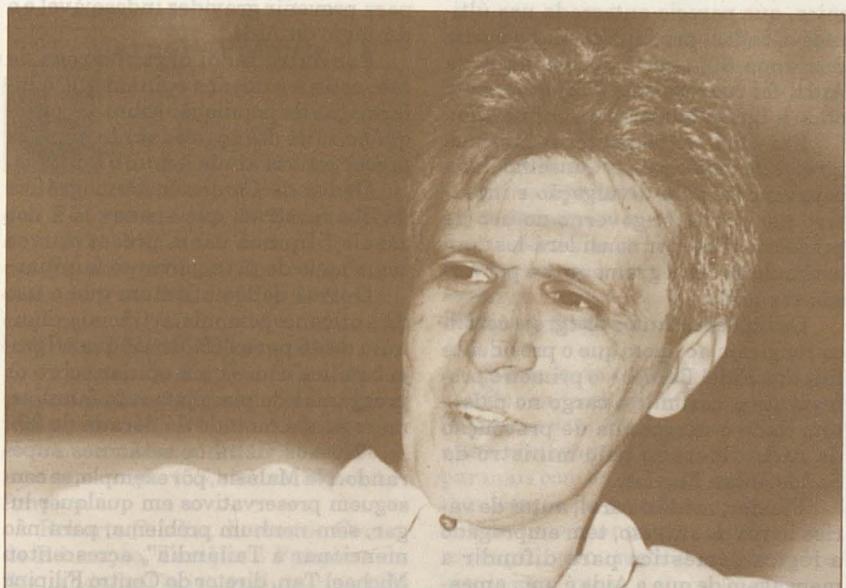
O quarto cartaz, “A Declaração do Rio”, tem como ponto central a descoberta de um novo mundo baseado no desenvolvimento sustentado. Os quadrinhos procuram traduzir a frase do primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez, dita no Riocentro: “Em 1492, nós descobrimos o tamanho do mundo. Em 1992, nós descobrimos os seus limites.” ■



Fatos históricos são mostrados de maneira criativa através de quadrinhos

# O Rio na vanguarda

*Um projeto muito avançado de telecomunicações está em instalação na cidade*



André Louzeiro

**Luiz Felipe de Moraes explica as vantagens da rede de computadores na medicina**

## Júlia Tigre

**S**e depender dos esforços empreendidos para modernizar as telecomunicações no Rio de Janeiro, em breve o Brasil não deixará nada a desejar aos países do Primeiro Mundo no que diz respeito à operação de redes metropolitanas de alta velocidade. Depois de convênio assinado em abril, entre a Telerj e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), um projeto piloto vem sendo desenvolvido para modernizar a Rede Rio de Computadores – que hoje funciona em velocidade relativamente baixa, de 64 kbits/seg – e beneficiar, a princípio, toda a comunidade científico-acadêmica do estado.

"A Rede Rio ainda não pode transmitir um Raio X de um ponto para ou-

tro. Mas isto será possível com o estabelecimento do tráfego de imagens via computador de um país para outro e até de um continente para outro. Isto já se dá, por exemplo, nos Estados Unidos, onde um paciente atendido em um consultório na Califórnia, que tenha conexão com a universidade estadual, é beneficiado no momento em que o médico acessa, através da rede de alta velocidade, o banco de Raio X da Universidade de Chicago. A comparação entre os exames pode ser feita através de imagens na tela do computador do consultório", explica o professor Luís Felipe de Moraes, coordenador da Rede Rio de Computadores. Segundo ele, a tecnologia avançada vai permitir ainda que sejam feitas teleconferências, com os computadores funcionando como se fossem telefones com imagens.

A Rede Rio, agregada à Rede Nacional de Pesquisas, já é a mais moderna do país atualmente. Através dela, o cientista, sentado em seu ambiente de trabalho, pode se integrar a laboratórios, bibliotecas, bancos de dados especializados e a outros cientistas de mais de 100 países. Com o convênio, que prevê a integração de serviços de voz, dados e imagens em movimento, as pesquisas serão encaixadas com muito mais agilidade.

A experiência piloto de implantação da Rede Metropolitana do Rio é pioneira na América Latina. Por seis meses, a Telerj vai testar equipamentos de que dispõe, mas que não sabe como utilizar, com a ajuda do conhecimento teórico de especialistas das universidades que trabalham com redes de comunicação de dados. Durante este período, a Faperj vai funcionar como interface entre a Telerj e as universidades para que funcionários da empresa façam cursos de especialização e pós-graduação no setor. "A capacitação de recursos humanos visa a preencher o espaço vazio entre a empresa, que tem limitações de conhecimento, e a escola, que quase sempre não chega a projetos-fim por falta de tecnologia", avalia o gerente do departamento de comunicação de dados da Telerj, Paulo Cesar Nunes.

O esforço acadêmico é coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a PUC/RJ e o Laboratório Nacional de Computação Científica. Estas são as instituições que durante o período de testes vão gerar tráfego de informações para que a Telerj avalie o desempenho da rede em uso. Caso o projeto seja bem-sucedido, este tráfego vai ser ampliado por outras instituições que fazem parte da Rede Rio, tais como a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Centro de Pesquisas da Eletrobrás, o Observatório Nacional, o Instituto Politécnico do Rio, a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Oswaldo Cruz.

# Igreja versus preservativos

*Irritada com a campanha de prevenção à Aids desencadeada pelo governo, que estimula o uso de preservativos, a Igreja católica prepara uma contracampagna*

**Manila:** para a Igreja católica, a campanha governamental de divulgação dos preservativos estimula "o desregramento e a perversão sexual"

Ramon Isberto

**U**m católico que se preze – daqueles que vão à missa todos os domingos – deve ou não usar preservativos? A polêmica, que parecia enterrada nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 80, com o surgimento da Aids, foi reacesa nas Filipinas, país onde a Igreja tem enorme influência.

Em uma carta pastoral lida nas igrejas de todo o país, o Conselho Episcopal condenou a divulgação e incentivo por parte do governo do uso de preservativos, por considerá-los "um estímulo ao desregramento e à perversão sexual".

Os representantes da Igreja católica reagiram ao apoio que o presidente filipino, Fidel Ramos – o primeiro protestante a assumir o cargo no país – tem dado à campanha de prevenção da Aids, liderada pelo ministro da Saúde, Juan Flavier.

Flavier, médico rural, autor de vários livros de sucesso, tem empregado a lógica doméstica para difundir a mensagem de que a Aids é uma ameaça crescente e que o uso de preservativos é a única forma de combatê-la.

**Anticampanha** – Grupos conservadores começaram a programar a an-

ticampanha, enquanto membros da organização católica Opus Dei acusaram o governo filipino de dar falsas esperanças sobre a eficácia dos preservativos, pois, segundo eles, haveria muitas evidências de suas limitações para prevenir gravidez indesejável e o contágio da Aids.

Por outro lado, organizações de luta contra a doença opinam que a informação da população sobre as consequências da doença e as vantagens dos preservativos ainda é muito limitada.

Dados da Comissão Demográfica da ilha mostram que apenas 15% dos casais filipinos usam preservativos como meio de planejamento familiar.

Outros dados afirmam que o uso de anticoncepcionais artificiais diminuiu de 45 para 36% desde que a Igreja católica começou a opinar sobre os programas de planejamento familiar, na segunda metade da década de 80.

"Nossos vizinhos estão nos superando. Na Malásia, por exemplo, se conseguem preservativos em qualquer lugar, sem nenhum problema, para não mencionar a Tailândia", acrescentou Michael Tan, diretor do Centro Filipino de Informação sobre a Aids.

Embora grande parte dos filipinos desconheça até o aspecto de um preservativo, o panorama está mudando com o bombardeio de informação desencadeado pelo governo.

"Apesar de ainda existirem pessoas convencidas de que o contágio da Aids responde a uma vontade divina, seu comportamento sexual está mudando. As pessoas estão se tornando mais cautelosas", afirmou a psicóloga Margarita Holmes.

No ano passado, as autoridades filipinas reforçaram a campanha e, pela primeira vez, nas emissoras locais, se escutaram jingles que incluíam mensagens preventivas. Refletindo esse novo quadro, duas empresas distribuidoras de preservativos declararam que suas vendas aumentaram significativamente de 1991 a 1992.



ARGENTINA

# Falta desejo

*Pacientes com ausência de vontade sexual enchem os consultórios de sexólogos*

Marcela Valente

**U**m novo fenômeno social toma corpo nos consultórios de sexólogos em todo o país. Um estudo mostra que, do total de crescentes consultas realizadas a especialistas, 30% correspondem à inibição ou diminuição do desejo, um problema derivado do excesso de trabalho, da falta de comunicação, e da luta pela realização individual dentro do casamento.

O restante diz ter dificuldades para alcançar o orgasmo (25%), ejaculação precoce (15%), medo de se relacionar sexualmente (10%) e problemas com ereção (5%), entre outras disfunções.

Roberto Gindin, diretor do Centro de Educação, Terapia e Pesquisa da Sexualidade (Cetis), explicou que a diminuição do desejo é "uma nova categoria de problemas que afeta a população sexualmente ativa". E acrescentou: "Há aproximadamente 10 anos, a visão dos sexólogos era muito genital. A maioria dos pacientes eram homens que iam à consulta sozinhos, isolados de sua mulher, e em geral por proble-

mas de impotência", recordou Gindin.

Ele explicou que "a inibição ou falta de desejo, da qual sofrem tantos os homens quanto as mulheres, é uma dificuldade que muitas vezes se esconde atrás de uma aparente impotência. Conhecíamos bem as etapas do orgasmo e da ereção, mas estávamos nos descuidando da primeira de todas as instâncias, que é a do desejo de fazer amor", reconheceu a sexóloga Cristina Fridman, pesquisadora do Cetis.

**Junto com a Aids** – Segundo um estudo realizado pelo Cetis, esse novo fenômeno se cristalizou na medida em que a sociedade começou a se preocupar mais com as disfunções sexuais. A inquietação da população surgiu com a Aids, uma doença que, como primeira reação, gerou medo e esfriou a relação dos amantes.

Para os especialistas, "há uma contradição evidente entre uma cultura exibicionista, que incentiva a exposição do corpo quase nu nos meios de comunicação, e uma população inerte e inibida entre quatro paredes por falta de educação sexual", lembrou Fridman.

"A população está bombardeada pelo sexo, mas não está informada, não está educada", reflete. A sexóloga advertiu que "há uma crescente distorção entre a sexualidade ideal, vendida pelos meios de comunicação, e a real, da porta para dentro, para onde se canalizam todos os problemas de uma sociedade em crise".

Entre esses problemas, citou a angústia por excesso ou falta de trabalho, a rivalidade de trabalho entre homens e mulheres, e a falta de uma boa comunicação entre os cônjuges. "Quando a freqüência de encontros sexuais diminui, o casal se pergunta se o amor acabou. De fato, 50% dos divórcios se produzem devido a esses desencontros", relatou Fridman.

### "Por que não tenho vontade?"

– "Para que o casal possa enfrentar o problema, a pergunta seria a seguinte: 'por que não tenho vontade de fazer amor?' ", enfatizou a especialista. A diminuição do desejo entre os argentinos não alcança ainda limites alarmantes como em alguns países desenvolvidos, onde a freqüência de relações tende a cair cada vez mais, explicam os especialistas do Cetis.

Na Argentina, de um universo de 1.140 pessoas entre 20 e 70 anos consultadas pelo centro, quase 40% declararam manter pelo menos uma relação sexual por semana.

No entanto, o relatório apresentou um dado de grande interesse para os estudiosos. Ao fazer-se uma pesquisa das disfunções sexuais discriminadas por atividade se detectou que a maior percentagem de pessoas inibidas, tanto entre homens quanto mulheres, está entre os que trabalham com computadores.

Aproximadamente 40% dos executivos que vão aos consultórios querem uma solução para os seus problemas de impotência sexual e quase 40% dos estudantes têm dificuldades de orgasmo e ejaculação precoce. A maioria dos que trabalham em computadores (45%) sofrem inibição do desejo.

"Este problema deve nos incentivar a continuar pesquisando para responder às demandas de felicidade sexual que diariamente chegam a nossos consultórios", acrescentou Fridman.



Os usuários de computador estão entre as principais vítimas da falta de desejo

BOLÍVIA

## Fim de um tabu

**P**assado um mês da eleição que o transformou no virtual presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada trata agora de estabelecer alianças que lhe permitam governar com uma maioria estável no recém-eleito Congresso.

Contrariando a norma das últimas eleições gerais na Bolívia – em que o candidato mais votado não assumia necessariamente o governo – Lozada será designado presidente pelo Congresso, no início de agosto.

O empresário, do oposicionista Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), conseguiu 35% dos votos no pleito de junho passado, contra 21% do segundo colocado, o ex-ditador Hugo Bánzer. Mas, como nenhum dos dois alcançou a maioria absoluta prevista pela Constituição, o futuro presidente terá que ser escolhido pelo Congresso.



Lozada comemora com a esposa a vitória eleitoral

Tudo indicava que se repetiria o mesmo quadro das eleições de 1989, quando Lozada saiu vencedor nas urnas, mas foi derrotado por uma aliança no segundo turno entre os partidos do general Bánzer e de Jaime Paz Zamora, respectivamente o segundo e terceiro colocados no pleito.

Porém, a renúncia do ex-ditador para disputar o segundo turno – abandonando o expresso desejo de se tornar “um presidente constitucional” – abriu caminho para a virtual escolha de Sánchez de Lozada para o Executivo.

Proprietário das maiores empresas mineradoras do país, Lozada, de 62 anos, foi ministro do Planejamento do governo de Paz Estenssoro (1985-1989), quando aplicou um severo programa de cunho neoliberal.

CHILE

## Queda de braço

**V**ivendo um clima de plena campanha eleitoral, o Chile se prepara para entrar em uma delicada etapa onde as relações entre as Forças Armadas e o governo eleito democraticamente serão, mais do que nunca, o eixo dos debates políticos.

Em um claro sinal do tom que marcará a campanha presidencial, o candidato do situacionista Acordo pela Democracia, senador Eduardo Frei, afirmou descartar um eventual “pacto de governabilidade” com o Exército.

O candidato democrata-cristão – que, segundo as pesquisas de opinião, deve ser eleito presidente no pleito de 11 de dezembro próximo – fez essas declarações ao ser consultado sobre a tensão

originada nas últimas semanas por reivindicações dos militares.

O descontentamento na caserna ficou explícito em 28 de maio, quando – em uma clara demonstração de força – comandos armados e com uniformes de combate se postaram diante do edifício das Forças Armadas, em Santiago, onde se realizava uma reunião do alto comando.

Segundo algumas fontes, os generais presentes – liderados pelo ex-ditador Augusto Pinochet – se queixaram em coro de estar sendo “vítimas de hostilidade” por parte de setores políticos vinculados ao governo do presidente Patrício Aylwin.

Apesar das declarações do vice-presidente, Enrique Krauss, e do chefe da Casa Civil, Enrique Correa, de que as tensões com o Exército haviam “praticamente desaparecido”, ainda não é claro em torno de que pontos se chegou a um acordo.

Para o jornal conservador *El Mercurio*, as bases da solução do conflito seriam o “congelamento” dos pedidos de indulto para os presos políticos que participaram de ações armadas contra a ditadura. Outra conhecida reivindicação dos militares é uma lei de anistia ou “ponto final”, que os livre de um julgamento por violações aos direitos humanos durante o governo Pinochet (1973/1990).



28 de maio: demonstração de força

## HAITI

A decisão do Conselho de Segurança da ONU de impor sanções econômicas e financeiras ao Haiti, se o regime militar não aceitar uma solução negociada para o retorno à normalidade democrática, pode reverter o quadro político no país. As sanções, que vão da total proibição das vendas de petróleo até o congelamento de fundos financeiros haitianos no exterior, já haviam sido impostas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), mas não tinham caráter universal.

O endurecimento das sanções vem tornar mais delicada a situação da junta militar que derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide em setembro de 1991. No dia 8 de junho, o premier Marc Bazin renunciou ao cargo, alegando “pressões de todo o tipo” contras as pessoas que ele havia selecionado para formar sua nova equipe.



Mogadíscio: civis são mortos e feridos pela força de paz da ONU

#### SOMÁLIA

## Prova de fogo para a ONU

**A**morte na Somália de 23 capacetes azuis (como são conhecidos os soldados das Forças de Paz da ONU) paquistaneses e de dezenas de civis somalis coloca sérias dúvidas sobre a eficácia da organização internacional em áreas de conflito. Atualmente, a ONU conta com 40 mil capacetes azuis, que atuam em 15 países, entre eles a ex-Iugoslávia, Iraque e Israel. Mas seus logros são discutíveis.

Na Somália, eles suplantaram o total de tropas dos Estados Unidos. A missão inicial era permitir a chegada e distribuição de ajuda de emergência para a população civil faminta. A guerra entre facções políticas rivais – na disputa pelo poder desde a queda de Siad Barre, em janeiro de 1991 – impedia o funcionamento normal do porto e do aeroporto de Mogadíscio, a capital, e das rotas que seguiam os alimentos enviados pelos grupos humanitários.

Tudo se complicou quando tropas da ONU dispararam e mataram manifestantes que protestavam contra os bombardeios aéreos dos Estados Unidos contra as posições de Mohamed Farah Aidid, um dos líderes locais, os chamados senhores da guerra. Os

manifestantes denunciavam que os bombardeios haviam destruído bairros da capital, matando e ferindo numerosos civis. Essa ofensiva da ONU era uma represália pelo assassinato de 23 soldados paquistaneses da força de paz, que morreram em uma suposta emboscada de Aidid.

Segundo estimativas dos hospitais, o saldo dos confrontos foi de mais de 60 mortos e 100 feridos. O presidente Bill Clinton reafirmou em Washington o direito dos capacetes azuis de recorrer à força para defender-se se quiserem ter credibilidade como instrumento para manter a paz. Mas nem todos pensam assim.

Na França, a Associação Internacional contra a Fome (AICF) denunciou que um helicóptero das forças da ONU na Somália (Onusom) disparou dois mísseis contra a sua sede em Mogadíscio. Denúncias como essa contribuem para levantar dúvidas sobre a atuação da ONU. Muitos se perguntam quais são os objetivos reais da operação, já que, mais que contribuir para criar condições para a paz, sem tomar partido no conflito, transformam a ONU em um fator de agravamento das tensões.

#### MALAUI

## Derrota oficialista

O presidente Kamuzu Banda reconheceu publicamente sua derrota no plebiscito do dia 14 de junho e anunciou que as eleições gerais se realizarão dentro de um ano. No entanto, não aceitou as pressões em favor de sua renúncia e declarou que deverá permanecer à frente do governo durante todo o período de transição. A proposta de Banda – que está no poder há 30 anos – de manter o sistema de partido único foi derrotada na consulta popular sobre o futuro institucional do país. O pluripartidarismo, defendido pelos principais partidos de oposição, obteve 65% dos votos, contra 35% da proposta do presidente.

Compareceram às urnas 3,8 milhões de eleitores e a oposição ganhou em todo o país, menos na região central, um bastião do Partido do Congresso de Malauí (PCM), a agrupação oficialista. Na importante cidade de Blantyre, só 10% apoiaram Banda e na capital, Lilongue, 85% se pronunciaram a favor dos dois grupos de oposição: a Frente Unida Democrática (FUD) e a Aliança para a Democracia (APD).



Mulher vota em Blantyre

Mas os observadores estimam que a lição do Quênia, onde a oposição dividida propiciou a vitória eleitoral do presidente Daniel Arap Moi, não foi totalmente assimilada no Malauí. Para eles, o quase centenário presidente, o único chefe de estado que teve o país

desde a independência da Grã-Bretanha em 1964, poderá recuperar a iniciativa política se os dirigentes da APD e do FUD não deixarem rapidamente de lado suas rivalidades pessoais e se unirem em função de uma proposta comum de governo. Mas isso não é fácil.

O líder da APD, Chakufwa Chihaha, é sindicalista. Dias depois do plebiscito, foi libertado da prisão, onde passou seis meses sob a acusação de perturbação da ordem pública. O líder do FUD, Bakili Muluzi, por sua parte, é um empresário e entre seus correligionários figuram advogados e outros profissionais liberais.

## ANGOLA Guerra total

**P**ressionada pelos Estados Unidos e a comunidade internacional, a Unita se prepara para o reinício das conversações de paz com o governo de Luanda na única forma que esse grupo entende: reforçando seu poder militar. Para isso, seu líder, Jonas Savimbi, lançou uma ofensiva geral nas províncias próximas a Huambo, a maior cidade do planalto central angolano, onde está seu quartel general e trata de reforçar sua presença no norte. Estima-se que a Unita já controla 80% do território angolano, mas nos 25% restantes estão concentrados mais de 80% da população.

Por outro lado, o governo começa a aplicar a recém-votada "lei de mobili-

zação militar", com a qual espera recrutar cerca de 10 mil homens. E o general João de Matos, chefe do estado-maior das Forças Armadas Angolanas (FAA) reiterou as acusações ao Zaire e África do Sul, afirmando que "apesar das declarações contrárias, continuam apoiando a Unita". O general também denunciou que unidades do Zaire e da Unita estão preparadas para atacar Cabinda, o enclave petroleiro do norte de Angola, que produz 310 mil barris diários de óleo cru e é responsável por 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Nove meses depois do reinício da guerra – depois da recusa por parte da



Caimbambo: soldados trazem suprimentos para a cidade

Unita em aceitar os resultados da eleição de 1992, que deram a vitória ao partido do governo, o MPLA – os números mostram que mais de 30 mil pessoas morreram, mais de um milhão de refugiados fugiram de seus lugares de origem e dois milhões de angolanos correm o risco de morrer de fome. São números mais dramáticos que os de todo o período de luta contra o colonialismo português e a posterior guerra civil.

**G**rande tensão se vive na Nigéria devido à anulação das eleições presidenciais de 12 de junho e ao adiamento, por tempo indeterminado, da transição para um governo civil, marcada para 27 de agosto. O governo militar reforçou as medidas de segurança nas principais cidades do país por temer surtos de violência.

Segundo alegou o ditador Ibrahim Babangida, ele teria sido obrigado a tomar essa medida devido à avalanche de recursos judiciais movidos pelos dois candidatos à presidência, que "ameaçava ridicularizar e politizar o sistema judiciário" do país.

Três dias depois do pleito, a Suprema Corte de Abuja havia ordenado a anulação dos resultados da eleição, aparentemente ganhas em 12 estados pelo empresário Moshood Abiola, candidato do Partido Social-Democrata. Já o mili-

## NIGÉRIA Incerteza pós-eleitoral



Abertura de urnas: trabalho inútil com a anulação da eleição

nário Bashir Tofa, candidato da conservadora Convenção Nacional Republicana, ganhava nos três restantes.

Ambos são amigos de Babangida e apoiaram o cancelamento das eleições. Graças ao ditador, os partidos rivais de Tofa e Abiola foram cassados.

Ativistas da área dos di-

reitos humanos opinam que a medida pode ser trágica para o futuro democrático da Nigéria. "Tínhamos razão quando afirmávamos que o presidente Ibrahim Babangida não tem intenções de deixar o poder", assinalou Beko Ramsome-Kuti, diretor do grupo "Campanha para a Democracia".

Antes da decisão das autoridades militares, a Convenção Nacional Republicana e a Associação para uma Nigéria Melhor, também conservadora, vinham exigindo que o governo cancelasse as eleições por supostas irregularidades do processo.

Segundo opositores do regime militar, o próprio Babangida havia estimulado Tofa e Abiola a promoverem uma verdadeira guerra judicial, abrindo caminho para a posterior anulação das eleições.

Cerca de 39 milhões de nigerianos foram cadastrados para votar nas primeiras eleições que se realizam no país em uma década. O candidato vitorioso deveria assumir em 27 de agosto o cargo ocupado desde 1985 pelo general Babangida, que chegou ao poder depois de derrubar outro militar, Muhamadu Buhari.

## CAMBOJA

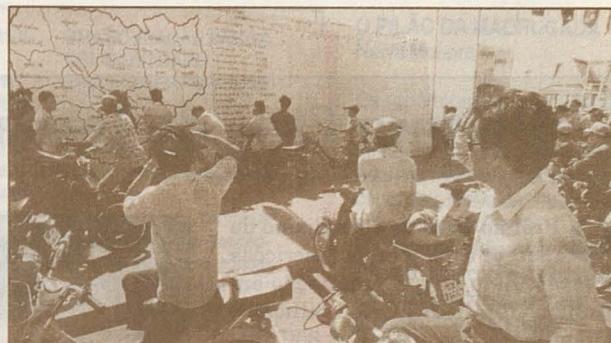
**Uma luz no fim do túnel?**

**A**pesar de ter conseguido realizar, sob o patrocínio da ONU, as primeiras eleições livres de sua história, o futuro do Camboja permanece uma incógnita. Imerso em profundas contradições, o governo de coalizão que reúne os dois partidos mais votados nas eleições de fins de maio está longe de oferecer aos cambojanos uma real garantia de paz.

Depois de inúmeras marchas e contra-marchas, os dois partidos — o monarquista Funcinpec, do príncipe Norodom Sihanouk e seu filho, Norodom Ranariddh, e o até então situacionista PPC (Partido do Povo Cambojano), do ex-primeiro-ministro comunista Hun Sen — concordaram em meados de junho em governar em conjunto até que a Assembleia Nacional redija uma nova Constituição, dentro de três meses.

O acordo pôs fim, momentaneamente, ao impasse criado após as eleições, quando o PPC não reconheceu a vitória do Funcinpec, alegando fraudes e diversos tipos de irregularidades. No auge da crise, o príncipe Norodom Sihanouk — única figura que consegue reunir algum consenso a nível interno e externo — anunciou um governo de coalizão, no qual ele teria o cargo de chefe de estado e comandante das Forças Armadas, designando seu filho Ranariddh e Hun Sen como vices.

A decisão de Sihanouk de formar um governo com essas



*Na capital, o resultado do pleito era divulgado em murais*

características — que, segundo fontes diplomáticas, teria sido recebida com frieza pelas Nações Unidas — não vingou. Em menos de 24 horas, a proposta fracassava diante da negativa de Ranariddh em apoiar o plano do pai, alegando não ter sido consultado e não ser justo dividir o poder com o PPC, ao qual derrotou nas urnas.

Para agravar a situação, pouco depois seis províncias cambojanas controladas pelo PPC anunciam que não aceitariam a vitória do Funcinpec, decretando sua separação do resto do país. A secessão, não entanto, não se tornou realidade, já que os principais líderes separatistas, entre os quais o príncipe Norodom Chakrapong, também filho de Sihanouk, terminaram fugindo para o Vietnã.

Em meio a todas essas contradições dentro do governo, paira ainda a ameaça do recrudescimento da guerra, pois o Khmer Vermelho — grupo que luta há 13 anos contra o governo — não aceitou depor armas e participar das eleições.

**PAQUISTÃO**

**I**mpeachment. Depois do Brasil e Venezuela, é a vez de políticos e setores da sociedade paquistanesa levantarem essa bandeira. Insatisfeitos com o governo do presidente Ghulam Ishaq Khan, eles acusam o mandatário de ter provocado uma grave crise política no país ao tentar derrubar seu adversário, o primeiro-ministro Nawaz Sharif.

O pedido de *impeachment* vem acrescentar novas dores de cabeça ao presidente Khan, que em 26 de maio passado foi obrigado a reconsiderar a destituição de Sharif, por ele decretada em 18 de abril. O primeiro-ministro não aceitou sua demissão e recorreu à Suprema Corte de Justiça, que lhe deu ganho de causa. Os juízes consideraram que a ordem do presidente “não figurava no âmbito dos poderes a ele concedidos pela Constituição”.

**IRÁ**

Encontrar uma solução para os problemas econômicos do Irã. Esse parece ser o maior desafio do presidente Ali Rafsanjani, reeleito em junho para um novo período de quatro anos.

Membro do clero e conhecido por sua habilidade política, foi Rafsanjani quem afastou do poder os setores islâmicos mais radicais e começou o processo de abertura da economia.

Apesar da confortável vitória sobre o segundo colocado — conseguiu 63,2% dos votos contra 22% obtidos pelo economista Ahmad Tavakkoli — Rafsanjani esteve longe de repetir o resultado do pleito de 1989, quando havia logrado o apoio de 94,5% dos eleitores. Segundo os analistas, o empobrecimento da população, o alto índice de desemprego e a inflação, entre outras razões, pesaram na decisão do eleitorado iraniano de dar-lhe o seu voto, mas não um chequê em branco no seu segundo mandato.



*Ali Rafsanjani*

## Prêmio Esso de Jornalismo

O Prêmio Esso de Jornalismo de 1993 já está com as inscrições abertas. Este ano, a premiação em dinheiro totalizará Cr\$ 2 bilhões e 175 milhões, dos quais Cr\$ 800 apenas para o prêmio principal.

Para se habilitar, basta que o jornalista profissional tenha tido trabalhos publicados no período de 01/10/92 a 30/09/93 e promova sua inscrição de acordo com o regulamento.

Além do Prêmio Esso de Jornalismo, serão também contempladas as áreas de reportagem, fotografia e reportagem especializada, com Cr\$ 250 milhões para cada uma. Os Prêmios Esso de Jornalismo são destinados a profissionais que realizaram um trabalho de destaque no campo da informação.



# Gramma

## INTERNACIONAL

EDIÇÃO BRASILEIRA

**O Jornal que vai deixar você  
por dentro de tudo o que  
acontece em CUBA.**



Assinaturas  
pelos Telefones

(021) 262-0323  
(021) 262-9471

Gráf Edit INVERTA Ltda.  
R. Sen. Dantas, 117/1018

mios Regionais, um para cada região do país, distinguirão os vencedores com 125 milhões cada um.

As inscrições estarão abertas até o dia 30 de setembro, podendo cada concorrente apresentar, no máximo, cinco trabalhos, sem necessidade de especificar a categoria.

As matérias não assinadas, ou assinadas sob pseudônimo, deverão ser acompanhadas de uma declaração da direção ou chefia do jornal ou revista em que tiverem sido publicadas, identificando o autor ou autores.

Para maiores informações, dirigir-se a:

**PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO** - Avenida Presidente Wilson, 118/ sala 604 - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20030-020 (tel: (021) 227-5941, 277-2198, 277-2197 e 277-2196).

## CONCURSO "GUIMARÃES ROSA"

A Radio France Internationale está organizando, pela segunda vez consecutiva, um concurso de contos de língua portuguesa, chamado Prêmio "Guimarães Rosa". Poderão se inscrever escritores com um conto em língua portuguesa, original e inédito.

O concurso se encerrará em 31 de julho de 1993, sendo o carimbo do correio o comprovante da data do envio.

A decisão do júri será conhecida em 15 de dezembro de 1993 e os contos selecionados serão premiados com 15.000 francos, pela Radio France Internationale, e 10.000 francos pela Casa da América Latina.

O texto deverá ser enviado em um único exemplar, para um dos seguintes endereços:

R. F. I. - Serviço América Latina  
Concurso "Guimarães Rosa"  
116, Av. du Président Kennedy  
75116 - Paris/France  
R.F.I. - Concurso "Guimarães Rosa"  
Caixa Postal 1187  
20001-970 - Rio de Janeiro/RJ-Brasil

## TEMA DE CAPA

No momento em que o país reavalia seus destinos e seu projeto político e econômico, o sociólogo René Dreifuss analisa a posição dos militares a partir das novas realidades estratégicas

## CARTAS

### APA

Reforma do Estado e o papel das Forças Armadas

### NTREVISTA

Luiza Erundina: "O Estado tem de controlado pelo cidadão"

### DUCAÇÃO

Experiência pioneira

### OMPORTAMENTO

O consumo de drogas

A doença da dependência química

### NERGIA NUCLEAR

Nuvens de urâno

### INORIAS

Americanos combatem racismo tóxico

### MÉRICA LATINA

Cuba: Resistindo a furacões

A substituição do petróleo

Pesquisa científica, uma prioridade

Guatemala: Os desafios do novo governo

Paraguai: Continuismo ameaça avanços

México: Solidariedade ou clientelismo?

### FRICA

A necessidade de integração

África do Sul: A hora de dar

mes aos bois

### SIA

Exclusivo: Dalai Lama: "Um futuro de liberdade"

### ULTURA

Os intelectuais e a globalização

### OMUNICAÇÃO

Haiti: A rádio na mira da ditadura

### EFUGIADOS

Um drama para milhões de pessoas

### ÁGINA ABERTA

Espaço une Brasil e China

### SUPLEMENTO

#### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

20 mercado verde

#### MEIO AMBIENTE

4 As selvas de pedra

#### CULTURA

5 O renascer da música regional

3 Vale do Jequitinhonha

#### OMPORTAMENTO

3 A História em quadrinhos

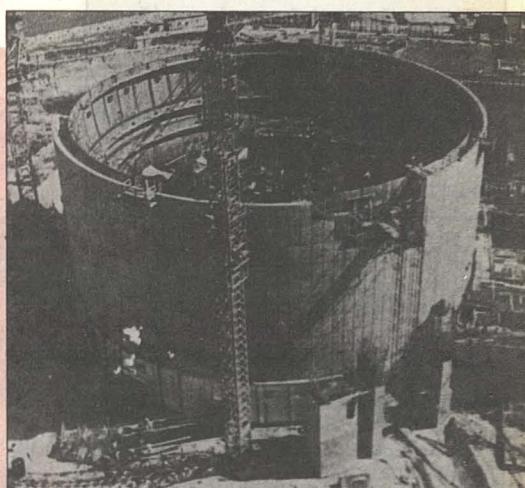
10 Igreja versus preservativos

1 Falta desejo

#### 2 PANORAMA INTERNACIONAL

## SUMÁRIO

COMO  
O LIVRO  
DO LIVRO MUDA



20



23



42

# CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira

DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cláudia Soares e Valdenir Peixoto

DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa), Zaney da Silva, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches

Foto de Capa: J. Cesar Guimarães, Ag. O Globo

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V.

de Sousa (diretora), Juliana Iotti, Silvia Arruda,

Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e

Rosângela Vicente Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa

(chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE E MARKETING: Denise Menezes Antunes

## CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes – Rua da Glória, 122 1º andar  
CEP 20241 – Rio de Janeiro – Brasil

• (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (Méx.-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

Foto de capa: Ag. Globo / Júlio Cesar Guimarães

## SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro  
10/1º andar. Lisboa, 1200 – Tel.: 32-0650.

Telex: 42720 CTM-TE-P

## Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106  
20241-180 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

• (021) 242-1957/222-1370 – Redação

• 232-1759 / 232-3372 – Administração

• (021) 507-2203 – Publicidade e Marketing

Fax 55 21 252-8455 – Telex (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico – Geonet: Terceiro-Mundo

Alternex: Caderno

## REPRESENTANTES DE ASSINATURAS •

Maringá – (0442) 224182, Recife – (081) 224-4486

/224-1421, BH – (031) 271-3757, Brasília – (061)

226-2202, Alagoas – (082) 223-2420, Aracaju –

(079) 211-1912, Rio – (021) 252-7440/232-3372,

SP – (011) 573-8562/571-9871, Porto Alegre – (051)

228-8636, Fortaleza – (085) 252-4858, Curitiba –

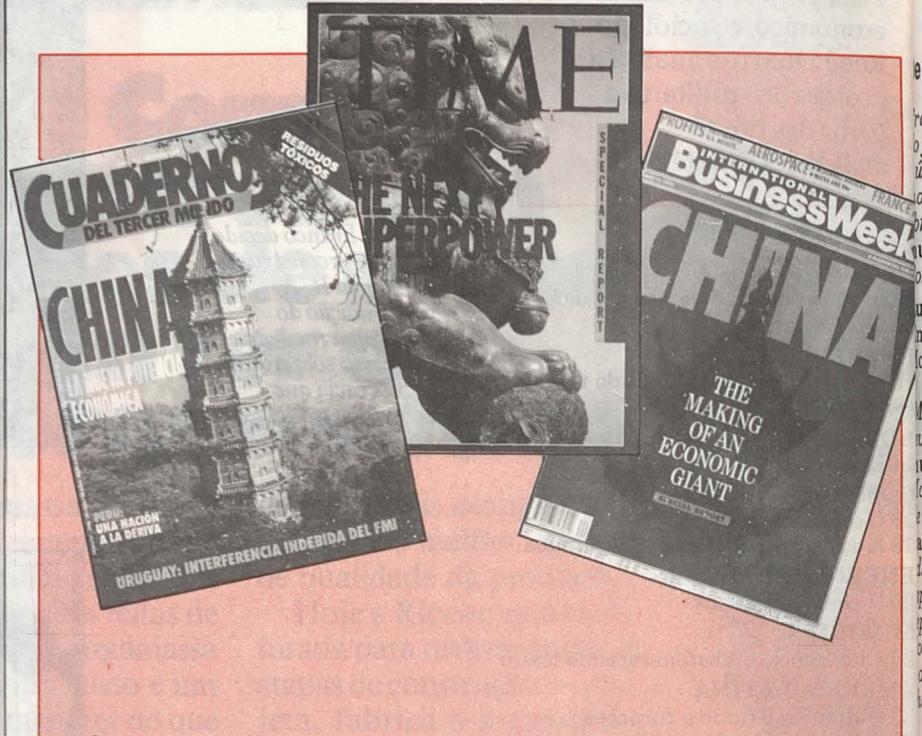
(041) 264-9969, Belém – (091) 235-2146, Uberaba –

(034) 333-1635, Campina Grande – (083) 222-7536,

Macapá – (096) 222-0855, Salvador – (071) 242-2077

Impresso: Gráfica MEC

# CARTAS



## Cadernos na frente

As revistas Time (10 de maio de 1993) e Business Week International (17 de maio de 1993) dedicaram seus artigos de capa ao mesmo tema que **Cadernos do Terceiro Mundo** já havia publicado em março, no número 159: o surgimento da China como potência econômica. A reportagem, assinada por Theotonio dos Santos, é mais uma prova de que nossa revista mensal está tão afinada com os assuntos da atualidade quanto as revistas semanais norte-americanas, que contam com recursos materiais e humanos muito superiores aos nossos.

## Menores

Diante da repercussão causada pela matéria de Maria Helena Guimarães Pereira, "A ação invisível", publicada no nº 160, manifesto meu agradecimento a esta revista.

Gostaria de dar três informações: o nome da co-autora do livro Invisible Action – A guide to non-governmental assistance for underprivileged and children of Rio de Janeiro" é Flávia Impelizieri, e não Fátima, como foi publicado. O livro pode ser encontrado nas livrarias

do Ibase, Iser, Dazibao e no próprio Iuperj, na Rua da Matriz, 82, em Botafogo, RJ.

O Iuperj realiza, atualmente, um estudo sobre o perfil da clientela atendida por ONGs que prestam serviços a crianças e adolescentes de rua. A pesquisa, coordenada por Flávia, cobre 12 projetos, e recolheu informações sobre 783 jovens. Os resultados estarão disponíveis no segundo semestre deste ano.

Licia Valladares  
Rio de Janeiro – RJ

## de Moçambique

transmito-lhes em anexo recorte do jornal moçambicano Notícias - único do país - relativo à matéria de capa da edição de abril de cadernos do terceiro mundo.

cordialmente,

Juciano Ozorio Rosa  
Imbaixador do Brasil em Moçambique

Moçambique em destaque na revista cadernos do terceiro mundo"

Moçambique mereceu na edição de abril último, da revista cadernos do terceiro mundo, editada no Brasil, uma referência especial, através de uma reportagem sobre a assinatura dos acordos de paz entre o governo e Renamo, bem como sobre a chegada das chuvas, dois

acontecimentos que permitem já o esboçar dos primeiros passos em direção à reconstrução do país e da sua economia.

A reportagem, cujo tema constitui a matéria de capa da revista, é de autoria do jornalista Pedro Sutter e ocupa um espaço de 13 páginas com informação e análise da realidade e aspirações das populações do país, terminado o período do holocausto decorrente da guerra e da pior estiagem jamais vista na África Austral..."

## Seriedade

Para quem vive numa sociedade como a nossa, onde a imprensa, na maioria das vezes, está atrelada às forças econômicas e dominantes, quando lê os textos de cadernos do terceiro mundo, tão sérios e comprometidos com a sociedade tra-

lhadora e produtora terceiro-mundista, dá para se ter esperanças e acreditar que a seriedade, o empenho, a honestidade e o engajamento desta revista são instrumentos para a mudança, em busca de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Parabéns pelo trabalho sério e consistente, cheio de verdades, que nos leva a refletir e tomar uma posição crítica sobre as situações a nós impostas. Estou sempre divulgando esta revista, para que mais pessoas a conheçam.

Jani  
Florianópolis - SC

Por motivos técnicos, o suplemento Grandes Temas dedicado ao crescimento dos movimentos religiosos, programado para julho, será publicado na edição de agosto.

CONGRESSOS CONGRESSOS CONGRESSOS CONGRESSOS

## CONGRESSOS NACIONAIS

### ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

- Revitalizando o Hospital para o Próximo Decênio -

XV MOSTRA BRASILEIRA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

V CONGRESSO BRASILEIRO DE LAVANDERIA, LIMPEZA E HIGIENE HOSPITALAR

III CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA HOSPITALAR

III CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

(Compras, Almoxarifado e Farmácia)

III CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA HOSPITALAR

II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIRETORES CLÍNICOS E DE SERVIÇOS MÉDICOS

I SEMINÁRIO BRASILEIRO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

HOSPITALARES - ISO 9.000 - PRO EQUIPO (Ministério da Saúde) - MERCOSUL

Palácio das Convenções do Anhembi - São Paulo - SP

08, 09, 10/07/93

## QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

I CONGRESSO BRASILEIRO DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Centro de Convenções Rebouças - São Paulo - SP

23, 24, 25/08/93



ORGANIZAÇÃO E  
INFORMAÇÕES:  
SYMPOSIUM - Centro de Promoções  
e Eventos.  
R. Barão do Bananal, 1.111  
05024-000 - São Paulo - SP  
Fone: (011) 864.2199  
Fone / Fax: (011) 872.9918

PROMOÇÃO:  
CEDAS - Centro São Camilo de Desenvolvimento  
em Administração da Saúde  
Filiado à AUPHA - Association of University  
Programs in Health Administration  
CBAS - Colégio Brasileiro de Administradores  
da Saúde  
IBRAQS - Instituto Brasileiro da Qualidade  
em Serviços  
FISC - Faculdades Integradas São Camilo  
USC - União Social Camiliana



# Reforma do Estado

## O papel das Forças Armadas

*Diante de uma crise já crônica, que exige profundas mudanças na estrutura brasileira, o cientista político e pesquisador René Dreifuss prega a*

*necessidade de formulação de um projeto nacional, onde a participação das Forças Armadas é vista como fundamental, a partir de funções definidas pelo Estado*

**Carlos Lopes\***

**O** governo Itamar Franco tem pouco mais de um ano para conter a inflação e promover o crescimento econômico com desenvolvimento social, o que garantiria ao país um eixo de estabilidade política e de governabilidade. O tempo é curto. Em outubro de 1994, o calendário registra eleições em todos os níveis (com exceção do municipal), de deputado estadual a presidente da República.

A divulgação de um Plano de Ação Integrada (PAI), em meados do mês passado, provocou a correria dos jornalistas, mobilizou os economistas, mas não teve o impacto esperado na opinião pública. O "Plano Verdade", do comuni-

cavista titular da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, é uma "carta de intenções" que não demovem o ceticismo daqueles que já perderam a conta das medidas apresentadas como solução para os problemas nacionais.

O pesquisador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), René Dreifuss, membro do Departamento de Ciência Política e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, aponta a existência de um vazio nas relações de poder, que faz com que se amplie a possibilidade de crise. Pesquisando Forças Armadas há mais de 20 anos, ele considera "uma coisa complicada" pensar nos militares nesse momento: "Se você não tem condições de estabelecer um

ix político e um sistema capaz de reunir os diversos segmentos, fatalmente negará a esse vazio de poder, e alguma instituição terá condições de ocupá-lo", avverte.

Dreifuss vê a cúpula militar acompanhando a atividade nacional com muita atenção a tudo o que acontece. "O que você não sente é a presença do quadro militar, à medida que seus integrantes foram retirados dos cargos públicos." O professor lembra que, no período inaugurado com o golpe de 1964, sistema militar tinha presença forte na composição governamental, na estrutura do Estado – autarquias, fundações, empresas etc. –, e que essa proliferação, "desfuncional até mesmo para as Forças Armadas", foi contida.

Resguardo, segundo o cientista político, é o melhor termo para definir o posicionamento militar no momento atual. "Eles tiveram que se recompor internamente, 'lamber as feridas' do esgaste que é ser governo, e ser governo de uma forma muito particular, muita la Brasil." Para o pesquisador, o período de Castello a Figueiredo não teve governos simplesmente militares ou militarizados: "Foram governos civil-militares." Ele chama a atenção para o fato de que, durante todo o regime autoritário, as áreas econômica e financeira nunca estiveram nas mãos dos militares.

Essa postura resguardada – diz – se deve não só à localização das Forças Armadas no interior do sistema político brasileiro, mas também à visualização de referenciais externos, que certamente já não são os mesmos de cinco anos atrás. "Isso aconteceu no meio de uma crise econômica, crise de Estado no Brasil, e limita as opções, ao mesmo tempo em que obriga a pensar muito mais intensamente."

A questão do soldo preocupa, e talvez seja um dos poucos aspectos que vêm chamando a atenção do grande público para o meio militar, já que provocou ordens do dia, reuniões específicas entre o presidente da República com os ministros da área, protestos de familiares e divulgação de manifestos de grupos independentes. Atualmente, os militares reconhecem a existência de nove grupos, como o Araucária, do Paraná, o Anhangüera, o Guararapes ou o Conselho de Mobilização Nacional, com base no Rio, formados na maior parte por oficiais

da reserva. Em geral são reativos: protestam contra o governo, os políticos, a corrupção e o chamado caos social, mas carecem de uma formulação programática positiva.

A partir de outubro de 1988, com a nova Constituição em vigor, os militares passaram a receber os mesmos percentuais de reajuste salarial que o funcionalismo público civil. Embora a queda da qualidade de vida ganhe traços dramáticos nas Forças Armadas, Dreifuss afirma que a crise é para todos, com reflexos ainda mais graves nos setores que já apresentavam um alto grau de carência, como por exemplo saúde e educação. No entanto, ele detecta um dado agravante entre os militares: a falta de uma válvula de escape como a greve, usada recentemente pelos servidores civis num movimento de dimensão nacional.

Em maio, o tenente-brigadeiro Ivan Moacyr da Frota, Comandante-Geral do Ar, publicou o manifesto intitulado *Forças Armadas – derradeiro baluarte*, em que se queixou do abandono a que as instituições militares vêm sendo submetidas. Na síntese do autor, o documento foi "um brado de alerta à nação e um apelo aos cidadãos dignos desse país". E o "brado", que misturou denúncias con-

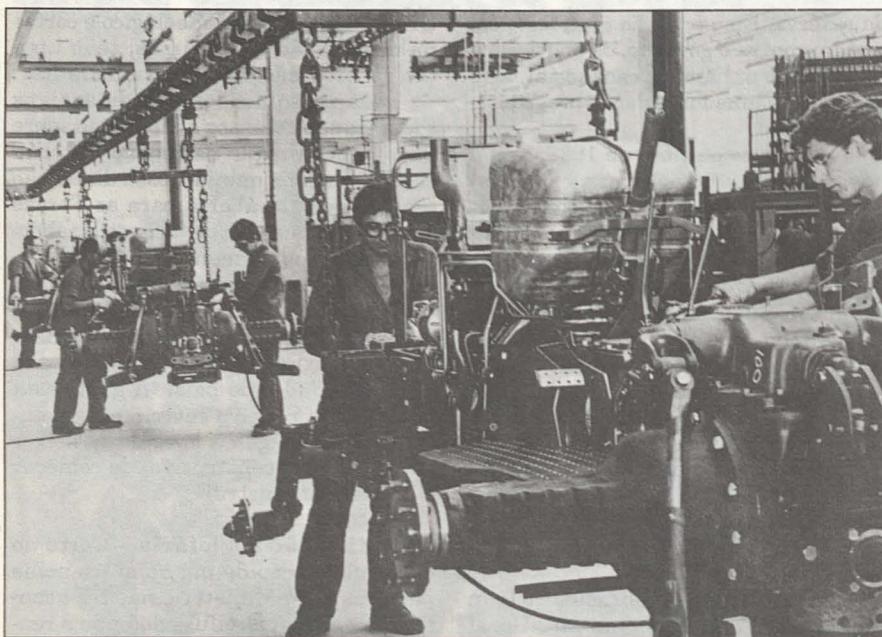
tra o patrulhamento ideológico e cortes na destinação de recursos, teve uma boa repercussão junto à cúpula militar.

Para o pesquisador, à medida que os recursos são escassos a discussão sobre papel e otimização da função se torna crucial. Em sua opinião, essa discussão – que hoje está aberta para as Forças Armadas – também deveria estar aberta para outros segmentos da sociedade, num grande debate nacional. Ele cita como exemplo a universidade, que teria que estar examinando a sua otimização, suas exigências e demandas para as necessidades do país: "A gente está vivendo um pouco a inércia e o desencanto. Mas chegou a hora de se mexer de uma forma construtiva, de começar a pensar em construir."

**Satisfação societária** – Certo de que a nomeação de um ou outro nome para ocupar o Ministério não faz acontecer as coisas, Dreifuss defende a realização de grandes reformas, que passam pela disposição de levar a cabo um projeto nacional pluralista – "uma interseção de vontades". A definição de grandes metas permitiria ao país um balizamento, capaz de livrá-lo da crise crônica e de dotá-lo de condições de se afirmar interna e externamente.



Num quadro de reformas, o setor financeiro seria convocado a ajudar a pagar a conta



*A indústria deve se modernizar para enfrentar os grandes desafios nacionais*

O fundamental nesse projeto seria a preservação do pluralismo. "Isso quer dizer mecanismos de representação e de fiscalização muito claros, estruturas partidárias capazes de aglutinar vontades, mas significa basicamente algum ponto de recepção de demandas, capaz de formular respostas."

O desafio, segundo René Dreifuss, é visualizar um projeto que acorde o país, que seja a expressão de uma vontade política nacional, tendo como ponto de referência a satisfação societária. "Como fazê-la acontecer nos diversos planos que a gente tem de cada um desses países imaginários que fazem parte do país Brasil?", indaga.

O cientista político enxerga o Brasil como um país que, na realidade, são dez Haitis, uma Espanha, uma Grécia e um Portugal misturados aqui dentro, no tocante ao tamanho de população, complexidade de problemas e estruturas sociais completas.

"O que significa satisfação societária nesse momento e nessa diversidade?", continua. "O que significa satisfação societária para os alagados, para os bôias-friás, aquilo que vá além das necessidades imediatas no campo da educação, moradia, saúde, alimentação?"

Dreifuss ressalta que a diversidade tem que ser entendida, uma vez que um

"pacote" pode ser colocado para um setor e não necessariamente para outro. "Isso faz um projeto nacional muito complexo, que de alguma forma parte da ação de governo, resultante de uma demanda", diz. Ele sublinha que essa ação não deve necessariamente estar expressa na coligação que elegeu ou na coalizão de apoio a este ou àquele governo.

"Há uma estrutura social com demandas que precisam ser atendidas. Mas o atendimento terá que ser para todos. O Brasil está começando a deixar de ser uma sociedade de massas para passar a ser uma sociedade de cidadãos", afirma, explicando que as novas exigências têm um custo para as antigas estruturas.

"Como é que você faz isso com os recursos escassos? Como é que você potencializa as coisas? Como você desenvolve uma tecnologia de resolução de problemas que vá ao encontro de demandas internas e se torne um paradigma para utilização externa?", pergunta.

O Brasil, de acordo com o pesquisador, deve se apresentar ao mundo não só com as riquezas naturais, mas também com suas riquezas criativas, que atendam aos vários Haitis que se tem, à diversas colônias culturais e econômicas que precisam ser atendidas. Ele deixa claro que a solução para o problema

## Repressão militar ao narcotráfico

As Forças Armadas brasileiras devem reprimir o comércio de drogas que passa pela Amazônia, para que o tráfico não seja usado como pretexto para uma intervenção externa na região. A posição é defendida pelo tenente-brigadeiro Deoclécio Lima de Siqueira. O ministro aposentado do Superior Tribunal Militar admite a cooperação entre o Exército brasileiro e agentes norte-americanos, desde que as operações sejam comandadas por militares brasileiros e que exista solicitação de auxílio estrangeiro pelo governo do Brasil.

Lima de Siqueira acredita que a atuação na região amazônica deve ser prioridade das Forças Armadas, ao lado do monitoramento do litoral brasileiro e da defesa da integridade nacional. Ele afirma que o trabalho de integração das regiões do país realizado pelas Forças Armadas deva ser reforçado para evitar o crescimento do movimento separatista. "O separatismo pode aumentar tanto nos estados do Sul quanto nos do Norte, devido às fortes disparidades sociais."

O oficial defende a participação dos militares nos programas de combate à fome e à miséria, mais é contrário à ação de soldados no combate à violência urbana. A possibilidade de vazio de poder no país é descartada pelo militar. Segundo Lima de Siqueira, as dificuldades enfrentadas pelo governo federal fazem parte da democracia.

Sobre a atual situação salarial das Forças Armadas, afirma que os ministérios militares já fizeram os cortes que podiam fazer. Lembrando que o contingente de soldados aceitos anualmente pelo Exército foi reduzido e hoje é formado na maioria por voluntários, ele defende a manutenção do serviço militar obrigatório, e justifica com o fato de que a carreira militar desempenha "uma função social, dando acesso à educação, alimentação, saúde e noções de comportamento a muitos jovens carentes".

le moradia em alguma parte do Nordeste ou do Sul é diferente, mas será semelhante a algum outro lugar, onde se possa chegar e dizer: 'Nós fizemos essa experiência. Isso é uma coisa que a gente pode trazer pra cá'."

"Isso significa relações culturais", firma, "significa relações empresariais, relações de governo. Há uma série de questões que têm que ser consideradas nesse processo".

Um projeto de Estado, na opinião do pesquisador, deve, necessariamente, incorporar as Forças Armadas, não na execução de um determinado "serviço social", mas como parte integrante do processo de mudança na infra-estrutura brasileira.

"O que acho fundamental é consolidar as condições necessárias para que elas funcionem adequadamente como força de defesa, e com isso se neutralize qualquer movimento relevante em direção a uma ocupação de vazio de poder", define. "Existem áreas enormes que, de alguma forma, precisam ser afirmadas para dentro do mapa vivo do país, e não do mapa-papel."

A Amazônia é obrigatoriamente o primeiro exemplo, mas Dreifuss abrange outras áreas, onde as Forças Armadas teriam uma função importante,

precisando para isso de equipamentos adequados. "Elas podem ser cabeça-de-ponte para a inserção civil nessas áreas."

O professor também destaca a necessidade de que as Forças Armadas passem por um processo de adequação doutrinária, conceitual-militar e estratégica para os novos requerimentos do mundo pós-bipolar, que surgiu com o fim da União Soviética e a democratização dos países do Leste europeu.

"A noção de adversário, de inimigo claramente definido, deixa de existir", explica, acrescentando que, neste novo quadro, as Forças Armadas devem ter uma função formulada politicamente a partir do Estado. "Isso significa atendê-las logicamente, adequá-las em termos de recrutamento, quantidade, qualidade, treinamento e distribuição territorial, respondendo às novas demandas."

**Encontro de vontades** – Entre as prioridades do país, o cientista político alinha a reforma no setor industrial, reformas agrárias e no sistema financeiro: "Precisamos de muitas reformas, muitas transformações." No setor rural, ele vê a necessidade não de uma, mas de 20 reformas agrárias, devido às especificidades de cada lugar. "Temos

## Os militares e a política

**O**s militares brasileiros devem se abster de atuar em questões não-definidas por lei como de competência das Forças Armadas, casos da repressão ao tráfico de drogas e do combate à violência urbana. A opinião é do vice-almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, que chefiou o Estado-Maior da Esquadra e comandou o 3º Distrito Naval. Ele acredita que a ação de militares fora de suas atribuições legais poderia aumentar a influência das Forças Armadas no processo político: "Isso seria negativo."

O vice-almirante Vidigal lembra que a formação do militar é específica, e que a presença de tropas em ações para as quais não estão preparadas poderia provocar resultados negativos. O vice-almirante afirma que a formação do militar é direcionada para a eliminação do inimigo, enquanto os policiais devem prender suspeitos e investigar os fatos.

As prioridades do comando das Forças Armadas brasileiras no momento devem ser, segundo ele, a defesa contra ameaças externas ao país, a obediência total aos poderes civis, a manutenção da integridade do território nacional e a consolidação do papel das Forças Armadas como instrumento para a obtenção dos interesses do governo.

Vidigal considera que a importância das Forças Armadas e a possibilidade de ocorrência de conflitos não foram reduzidas com o fim da Guerra Fria. Em sua opinião, os países do Terceiro Mundo passaram a ser "disciplinados" com mais facilidade pelos países do Primeiro Mundo, que tem o aval da Organização das Nações Unidas.

Sobre a situação política brasileira, ressalta que os militares devem se manter fiéis à Constituição. No entanto, ele não descarta a possibilidade de intervenção, caso as iniciativas de recuperação econômica fracassem, provocando "revoltas sociais" que poderiam criar um "quadro de caos, dificilmente aceito pelas Forças Armadas".



As Forças Armadas têm importantes contribuições no campo da ciência e tecnologia



*O Brasil precisaria de pelo menos 20 reformas agrárias*

que considerar diversas políticas rurais, mas é fundamental que isso seja realizado."

Dreifuss acredita que o caminho seja a montagem de uma estrutura de poder, que chame à responsabilidade os diversos setores capazes de contribuir para isso, repense o papel e a função dos órgãos do Estado, bem como de muitas entidades que fazem parte dessa sociedade.

"Os coreanos entenderam isso, com uma população muito menor, entenderam que eles eram um mercado. Então, fizeram uma mexida na estrutura agrária, mexida educacional, mexida em saúde para eles mesmos", enumera. "Os japoneses fizeram o mesmo. Os alemães tamb'ém estão fazendo", diz, concluindo que é fundamental que o país entenda isso.

"Não é fácil, mas tem que ser levado a cabo", afirma, considerando que esse tipo de iniciativa ultrapassa mesmo um período completo de governo. É um projeto para dez, 20 anos, espaço de tempo no qual "as diversas forças busquem en-

contrar a sua contribuição e o seu espelho".

A questão é fazer com que esses diversos componentes do cenário brasileiro consigam estabelecer o diálogo e, ao mesmo tempo, contribuam na constituição daquilo que chama "um tanque de cérebros políticos", capaz de pensar a partir de coisas muito concretas. "Que não seja simplesmente uma discussão de prazer intelectual, mas que comece a visualizar saídas", ressalta.

Dentro desse encontro de vontades, o pesquisador destaca o Movimento de Ação pela Cidadania contra a Miséria e a Fome, coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

"É importante a quantidade de pessoas, entidades, instituições e empresas que estão respondendo a esse apelo, de diversas formas, com graus diferentes de interesse e de compromisso", observa. "A partir disso, é pensar num segundo patamar: o da participação societária." Para Dreifuss, esse pode ser um foco, à medida que a campanha seja capaz de levantar as necessidades do país e parta para um salto maior, indicando o que tem que ser feito para suprir essas carências.

Ele não releva a existência de estruturas pesadas, riscos e interesses entrancheirados, que certamente dificultam qualquer trabalho. "Quando você diz que a saída do país são reformas profundas em todas as instâncias, você está dizendo: 'Olha, dificuldades à vista, e muito sérias'."

As Forças Armadas teriam contribuições concretas nesse somatório de esforços que um projeto nacional demanda, assim como iriam aprender com os outros setores, com os quais entrariam em contato. "Isso não há dúvida", garante. "O sistema é de mão dupla."

Própria da instituição militar, a capacitação organizacional – cujo know

## Militarização desnecessária

O coronel da reserva do Exército e especialista em estratégia militar, Geraldo Cavagnari Filho, é contrário à "militarização" de atividades que são de responsabilidade civil. Segundo o diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas, as Forças Armadas podem colaborar em ações de alcance social, como na distribuição de alimentos e abertura de estradas, mas somente quando os órgãos civis não tenham condições para prestar o serviço.

Cavagnari defende que a organização e o treinamento dos militares sejam direcionados para a defesa nacional. O coronel propõe também que o comando militar tenha como prioridades a manutenção de uma capacidade operacional mínima e o apoio à isonomia salarial entre servidores públicos civis e militares.

Ele considera que a atuação das Forças Armadas brasileiras na região amazônica na defesa das fronteiras vem sendo satisfatória. Cavagnari critica, no entanto, a preocupação militar com a possibilidade de internacionalização da Amazônia. "Não vejo qualquer ameaça à soberania brasileira na região." Para ele, a tese da internacionalização da Amazônia é usada para a obtenção de mais verbas para as Forças Armadas.

As manobras de tropas norte-americanas na Guiana, em maio deste ano, não tiveram o objetivo de intimidar o Brasil. O militar lembra que os Estados Unidos têm interesses políticos, econômicos, culturais e militares em todo o mundo, e procuram adaptar suas tropas às condições geográficas das várias regiões do planeta.

Para Geraldo Cavagnari, a retomada do poder pelos militares é uma possibilidade "teórica". No entanto, ele lembra que as "instituições políticas e a sociedade não são suficientemente fortes para, num momento de grave crise, garantirem a ordem constitucional".

## CAPA

now pode ser retirado para outras áreas é o primeiro ponto citado por René Dreifuss. A renovação tecnológica do sistema industrial é outro item considerado importante, uma vez que sem ela o país não tem condições de competir no mercado internacional.

Ele lembra que as Forças Armadas têm ilhas de excelência científico-tecnológicas, em alguns casos já compartilhadas por civis e militares dentro da instituição militar ou nos organismos subordinados a ela. "Existe a possibilidade de aproveitar muita coisa, e aí entra uma interface Forças Armadas-universidade-empresa, que é certamente necessária", adianta. A capacidade militar de planejamento e de pensamento a médio e longo prazos é uma outra característica que poderia ser aprendida por toda a sociedade.

Para colocar algum tipo de ordem e reforma em certas áreas do país, como no campo, por exemplo, Dreifuss acredita que seja fundamental pensar numa estrutura militar que sustente uma ação efetiva por parte do Estado nacional, uma vez que nem sempre a



Para Dreifuss (foto menor), é preciso transformar 30 milhões de pobres que vivem no campo em razoáveis consumidores

ação da polícia é suficiente. "Se você pretende realizar, em certas áreas, uma reforma agrária decente", projeta, "vai encontrar uma resistência muito forte, resistência que dá em morte, e terá que requerer ajuda de um organismo militar para evitar isso".

**O custo das mudanças** - Com o Estado sem recursos, a classe média exaurida e os trabalhadores da indústria e do campo em dificuldades, Dreifuss não tem dúvidas de que as elites devem "pagar a conta" dessas transformações na estrutura produtiva. A nação, segundo ele, precisa usar de persuasão no trato com o empresariado agrário, industrial e financeiro, diante da necessidade de mudanças que devem vir de dentro desses três grandes setores. "Eles têm que começar a se mexer, fazer suas reformas econômicas, sociais, administrativas, políticas, de comportamento e de atitude. Precisam se modernizar", afirma.

O empresário brasileiro - diz - é muito

atento aos seus interesses imediatos, muito capaz politicamente, mas não tem visão de Estado. Se os representantes desses setores querem que o país seja de Primeiro Mundo, Dreifuss sugere que eles começem a tomar atitudes condizentes. Que passem a agir como "estadistas empresariais", realizando investimentos em ciência e tecnologia, assegurando condições de trabalho e pagando salários dignos.

"Comparado a outros países, o componente salarial no preço final de um produto brasileiro tem uma diferença astronómica", expõe. Enquanto no Brasil varia de 6% a 15%, nos países que se tem como exemplo esse componente é 40% a 60%. "São coisas que assustam. Isso reflete o quadro social do país, a situação econômica e a mentalidade empresarial."

Mexer pelo lado dos salários e dos insumos, segundo Dreifuss, é fundamental nesse projeto de Estado, de onde o país despontaria na área biotecnológica, no aproveitamento dos produtos convencionais, na formação do complexo agropecuário, assim como no setor industrial. "É uma das poucas nações do mundo que tem a possibilidade de interagir com várias economias", diz. "Ela é complementar, suplementar, mas é autônoma. O Brasil, nesse sentido, é um perturbador do jogo, porque tem esse potencial. Esse é um dado fundamental."

\*Colaborou, Marcelo Monteiro



Num primeiro estágio deve-se mudar o sistema de produção, de escoamento e de distribuição dos alimentos

## ENTREVISTA

LUIZA ERUNDINA

# “O Estado tem de ser controlado pelo cidadão”

*Uma avaliação do estado atual do setor público na opinião de Luiza Erundina, ex-titular da Secretaria de Administração Federal*

**A** ex-prefeita de São Paulo surpreendeu o mundo político quando aceitou o convite para assumir a Secretaria de Administração Federal (com *status* de ministério) do governo Itamar Franco e abriu uma polêmica que ainda a ameaça de expulsão do seu partido, o PT. Com firmeza nordestina, ela justifica esta posição dizendo que o episódio vai servir inclusive para o próprio PT dar uma virada salutar. As voltas da política acabaram tirando Erundina do governo, demitida pelo presidente, sob a alegação de que ela estaria defendendo interesses dos funcionários públicos em greve, contrariando a política econômica do próprio governo. Nesta entrevista concedida numa de suas viagens ao Rio de Janeiro antes de deixar a Secretaria – e atualizada por ela após o seu afastamento do governo –, Erundina desenvolve suas teses sobre o papel do Estado na sociedade, a necessidade de valorização do servidor público e os seus esforços em prol da modernização da máquina administrativa.

**■ Qual o papel que a senhora atribui à Secretaria de Administração Federal?**

– Há necessidade de uma ação descentralizada, ar-



ticulada e integrada entre os vários órgãos do governo, para que haja eficácia. Trata-se da questão de pessoal, do treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, além da contribuição para a reforma do Estado, para enfrentar as mudanças que certamente virão com a revisão constitucional. A área tem papel estratégico no processo que o Brasil vive em 1993 e para preparar 1994, que é um ano decisivo, quando o poder no país estará em disputa, numa eleição praticamente geral.

Como prefeita de São Paulo, pude constatar que a ação dos municípios muitas vezes tem uma eficácia maior que a do governo central, a União.

**■ Como a senhora vê a situação salarial do servidor público federal?**

– Nossa preocupação continua sendo definir uma política salarial para os servidores públicos federais, porque não é justo o tratamento que até agora tem sido dado a eles. Nossa proposta era no sentido de dar ao servidor um tratamento, se possível, semelhante àquele recebido pelo trabalhador da esfera privada. Nesse sentido, buscamos junto à área econômica a possibilidade de implementarmos uma política salarial

próxima, senão igual, à das empresas privadas. Isso é muito esperado pelo servidor público, e é justo que seja feito.

#### ■ Qual seria a proposta viável?

— Existe uma perda acumulada. Não há consenso entre os órgãos do governo e os servidores com relação a essa perda. Não dá para pensar na sua recuperação nesse momento, mas pelo menos é preciso evitar que se acumulem mais perdas daqui para frente. É preciso dar antecipações salariais de dois em dois meses e um reajuste quadrimestral que reponha o total das perdas do período, geradas pela inflação.

Há uma proposta, ainda em discussão, de se indexar os reajustes à receita da União e, assim, garantir uma política que dê condições salariais mais estáveis para os servidores públicos. Associado a isso, constituímos um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de plano de cargos e salários, a fim de estabelecer uma estrutura básica de responsabilidades e uma isonomia salarial.

#### ■ Como está a luta contra a corrupção na esfera federal?

— Fizemos um levantamento da situação da casa, que está muito desarrumada. É incrível como o Estado brasileiro foi desmontado. Eu não diria que foi só no último governo. Acho que essa situação vem se acumulando há muitos anos. Se não se fizer uma profunda reforma do Estado — que o torne mais moderno, democrático e transparente, mais modesto e menos autoritário — não se viabilizará o processo de desenvolvimento do país. E a minha área tinha responsabilidade em relação a isso.

Minha preocupação não foi só racionalizar. Não basta informatizar, cadastrar e organizar. Não é só isso. Temos que refletir sobre as concepções.

O Estado, na condição em que se encontra hoje, esclerosado, anacrônico, pouco transparente ao controle da sociedade, é um fator inibidor do processo de desenvolvimento do país. Nesse sentido, pretendemos estimular uma discussão pela sociedade e pelos órgãos do governo sobre questões inclusive conceituais. Consequentemente, entra em discussão o conceito de serviço público, o direito da sociedade a esse serviço e também as responsabilidades do servidor público.

Há que se refletir sobre tudo isso para sustentar as mudanças que se operem nesse Estado — mudanças na prática administrativa, nos processos e nas práticas burocráticas. O objetivo maior é colocar uma condição de exercício da cidadania para todos os brasileiros, coisa que, na minha avaliação, o Estado brasileiro hoje impede.

#### ■ Seria necessária uma mudança no quadro político para se ter essa mudança no Estado?

— São processos que devem caminhar juntos, à medida que tudo é político. Quando você pensa qual é o papel do Estado, isso é político, passa pela reforma constitucional e desemboca no ano de 1994, que é fundamental.

■ Há quem afirme que os políticos são um entrave até ao desenvolvimento da máquina burocrática. A senhora acha que o governo Itamar Franco vai conseguir desemperrar essa máquina burocrática e modernizar o Estado trabalhando com os políticos?

— Vai depender de cada um de nós. Eu fui para o governo Itamar enfrentando, inclusive, esse trauma com o meu partido, porque entendo que o governo será aquilo que nós fizermos dele. Ele não é um governo partidário; veio no bojo do processo democrático da sociedade civil. O presidente sequer tem um partido, e compôs seu governo, a meu ver, muito de acordo com essa condição política em que se encontra.

Se todo mundo ficar assistindo, não acontece nada. Então, fui para lá tentar interferir e, modestamente, dentro dos meus limites e possibilidades, contribuir. Se consegui, não sei, mas tentei ajudar esse governo a ser o melhor possível, porque é isso que a sociedade brasileira quer, espera e precisa.

#### ■ O que a senhora acha preciso fazer de prático no tempo de governo que resta ao presidente Itamar?

— Primeiro, trabalhar intensa e amplamente a questão dos recursos humanos, dos agentes públicos — que vão viabilizar as mudanças que virão daqui para frente. É necessário ter os agentes públicos motivados, com a sua dignidade respeitada e acreditando no papel que têm, na possibilidade de dar a sua contribuição. É preciso intensificar o processo de reciclagem e aprimoramento dos recursos humanos no país. E aí deve-se contar com as prefeituras, os estados, as universidades, com as instituições que lidam com a administração pública.

Além disso, deve-se dar uma ordem no patrimônio da União, que está deteriorado, dilapidado e sem uso, mas com um custo altíssimo para a sociedade. É evidente que a Secretaria de Administração Federal não se ocupa de todo o patrimônio da União, mas tentamos influir para dar uma utilidade social a todo ele. Se um equipamento está desativado, se a prefeitura tem pos-

*"Uma coisa é você estar na oposição e achar que suas reivindicações podem ser atendidas: basta vontade política. Mas quem está do outro lado vê que nem sempre vontade política é suficiente."*

sibilidade de ativá-lo, se o governo do estado tem interesse em dar sua parceria em uma ação tripartite, não é justo socialmente deixar esse equipamento parado.

Um exemplo são as mansões lá em Brasília. São nove mansões que custam por mês mais de Cr\$ 400 milhões, pagos a uma firma de vigilância. São prédios que estão se acabando; é preciso dar uma destinação a eles. Vende-se, se é que há uma condição de venda justa, a preço de mercado, e não como se fez no governo Collor. É preciso colocar a casa em ordem.

Por outro lado, há necessidade de modernizar os procedimentos administrativos. Eu não tenho segurança para dizer quantos servidores públicos existem hoje no país. Muito menos de saber onde eles se encontram e fazendo o quê, quais as suas possibilidades e condições de se desenvolver e de ter uma produtividade maior. É preciso ter controles administrativos informatizados para saber lidar com esses recursos. Então, deve-se estabelecer meios de gerenciamento mais modernos, mais eficazes em relação aos procedimentos e às práticas administrativas.

E uma das propostas seria desenvolver a Escola de Administração Pública, que está sendo ativada, para recuperar a história do Estado brasileiro, que hoje se transformou em um grande arquivo morto.

#### ■ O que a senhora pensou fazer na Escola de Administração?

— Ela tem cursos de alto nível para gerentes públicos em Brasília. Mas a idéia era descentralizar isso. Estavamos fazendo um convênio com a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, outro com a FGV do Rio de Janeiro e com as universidades, porque pretendíamos agilizar esse processo e criar condições de mobilização de todos os recursos que existem hoje para intensificar um programa e recuperar o tempo perdido em relação a esse aspecto da administração pública.

#### ■ Qual a sua posição em relação à estabilidade do servidor público?

— Eu fui dirigente sindical, comandei greve como funcionária pública e depois fui prefeita. Uma coisa é você estar de um lado, como oposição, imaginando que todas as suas reivindicações, todas as suas demandas, todos os seus direitos têm plena condição de ser atendidos — basta vontade política. E quem está do outro lado percebe que nem sempre vontade política é suficiente para atender. Até porque o administrador público tem que gerenciar o interesse público, e o servidor é uma parcela desse interesse: ele é o meio para atender às demandas da sociedade como um todo.

Acho que algumas questões precisam ser tocadas com muita coragem, respeitando os direitos dos trabalhadores como conquistas. A estabilidade, até para o trabalhador público, não o ajuda a se desenvolver, a se promover e a se estimular na luta pelos seus direitos. O fato de ter garantia de um emprego faz com que ele se conforme com o salário que tem, com as condições de trabalho que tem. Assim, ele procura se compensar de outra forma, trabalhando na iniciativa privada e dando o mínimo de si naquela função pública.

O que nós queremos é sair desse estágio e profissionalizar o servidor público, para que o Estado não fique dependendo das mudanças que cada governo opera a cada cinco anos. Temos que criar uma condição de estabilidade, de profissionalização e combater com muito vigor o corporativismo. Eu acho que o corporativismo é uma condição que precisa ser rompida para que a sociedade se modernize e avance, e para que se profissionalize o Estado brasileiro.

Temos que fazer isso com muita franqueza, com muita lealdade, com muito respeito aos servidores, mas tocando nas feridas e nos tabus que é preciso enfrentar.

Não sei se a sociedade vai estar de acordo com a estabilidade. Então, vamos ouvir a sociedade, discutir e procurar atender às reivindicações dos trabalhadores, mas condicionando o atendimento aos direitos da população. O servidor existe para servir à população. A estabilidade, portanto, é uma batalha importante e que precisa ser enfrentada pela sociedade como um todo.

Já estávamos discutindo isso na mesa de negociação, até porque a revisão constitucional vai ter que tocar também nessas questões. E, evidentemente, pensávamos influir nesse processo de revisão constitucional junto com os servidores.

#### ■ Parece que o obstáculo maior da estabilidade estaria dentro do PT e da CUT.

— Não necessariamente. Há setores na CUT e no próprio PT que hoje têm uma posição diferente da que tinham quando da discussão no processo constituinte. O PT, com suas experiências de governo e com a prática da militância política, vem amadurecendo e tem tido a humildade de rever posições, quando elas estão superadas no tempo. A política se faz no tempo, não se faz preservando valores em um determinado momento, em uma determinada conjuntura. Um partido político é isso. Tem que estar sintonizado com a sociedade e ela mudou bastante de 1988 para cá, o que justi-

*"O servidor público tem de gerenciar o interesse público e esse servidor é, ao mesmo tempo, uma parcela desse interesse: ele é o meio para atender aos desejos e necessidades da sociedade."*

fica a necessidade de uma rediscussão da estabilidade, por exemplo.

■ A senhora já tinha começado a conversar com setores do PT e da CUT?

— Eu vinha conversando com lideranças sindicais, não só da CUT, com lideranças ligadas ou não às centrais sindicais, porque essa é uma questão que está acima dos partidos e mesmo de uma dada central. É necessário tratar desse problema com o conjunto dos servidores, e através de suas lideranças, seus representantes que perpassam todas as organizações do movimento sindical.

■ O problema que a população mais pobre sente no contato com a burocracia é o processo de humilhação permanente que ela sofre, cada vez que precisa de algum trâmite. A senhora tinha pensado na possibilidade de criar mecanismos para atenuar esse processo?

— Estivemos muito empenhados nisso. A questão da humilhação sobre o cidadão que procura o serviço público se deve, em grande medida, à humilhação a que também está sendo submetido o servidor público. Ele tem diminuído o seu papel, a sua responsabilidade, a sua participação nesse processo de atendimento à população e termina transferindo para o cidadão, a quem ele deve servir, as suas frustrações.

Claro que nem todo servidor, mesmo submetido a esse tratamento, trata mal a população; mas precisa haver uma mudança.

■ Que mecanismos podem ser criados para o indivíduo reclamar do Estado?

— Nossa proposta era descentralizar ao máximo as atividades, criar instâncias de relação direta com a sociedade em todos os níveis. Por exemplo, estávamos para cadastrar os pensionistas, que são tratados de uma forma injusta, criminosa, desrespeitosa. Há um ano a Secretaria que eu assumi está fazendo um cadastramento. Estima-se — porque não se tem precisão de dado nenhum — que há 300 mil pensionistas no país todo, e até agora só foram cadastrados 26 mil. Estima-se ainda que haja 100 mil servidores em disponibilidade. Não se consegue saber onde eles se encontram, o que estão fazendo, qual é a condição deles hoje. Portanto, o contato com o cidadão comum passa também por mudanças radicais nos processos internos da relação com os servidores. E, sem dúvida nenhuma, é preciso criar mecanismos muito próximos dos cidadãos, para que eles possam re-

clamar e controlar a ação do governo através de seus agentes.

■ Mas normalmente tem uma pessoa designada para isso: o Ouvidor-Geral.

— Sim, pessoas que podem ser designadas pela própria comunidade, pelo próprio município para exercer esse papel. Temos uma experiência na cidade de São Paulo que deu muito certo em relação a isso. Ao descentralizar, criando canais de ação direta do governo junto à população, passa-se a interessar o povo por esses problemas. Por exemplo: o controle da corrupção passa, em grande parte, pela atitude do cidadão, de se decidir a denunciar, a testemunhar e também exercer a sua cidadania.

É uma mudança de mentalidade não só dos agentes públicos na forma de se relacionar com o cidadão em geral, mas do próprio cidadão, para ele se sentir como tal, exercendo o controle sobre o Estado. Isso é uma mentalidade que temos que estimular na sociedade, porque o normal é o cidadão comum se imaginar controlado, comandado e dirigido pelo Estado. Temos que reverter essa percepção. O cidadão deve perceber que o Estado é para servi-lo. É ele quem deve dirigir o Estado, quem deve determinar a forma como o Estado se relaciona com a sociedade.

Esse é um processo inclusive de mudança cultural, e não tenho a pretensão de imaginar que isso se dê em dois anos. Mas precisa começar já, para que, daqui a dois anos, a situação esteja diferente pelo menos na atitude dos agentes públicos em relação ao seu papel e ao seu comportamento na relação com a sociedade.

■ A senhora foi convidada pelo PDT para integrar o partido?

— Evidentemente, temos hoje com o PDT e o governador Brizola uma identidade ideológica, programática e de visão política da realidade brasileira, mas ainda estou vivendo um processo interno no PT e quero esgotá-lo até os últimos limites, porque acho que esse processo é extremamente salutar para o Partido dos Trabalhadores, para a sociedade e para a democracia. Primeiramente, quero viver plenamente esse processo, até porque entendo que ele tem uma dimensão pedagógica. O PT está precisando de uma chacoalhada até para se perceber como uma força política importante do país. Mas tem que ser uma força sintonizada com a sociedade, profundamente enraizada naquilo que o povo brasileiro está exigindo enquanto papel e responsabilidade do nosso partido.

*"A estabilidade não ajuda o servidor a se desenvolver e a lutar por seus direitos. O fato de ter garantia de emprego faz com que ele se conforme com o salário que tem e com as condições de trabalho."*

# Experiência pioneira

*Entidade dedicada ao ensino tecnológico e profissionalizante ocupa, há 12 anos, uma faixa do mercado não inteiramente atendida pela escola formal*

Márcia Schmidt

**A** Organização, Reconstrução e Trabalho (ORT) criou em sua sede no Rio de Janeiro o Sistema Aberto de Educação a Distância (Saed), para oferecer habilitação profissional a pessoas com baixo nível de escolaridade.

O diretor da ORT do Rio, Hugo Malajovick, partiu da constatação de que, em 1978, existiam 30 milhões de brasileiros desempregados, com poucos anos de escola e nenhuma qualificação profissional. O problema agravou-se pela falta de uma estrutura escolar disseminada, num país enorme e com população dispersa.

Pesquisando o que já existia em educação a distância para formação profissional, Malajovick verificou que a maioria dos cursos era por correspondência e apresentava sistemas de avaliação ineficientes, além de uma grande evasão de alunos. Ele constatou também que a maior parte dos cursos por correspondência atendia a profissionais de nível superior, sendo quase inexistentes os voltados para profissões de nível médio.

As condições brasileiras, portanto, levaram-no a criar um método educacional que garantisse ao maior número de pessoas o acesso à formação profissionalizante. O aluno aprende praticando e a avaliação é contínua e permanente.

O primeiro curso implantado foi o de eletricista instalador residencial, em 1981, que capacita os alunos a fazer instalações simples em casas de um ou dois andares. Seguiram-se o de reparador



Fotos: André Louzeiro

*Nas salas de aula, os alunos -muitos deles com baixa escolaridade- aprendem o que vão praticar na vida*

de eletrodomésticos, auxiliar de escritório e auxiliar de contabilidade. Outros dois estão em preparação – instalador de média potência e instalador hidráulico residencial – e um está em fase de implantação: o de orientador de alfabetização de crianças. Os cursos já atingiram 160 localidades do território brasileiro, admitindo cerca de oito mil alunos por ano.

Segundo a diretora do Saed, a pedagoga Maristela Arantes Marteletto, os únicos pré-requisitos para ingressar são idade e escolaridade. ‘Para eletricista e reparador exigimos apenas leitura com compreensão e habilidade adquirida até a terceira série do primeiro grau, mas para auxiliar de escritório ou contabilidade é preciso também o domínio das quatro operações, o que corresponde à sétima série. Já o curso de orientador de alfabetização requer o primeiro grau completo. A idade mínima dos alunos é 14 anos, uma exigência da legislação para quem faz cursos de qualificação profissional.’

O objetivo do curso de instalador de média potência é qualificar o aluno a fazer montagens e reparos de circuitos eletrônicos em oficinas, bares, lojas e escritórios. O de instalador hidráulico residencial fornece aptidão para fazer

instalações residenciais de água e esgoto. E as aulas para orientador de alfabetização de crianças visam a melhorar o desempenho dos professores leigos – pessoas que atuam como professores na ausência de profissionais habilitados.

Entre 1981 e 1992, 28.718 pessoas inscreveram-se. Em torno de 60% foram aprovados e 40% desistiram. A maioria dos alunos aprovados (38,2%) eram jovens entre 14 e 21 anos. Vinte por cento tinham entre 21 e 40 anos, e apenas 1,8% estavam com mais de 40. Quase o mesmo número de homens (30,2%) e mulheres (29,5%) cursaram o Saed. Quanto à escolaridade, 39,2% tinham o primeiro grau, 19,6% o segundo e 1,7% grau universitário.

As mulheres que antes preferiam os cursos de auxiliar de escritório e orientadora de alfabetização também começaram a freqüentar os de reparador de eletrodomésticos e eletricista residencial. Até 1992, o Saed formou mais de oito mil pessoas no curso de auxiliar de escritório, quase quatro mil no de auxiliar de contabilidade, mais de três mil concluíram o curso de eletricista instalador residencial.

Para Malajovick, 60% de aprovação é um índice alto, considerando que a população é flutuante, de baixa renda, se



*Aluno trabalhando: é comum que depois de completar o curso eles abram seus próprios negócios*

deslocando constantemente em busca de emprego. "A desistência ocorre justamente por eles saírem em busca de trabalho e não porque o trabalho esteja atrapalhando. Tivemos um índice de 90% de desistência em Imperatriz, no Maranhão, porque abriu Serra Pelada e os homens desempregados foram para lá, abandonando os cursos. Em Per-

nambuco, também tivemos uma evasão grande", informa Marteleteo.

**Convênios** – Para utilizar a capacidade ociosa do sistema educacional existente, a ORT firmou convênios com instituições públicas e privadas. Na favela da Joaniza, na Ilha do Governador (Rio de Janeiro), o Saed utiliza salas no-



*Hugo Malakovick diretor da ORT*

turnas ociosas da escola Stelamaris para a parte prática do programa.

No Maranhão, os cursos funcionaram quatro anos – de 1981 a 1985 – dentro da Universidade Federal, como extensão voltada para a comunidade. Os próprios alunos da universidade trabalhavam como monitores. "Os cursos funcionavam muito bem no Maranhão, mas interromperam o convênio com a saída do reitor, o mesmo que teve a iniciativa de implantá-los", lamenta Hugo Malakovick.

O Saed já teve financiamento da Fundação Holandesa Bernard van Leer, do Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha e da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. Mas os financiamentos acabaram em 1990 e a ORT, que fornecia gratuitamente o material dos cursos para as instituições conveniadas, passou a vendê-lo a preço de custo. Algumas entidades, por sua vez, não puderam renovar os convênios porque não tinham mais como pagar.

Hoje, o Saed tem convênio com apenas dois estados – Rio de Janeiro e Pernambuco – e com o Distrito Federal, mas já teve com 12 estados.

Apesar das dificuldades atuais, o Saed vem funcionando há dez anos. Os ex-alunos são contratados por várias firmas ou abrem seus próprios negócios. Em vista disso, a Secretaria do Trabalho de Brasília vai aplicar os cursos nos Ciacs e a ORT-Mundial decidiu levar a ideia do Saed a outros países da América Latina. Já estão em andamento experiências no Uruguai, Peru, México e Venezuela.

## Como funciona o Saed

A metodologia de ensino do Saed é semidireta: o aluno tanto estuda o material impresso como interage com um monitor, tirando dúvidas e fazendo práticas e avaliação.

Os manuais para orientação foram elaborados por uma equipe composta de pedagogo, psicólogo, técnicos em desenho e em sistemas instrucionais, além de um profissional de nível superior do assunto em questão para sugerir o conteúdo programático do curso. Os manuais são testados em dois estados diferentes, em pessoas com o mesmo perfil dos alunos, e reavaliados e reajustados. Este processo pode se repetir por uma ou duas vezes mais até o manual ser considerado pronto.

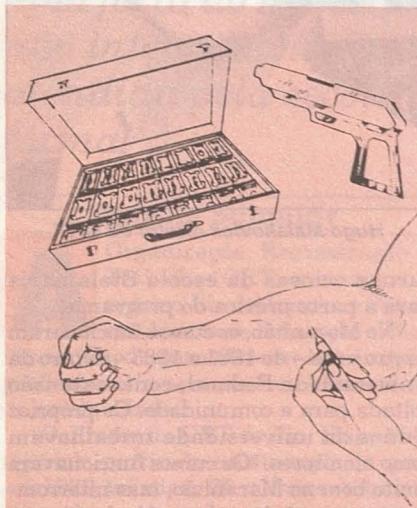
Os alunos, em grupos de 20 a 30, têm as primeiras noções sobre os cursos na sede da ORT, através de slides, e recebem o material impresso. A partir daí, seguem o seu próprio ritmo de estudo. Quando se consideram aptos para fazer o tra-

balho prático e serem avaliados procuram o monitor.

A figura do monitor foi criada porque o contato humano mantém o aluno interessado e participante. O monitor nunca é um professor. Treinado especialmente, é um profissional da área que mora na comunidade onde está se realizando o curso. Ele fica à disposição dos alunos, em horários predeterminados, na sala-ambiente – um local com o material para a aula prática, onde o aluno exercita o que estudou: conserta eletrodomésticos e faz instalações elétricas. A sala-ambiente pode estar num centro comunitário, numa escola ou num salão paroquial. Depois da prática, o monitor aplica uma avaliação, que deve ter 100% de acertos, para o aluno ser considerado aprovado e passar para a unidade seguinte. Se aprovado, ele tem mais duas chances. Até hoje, 70% dos alunos passaram na primeira tentativa e 30% na segunda. A duração dos cursos varia de três a seis meses.

# Consumo de drogas

*Especialistas no tratamento da dependência química propõem a retirada do uso de tóxicos da esfera penal*



**Marcelo Monteiro**

O Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) elaborou no ano passado o anteprojeto de lei da nova Política Nacional de Drogas, que altera o sistema de punição ao usuário de tóxicos. Segundo a proposta, o usuário flagrado com drogas para consumo próprio não ficaria mais sujeito à condenação de seis meses a dois anos de prisão, prevista na Lei 6.368. O consumidor de drogas receberia, com a aprovação do projeto do Confen, um auto de infração, pagando multa, e poderia sofrer sanções administrativas, como suspensão ou cassação da carteira de motorista e do porte de arma. O anteprojeto não prevê a liberação do consumo de drogas, que continuariam sendo apreendidas pela polícia.

A proposta polêmica do Confen colocou em campos opostos especialistas na repressão às drogas e no tratamento de dependentes. A reação contrária ao projeto partiu principalmente de policiais que atuam na repressão aos entorpecentes e de juízes de Direito.

O projeto foi elaborado pelo advogado Domingos Giallusi da Silva Sá,

com base na legislação italiana, que prevê sanções administrativas para a punição do consumo de drogas ilícitas. Para o advogado, um dos principais objetivos do anteprojeto é facilitar o tratamento de dependentes de drogas.

Giallusi revela que, com a legislação atual, somente os usuários de tóxicos que não são detidos pela polícia podem freqüentar clínicas de tratamento. "Se a polícia não tivesse fracassado na repressão, os ex-dependentes químicos, que estão hoje recuperados, teriam sido presos e não poderiam curar a doença que os afligia."

O delegado Antônio Nonato da Costa, diretor até maio deste ano da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) da Secretaria de Polícia Civil do Rio, afirma que antes da falha da polícia ocorreram insucessos da família, da escola e do trabalho, que não conseguiram impedir que o usuário se tornasse um dependente.

**Ação eficaz** – Domingos Giallusi defende a tese de que o viciado em drogas não deixa de usá-las por causa da ação da polícia e da possibilidade de prisão. Um dependente internado numa clínica-fazenda em Cachoeiras de Macacu (a 100 quilômetros do município do Rio) revelou que quando tinha "dinheiro no bolso, podia comprar os policiais".

O presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio de Janeiro (Conen-RJ), Marco Antônio Constantino, afirma que a criminalização do consumo de drogas não intimida os usuários. Constantino defende a proposta do Confen e acredita que o tratamento dos dependentes químicos poderia ser facilitado. Para o psicanalista, "a prevenção e o tratamento – e não a repressão policial – podem reduzir o consumo de drogas".

O anteprojeto do Conselho Federal de Entorpecentes prevê três formas básicas de prevenção: impedir o contato inicial do possível usuário com as drogas, evitar os efeitos do consumo

(problemas no organismo e discriminação social) e promover a reinserção do ex-dependente nas atividades sociais, das quais se afastou em razão do vício. O Confen tentaria obter convênios com empresas para o oferecimento de empregos aos ex-dependentes.

Para o ex-diretor da Divisão de Repressão a Entorpecentes, a Lei 6.368 já facilita o tratamento dos dependentes químicos, permitindo que o juiz isente de pena os acusados que apresentem laudo médico comprovando a dependência. Os juízes também podem encaminhar os doentes para tratamento, segundo Antônio Nonato da Costa.

O presidente do Conen-RJ garante que o consumo de drogas está basicamente relacionado a questões sócio-econômicas. Segundo Constantino, a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera como fatores de risco para maior probabilidade do uso de drogas: qualidade de vida precária, condições de saúde deficientes, falta de informação sobre o assunto e facilidade de acesso à droga. "São causas que não dependem da vontade pessoal."

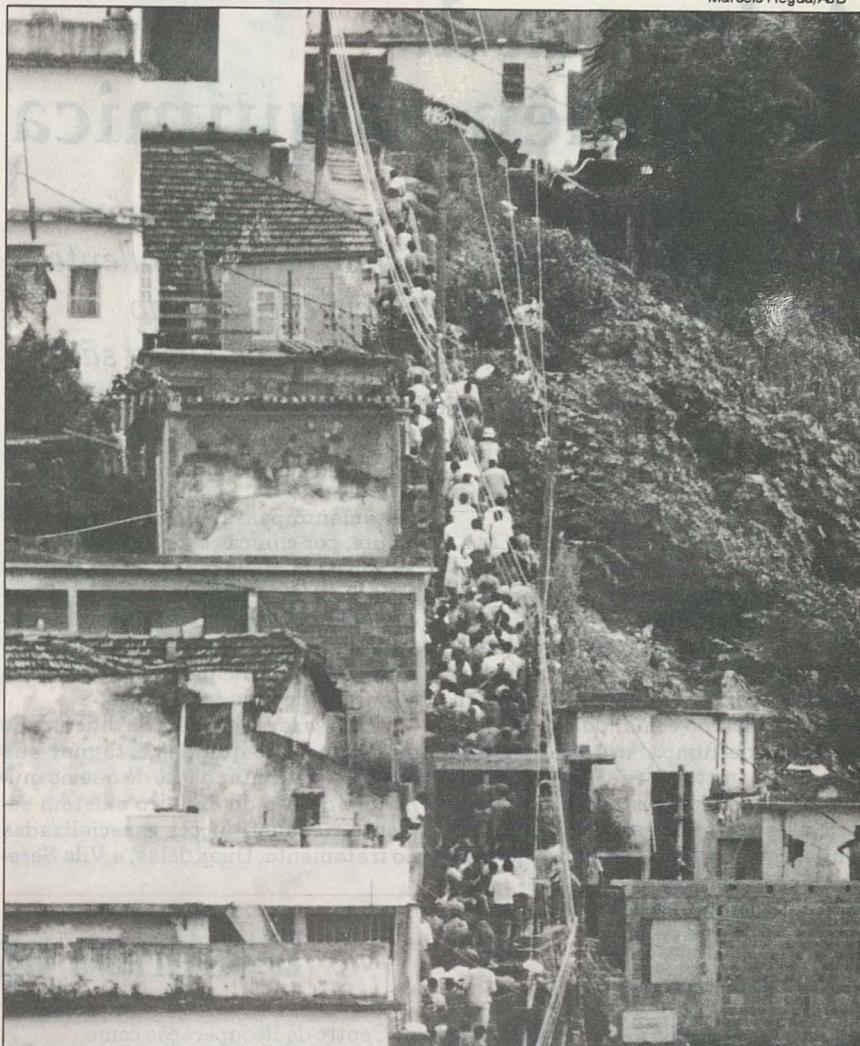
Marco Antônio Constantino conclui que a estratégia de combate às drogas na América Latina, calcada na repressão policial, é um reflexo da política externa norte-americana. "O governo dos Estados Unidos não quer vincular o consumo de drogas às precárias condições de vida da maioria da população dos países do Terceiro Mundo", afirma.

**Programas de educação** – A atuação norte-americana não está alcançando nem mesmo os objetivos traçados no território dos Estados Unidos, constata o presidente do Conen-RJ. O que o governo norte-americano conseguiu foi reduzir o consumo de drogas em 1992 ao mesmo total de 1984, após a explosão de consumo em 1986 e 1987.

O presidente norte-americano, Bill Clinton, decidiu transferir recursos alocados na repressão às drogas na

## COMPORTAMENTO

Marcelo Régua/AJB



Nos morros do Rio, consumidores fazem fila para comprar drogas

América Latina para programas de educação e tratamento de dependentes nos Estados Unidos. O governo Clinton planeja reduzir este ano em 80% o efetivo do Drug Enforcement Administration (DEA), que atua em países andinos.

Marco Antônio Constantino também vê a influência de países desenvolvidos na distinção de drogas "lícitas" (álcool, tabaco e remédios) de "ilícitas" (maconha, cocaína, ópio e haxixe). Para o psicanalista, a classificação é resultado de pressões políticas e econômicas. "Os principais fabricantes de bebidas, cigarros e remédios estão sediados em países do Primeiro Mundo, enquanto a produção das chamadas drogas ilícitas está concentrada no Terceiro Mundo."

O presidente do Conselho de Entorpecentes do Rio considera que as drogas lícitas são tão perigosas quanto as ilícitas, dependendo da quantidade consumida e do organismo do usuário. Já Domingos Giallusi afirma que não há razão farmacológica para a distinção das drogas. "O interesse é político", resume.

As drogas ilícitas são proibidas por "colocarem em risco a saúde pública", segundo o presidente do Conen. Mas Mário Biscaia, médico do conselho, revela que as doenças provocadas pelo alcoolismo (cirrose, pancreatite e cardiopatia alcoólica) ocupam o terceiro lugar na lista das que causam mais mortes no Brasil, perdendo apenas para os problemas cardíacos e para o câncer.

O delegado Antônio Nonato da Costa defende a classificação das drogas. O delegado afirma que as consequências negativas das drogas ilícitas são sentidas pelos usuários com o consumo de pequenas quantidades. Mário Biscaia confirma que a fase crítica do consumo de álcool normalmente ocorre após dez anos de uso. Com a cocaína, o usuário atinge a fase crítica em menos de dois anos de consumo.

Biscaia defende a proposta de descrição do consumo de drogas mas ressalva que precisariam ser estabelecidos critérios para distinguir o usuário do traficante.

**Novos tipos** - Outras espécies de drogas estão chegando ao país. O crack (mistura de pasta-base de cocaína e bicarbonato de sódio) foi a droga mais

consumida em São Paulo em 1992, segundo dados do Departamento Estadual de Narcóticos (Denarc). No ano passado, 33,9% dos consumidores que procuraram o Denarc eram usuários de crack, superando os consumidores de cocaína (28%), maconha (19%) e álcool (17%). O efeito do crack no organismo pode ser até dez vezes superior ao da mesma quantidade de cocaína normal (aspirada), provocando problemas circulatórios, cardíacos e pulmonares.

A Polícia Federal de Santa Catarina fechou em fevereiro dois laboratórios que fabricavam a droga DMA (dimetoxyanfetâmico). Os laboratórios estavam instalados em Campinas (SP) e em Indaiá (SC). O DMA é derivado do óleo extraído da casca da sassafrás, árvore existente no Sul do país.

A DEA, a agência norte-americana de combate às drogas, confirmou que quantidades de DMA vendidas nos Estados Unidos em forma de comprimidos tinham sido produzidas no Brasil.

A Polícia Federal registrou também a existência no país do uso indevido do Fentanyl, medicamento usado originalmente em tratamentos de quimioterapia. O Fentanyl teria efeito cinco vezes maior que a mesma quantidade de heroína.

Já foi detectado em cidades do litoral norte de São Paulo o consumo de skank, espécie de maconha derivada da mistura de cerca de 40 tipos da droga. O skank pode ter até 28% de THC (tetrahidrocannabinol), a substância ativa da droga, enquanto a maconha comum tem 4% de THC.

# A doença da dependência química

*Enquanto cientistas norte-americanos anunciam a descoberta de uma vacina que torna o dependente químico imune à compulsão pela cocaína, no Brasil, o consumo e o tráfico de drogas ainda são encarados como simples casos de polícia*

Mauro Veríssimo

**P**risões ou mortes de traficantes – quase sempre meros distribuidores finais, que vivem entocados nas favelas e morros –, são registrados em reportagens que, no máximo, se interessam em saber quem os substituirá no comando das chamadas bocas-de-fumo. Para a classe média, no entanto, a realidade é bem outra. Ela se vê assustada e despreparada para tratar do assunto, com a maconha, cocaína e drogas mais pesadas alastrando-se pelo assalto e tornando dependentes milhares de jovens.

O medo de centenas de famílias que se achavam imunes ao problema cresce à medida que faltam informações sobre o assunto. O desespero aumenta quando descobrem que seus filhos, netos, maridos e mulheres tentam “sinceramente” deixar o “vício” e, por mais que se esforçem, nada conseguem. Por isso, não raro perdem seus empregos, casa, auto-estima, com muitos chegando a iniciarem-se no tráfico e morrendo de overdose ou assassinados antes mesmo de terem a chance de saber que eram simples portadores de uma doença incurável, cujo

tratamento passa, quase obrigatoriamente, por clínicas especializadas.

Mas é aí que o problema se complica. Na maioria das vezes, aqueles que se conscientizaram da doença não conseguem chegar a um desses locais de tratamento, principalmente devido ao alto custo de uma internação.

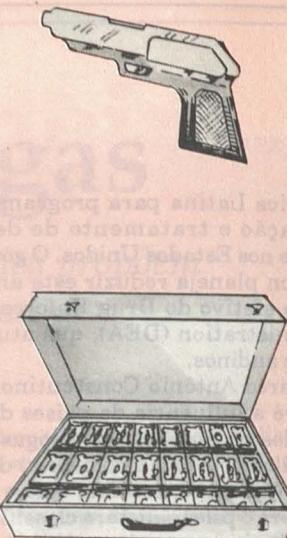
Para se ter uma idéia da dificuldade do dependente químico estagnar sua doença, basta citar o fato de que no município do Rio de Janeiro existem somente três instituições especializadas no tratamento. Duas delas, a Vila Sere-

**P**C chegou ao Centro de Recuperação como todos os outros: muito machucado pelo consumo de drogas. Conheceu a maconha e a cocaína cedo, aos 14 anos, e a partir daí passou a cometer pequenos furtos, roubos e assaltos, sempre gastando o dinheiro conseguido em tóxicos. Não foram raros os dias em que chorou, durante o seu período de internação, e mostrava ser um dos mais sinceros no desejo de recuperar-se, cumprindo suas tarefas com dedicação. Saiu com o propósito de conseguir um emprego e de ter uma vida produtiva, mas, poucas semanas depois, voltou a encontrar-se com seus “amigos” da ativa. Abandonou o pós-tratamento, voltou ao primeiro trago, à primeira cheirada e à vida de antes. Aos 24 anos, morreu, com oito tiros na cabeça, tendo sua família descoberto o fato quando ele já havia sido enterrado como indigente. A doença fez com que PC não atentasse para o fato de estar perdendo o último trem da última estação.

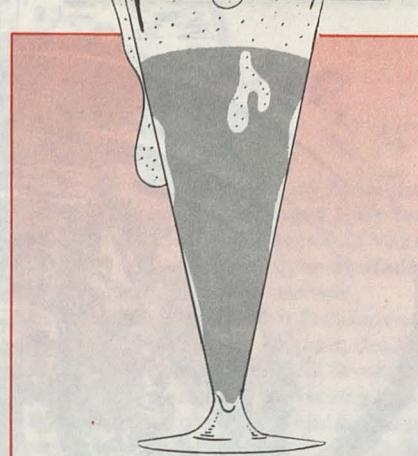
## Destinos opostos

Ao contrário de PC, muitos pacientes do Credeq e de outros centros de dependentes químicos conseguem se recuperar. Vários, inclusive, passam, de um modo ou de outro, a ajudar na divulgação do tratamento e encontram, na sobriedade, o estímulo que faltava para se tornarem bons pais, ótimos trabalhadores, enfim, conseguirem o que a sociedade chama de “progredir na vida” e levarem uma “vida normal”.

Esses, no entanto, são salvos quase que milagrosamente, devido às pouquíssimas taxas existentes para o tratamento dos dependentes químicos. E, enquanto o assunto é “discutido exaustivamente” em gabinetes refrigerados, a grande maioria dos dependentes, os que não podem arcar com uma diária de mais de Cr\$ 2 milhões, torcem desesperadamente por uma vaga no Credeq, numa luta desigual contra a autodestruição e a morte.



## COMPORTAMENTO



A dependência das drogas tem aspectos parecidos com a do álcool

na, localizada no bairro de Santa Tereza, e o DQ Centro, na Barra da Tijuca, são praticamente inviáveis para a classe média, já que cobram diárias elevadas num tratamento que dura entre 40 a 50 dias.

"A maioria dos pacientes é composta de profissionais altamente qualificados, cujas empresas empregaram anos e muito dinheiro em suas formações. Assim, em muitos casos, compensa mais investir na recuperação desses funcionários do que na formação de outros até que cheguem ao mesmo grau de especialização", explica o psicólogo Luis Carlos da Silva Cardoso, há 10 anos trabalhando com dependentes químicos.

A única instituição que, teoricamente, estaria aberta a todas as classes sociais, no Rio, é o Centro de Recuperação de Dependentes Químicos (Credeq), localizado na Estrada do Campinho, em

Campo Grande. Ali, o tratamento é gratuito, já que o custo é repassado ao INSS.

Segundo terapeutas do centro, o grande problema é que o Credeq dispõe somente de 45 vagas, e mais de quatro mil dependentes químicos, de toda parte do país, aguardam na fila.

*aniversário*

Dados recolhidos pela Organização Mundial de Saúde mostram que 10% da população é constituída de dependentes químicos, incluídos aí os que sofrem de alcoolismo. Ao contrário das pessoas consideradas "normais", o dependente sofre de uma espécie de alergia orgânica ao ingerir a primeira dose, o que provoca a necessidade de progressão das doses e mudanças de comportamento, com a maioria não medindo consequências para conseguir a droga.

"Hoje, notamos que o assunto vem sendo estudado com mais amplitude, inclusive com propostas de mudança na legislação. Isso se deve, em parte, ao processo de desmistificação do uso de drogas, que se iniciou a partir do momento em que a chamada classe média se deu conta de que o tóxico atua cada vez mais em seu meio", analisa Luís Carlos Cardoso. ■

## Tratamento é à base dos sentimentos

Não existe atestado de cura para o dependente químico. Por mais desanimadora que seja, a afirmação é aceita pela grande maioria dos especialistas, que, em contrapartida, dizem também que o assunto é mais complexo do que um simples caso de polícia. Trata-se de uma doença e, como todas, pode ser tratada, com o dependente passando a ter uma vida normal.

No Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, o passo considerado mais importante é dado pelo próprio dependente. É necessário que ele procure o tratamento espontaneamente. Em mais de 90% dos casos, isso só ocorre quando a pessoa já chegou ao que chamam de "fundo do poço".

A expressão é a mesma e tem o mesmo significado usado pelos Alcoólicos Anônimos (AA) no tratamento das pessoas. Aliás, a literatura dos AA também é muito utilizada nos Centros de Recuperação, que procuram ajudar os dependentes a reconhecerem que o caminho da recuperação só tem uma via: a da abstinência total.

Como a experiência tem demonstrado que a maioria dos dependentes busca a droga para preencher algum vazio ou fugir de algum sentimento, o tratamento basicamente recorre ao emocional. Assim, enquanto permanecer a internação, o paciente passa por trabalhos, palestras e terapias de grupo, onde procura identificar e anular possíveis sentimentos de culpa, raiva, autopiedade, complexos e outros. Ao mesmo tempo, os terapeutas procuram ajudar o paciente a desenvolver a auto-estima, confiança, sobriedade e projetos de vida.

"Seja bem-vindo, companheiro. Aqui, certamente, não é a porta do céu, mas pode ser a saída do inferno. Agarre-se com todas as suas forças. Aqui é o último vagão, do último trem, da última estação. Bem-vindo em nossa viagem!"

É com emoção que os pacientes do Credeq usam essas e outras frases para recepcionarem um novo interno. A maioria dos que estão ali já chegou mesmo à conclusão de que está tendo uma última chance, sabe da gravidade da doença, da sutileza de

sus armadilhas e que somente um único escorregão pode levá-lo de volta ao "inferno da ativa". Sem exceção, todos tentaram, pelo menos uma vez, parar de se drogar ou de beber sozinhos e não conseguiram. Muitos estavam ameaçados de morte ou pensaram em se matar. A recuperação, portanto, é sinônimo de sobrevivência.

Após o período de internação no Credeq, o paciente passa por um período de seis meses em pós-tratamento, tendo reuniões semanais com um psicólogo especializado em dependência química. Durante esse tempo, é analisada a sua "reintegração" à sociedade, assim como suas dificuldades e vitórias na chamada vida sóbria. Isso ajuda o paciente, que se sentia seguro enquanto internado, a não sentir-se desamparado enquanto dá seus "primeiros passos". É recomendado, também, que, assim que tiver alta, ele passe a integrar um grupo anônimo, conforme a dependência. No Rio, além dos AA, existem vários grupos de Narcóticos Anônimos (NA).

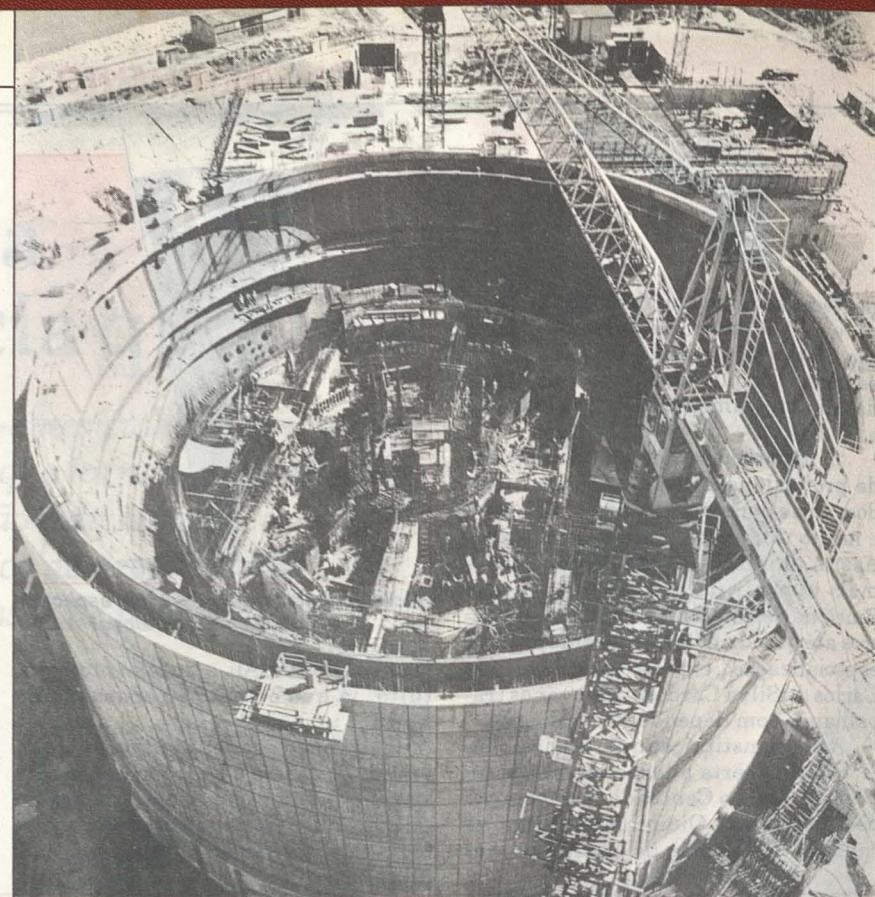
# Nuvens de urânio

*A continuidade do programa nuclear brasileiro interessa sobretudo a uma bem remunerada tecnocracia que sobrevive a qualquer governo*

Márcia Cezimbra

**A** pesar do céu encoberto por nuvens de indefinição, o governo Itamar Franco promete, ainda que em marcha de fusquinha, a retomada da construção das usinas nucleares de Angra 2 e Angra 3, estagnadas desde a assinatura do acordo nuclear Brasil-Alemanha, de 1974. O senador "meio verde" dos anos 80, à frente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Congresso Nacional para investigar as irregularidades deste polêmico contrato germano-cupiniquim, ainda não se manifestou diretamente, agora como presidente da República. No entanto, os seus colaboradores mais diretos – os ministros Paulino Cícero, das Minas e Energia, e José Israel Vargas, da Ciência e Tecnologia, por exemplo – revelaram oficialmente a intenção do governo de concluir enfim as usinas encalhadas há quase 20 anos. Com que dinheiro?

A saída anunciada por Paulino Cícero é o lançamento de ações de Furnas para captar recursos no mínimo de US\$ 2,5 bilhões, para Angra 2 e Angra 3. É o custo do começo da conversa. O presidente de Furnas, Marcelo Siqueira, admitiu que já está negociando esta pos-



*A jornalista Tânia Malheiros afirma que a cratera onde será construída Angra 2, ao lado de Angra 1, já apresenta erosões*

sibilidade com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O que se pode vislumbrar de realidade neste discurso oficial é, pelo menos, uma nova série de polêmicas. Final, a quem interessa a construção das usinas nucleares de Angra? Esta pergunta está no ar desde que, no dia 7 de junho de 1974, o então presidente Ernesto Geisel formalizou o acordo com a Alemanha para a construção de oito usinas em Angra dos Reis.

O "acordo do século", como foi saudado pela mídia, consumiu valores públicos de US\$ 4,6 bilhões para começar Angra 2, de US\$ 1,3 bilhão para construir a cratera de Angra 3, afora as verbas faraônicas destinadas à criação de megaestatais de apoio técnico a este projeto nuclear. Neste "pacote" tanto está a Nuclebrás, com quatro mil funcionários, fundada para gerenciar o acordo, como as suas ramificações: a Nuclep (Nuclebrás Máquinas e Equipamentos), localizada em Itaguaí, que custou US\$ 300 milhões para, na verdade, estocar máquinas e equipamentos das usinas; a Nuclei (Nuclebrás Enriquecimento Isotópico), de Resende, com custo de US\$ 600 milhões e até hoje ociosa; e a Nuclen (Nuclebrás Engenharia), com 800 empregados e consumo

anual de US\$ 35 milhões, que seria responsável pelos projetos das oito usinas.

O resultado deste gigantismo é praticamente nulo. Foram bilhões de dólares de dinheiro público que se evaporaram sem que as usinas de Angra 2 e 3 começassem sequer a cumprir a sua destinação, de gerar cada uma 1.300 megawatts de energia, um total equivalente a 80% do consumo de energia elétrica da cidade do Rio de Janeiro.

Aliás, foi este o motivo oficial para o ingresso do Brasil nos projetos nucleares desde a construção em 1970 de Angra 1, em convênio com a empresa norte-americana Westinghouse. Agora, a jornalista Tânia Malheiros, autora do livro *Brasil, a bomba oculta*, que denunciou os projetos secretos dos militares para uma já possível fabricação da bomba atômica nacional, acaba de se deparar com uma nova e trágica descoberta: a cratera que um dia poderia ser a usina de Angra 3 já apresenta corrosões, e os equipamentos importados da Alemanha nos anos 70 e estocados na Nuclep, em Itaguaí, estão obsoletos. O presidente de Furnas, Marcelo Siqueira, ainda não incluiu na sua conta de US\$ 2,5 bilhões os custos dos técnicos e do material necessário para estes reparos.

"É difícil comprovar esta condição

## ENERGIA NUCLEAR

obsoleta de equipamentos muito sofisticados. Mesmo para um técnico é difícil atestar a sua deterioração. Eu, no entanto, sustento esta afirmação com base em informações seguras que obtenho já há quase dez anos, todas depois confirmadas quer pelo governo, quer por provas concretas, irrefutáveis", comenta a jornalista.

É uma notícia extra-oficial de se levar em consideração. Afinal, Tânia Malheiros comprovou com nome, endereço e extratos bancários a existência de contas clandestinas de militares – as contas Delta –, que desviavam dinheiro público para investir em projetos secretos de enriquecimento de urânio para combustíveis de submarinos nucleares e, claro, a fabricação da bomba atômica. O urânio enriquecido de 2,5 a 3,5%, necessário para as usinas, deve ter o percentual elevado a 90% para chegar à bomba.

Em 1987, o Centro Experimental de Aramar, da Marinha, com as verbas clandestinas das contas Delta, conseguiu enriquecer urânio a 20%. O presidente José Sarney disse na TV que o país entrava para o clube do átomo. O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) da época, coronel Rex Nazareth, admitiu que o Brasil já poderia fabricar uma bomba atômica. O inquérito aberto em 1988 pelo procurador da República, Juarez Tavares, para investigar as contas secretas – movimentadas, por exemplo, em nome pessoal do coronel Carlos Lemos, funcionário da Cnen – não deu em nada. "Só eu fui chamada a depor, e tive o meu telefone de casa grampeado por um ano", conta Tânia Malheiros.

Estas dificuldades de um projeto que nem chegou a funcionar reforçarão os argumentos dos setores que querem dar um fim à aventura nuclear de Angra dos Reis. O coordenador do Greenpeace para a América Latina, Rui de Goes, é taxativo: "Tem que fechar de uma vez estas usinas. Angra 1 oferece riscos dos quais não se tem ao menos informações seguras. Angra 2 e Angra 3 não devem sequer começar a funcionar", diz.

O argumento que seduz os físicos como Luis Pinguelli Rosa, de que se gastou demais para agora abortar o projeto, não convence os ecologistas e a prefeitura de Angra dos Reis. Afinal, só porque jogaram no lixo bilhões de dólares, outros bilhões têm que ser investidos sem garantia alguma? Isso sem con-

tar que a única usina que funciona, quando funciona, a de Angra 1, é o terror da cidade, com ameaças de vazamentos radioativos sempre abafados pelas autoridades responsáveis.

Um bom exemplo é o fechamento até hoje inexplicado de Angra 1, desde o dia 5 de março. Ainda não foi divulgado de onde veio o erro que provocou o vazamento. Sabe-se que houve um problema nas varetas de combustíveis, projetadas pela Siemens e fabricadas pela Fábrica de Elementos Combustíveis, de Resende. Mas se foi a Siemens ou a fábrica que errou, isso não se divulga. Nestes três meses em que permaneceu fechada, Angra 1 já perdeu US\$ 10 bilhões, sem contar o que gastará com pessoal e equipamentos para os reparos. Não é à toa que Angra 1 levou o apelido de "usina vagalume", que acende e apaga como o pisca-pisca do inseto homônimo. Desde a sua inauguração, ela já parou 25 vezes por problemas técnicos, judiciais e de todas as ordens.

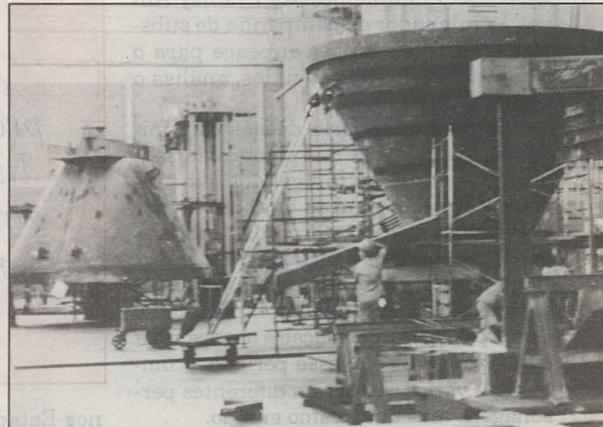
A quem interessa as usinas nucleares? Aos acadêmicos? Estes se apegam mais ao dinheiro que já foi gasto do que a uma convicção científica. Aos militares e a seus projetos atômicos clandestinos? De modo algum. Se o projeto paralelo foi realizado justamente para escapar à fiscalização internacional da Agência Internacional de Energia Atômica, com sede em Viena, à qual está submetida Angra 1, 2 e 3, não interessa a estes militares qualquer ingerência internacional em seus experimentos no mundo dos átomos. Então a quem? Aparentemente, a uma bem remunerada tecnocracia que prospera à sombra da Nuclebrás e de suas "filhas", todas protetoras de um funcionalismo visceral preso ao crescimento dos poderes e de cargos públicos.

Por trás dos interesses desta burocracia, no entanto, pode se esconder um poderoso lobby de políticos. Os mesmos, talvez, que fizeram com que a CPI do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, presidida pelo então senador Itamar Franco, não desse em coisa alguma, destino, aliás, da maioria das CPIs.

A jornalista Tânia Malheiros dá uma dica sobre os verdadeiros interessados nos projetos nucleares de Angra dos Reis.

"Basta investigar quem enriqueceu com o acordo Brasil-Alemanha. Muita gente ganhou milhões de dólares e este é um caminho que pode explicar por que os projetos de Angra 2 e 3 ainda tentam ficar de pé. É um tema para uma reportagem e até para um outro livro", comenta a jornalista.

Já há um nome que pode fornecer boas pistas sobre os interesses do acordo Brasil-Alemanha: o do diplomata Paulo Nogueira Batista, um de seus articuladores, tratado pela imprensa como "o esperto pernambucano". A trajetória de Paulo Batista na "viagem" nuclear brasileira é pública e notória: como chefe do Departamento Econômico do Itamaraty no governo Médici, ligou-se ao então diretor comercial da Petrobrás, Shigeaki Ueki e, em seguida, estava em Bonn como ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil



A Nuclebrás tem quatro mil funcionários e uma fábrica em Itaguaí usada sobretudo para estocar

na Alemanha. Foi presidente da Nuclebrás de 1974 a 1983. É sempre apontado como o esperto que está sempre no poder. De Juscelino a Sarney.

Outra boa pista para uma investigação são as ligações de Paulo Nogueira Batista com o Banco de Dresden, líder do pool de bancos alemães que financiaram o acordo nuclear. Um de seus filhos, João Pinheiro Nogueira Batista, foi um bem remunerado executivo do Banco de Dresden em Luxemburgo, de 1980 a 1984; e o caçula, Olavo Nogueira Batista, segundo o *Jornal do Comércio*, "gozava até 1987 as doçuras do programa nuclear brasileiro". A verdade sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha é uma outra bomba ainda oculta da nação!

# Americanos combatem racismo tóxico

*Grupos étnicos se organizam para se proteger contra a instalação de indústrias perigosas próximas de suas comunidades*

Renata Bernardes

**P**rodutores, corretores de refugos perigosos e até o governo dos Estados Unidos estão sendo acusados da prática de racismo tóxico ou ambiental, pela instalação de fábricas de produtos químicos, refinarias, incineradores e depósitos de lixo tóxico nas vizinhanças de comunidades de minorias étnicas.

Este quadro, no entanto, vem se modificando, com a luta contra este tipo de agressão. O ambientalista Bradley Angel, coordenador da campanha de substâncias tóxicas do Greenpeace para o sudoeste dos Estados Unidos, analisa o movimento.

"A grande maioria dessas comunidades – cerca de 85% – é pobre, latina, afro-americana ou indígena, e suas reclamações têm poucas chances de ser ouvidas e não são informadas sobre os produtos colocados em suas terras", explica Bradley que, há seis anos, vem coordenando os projetos especiais do Greenpeace de informação e assessoria a essas populações. Nesse período, acompanhou vários casos, com diferentes personagens mas um mesmo enredo.

Ele conta, por exemplo, que na área da cidade de São Francisco, do outro lado da baía, há uma comunidade de origem negra chamada Richmond, onde atualmente também vivem latinos. Bem ao lado está a Chevron, com uma fábrica de produtos químicos e uma refinaria que envenenavam a população, sem que esta se desse conta. Aconteceram na região explosões e incêndios que alertaram os moradores de Richmond sobre o risco que estavam correndo. Mesmo assim, a Chevron recusou-se a pagar assistência médica para compensar a população e a adotar medidas eficazes de segurança. Agora, a Chevron está sendo processada não só por danos ambientais, como por racismo tóxico, e corre o risco de perder na Justiça a ação que lhe move os moradores da região.

Outro exemplo está acontecendo na

região central da Califórnia, no vale de São Joaquim, que abastece os Estados Unidos de frutas e verduras. "Em Kettleman City, a população é, em sua maioria, formada por agricultores mexicanos, que só fala espanhol. Vizinho a essa comunidade fica o maior depósito de lixo da costa oeste norte-americana, e há cinco anos esta pequena comunidade vem reagindo à ideia."

Bradley conta que Kettleman City tornou-se um símbolo de resistência

*As populações prejudicados estão lutando por seus direitos e um novo conceito de justiça ambiental*

nos Estados Unidos e sua história já é conhecida também no México. Sua luta é contra um gigante que funciona em todo o mundo e tem vários incineradores instalados no país, a maioria dos quais junto a comunidades de minorias raciais.

"Outro crime que assistimos nos Estados Unidos são companhias que trabalham com lixo e resíduos tóxicos e até o próprio governo americano tentando colocar incineradores nas reservas indígenas", denuncia Bradley. As comunidades indígenas são pobres, com dificuldades de desenvolvimento econômico. As indústrias e o governo acham que, por isso, podem convencê-las a aceitarem os incineradores, com a argumentação de que se trata de projetos seguros, que lhes trarão muito dinheiro. O coordenador do Greenpeace informa que este tipo de coisa está acontecendo agora mesmo: o governo americano

anda procurando uma tribo que concorde com a instalação, em suas terras, de um depósito de lixo atômico. "Muitas não quiseram nem ouvir a proposta, pois sabem que não é seguro. Outras, muito pobres, aceitaram conversar, mas acredito que não irão até o final."

A crença de Bradley baseia-se menos em uma mudança de posição do novo governo dos Estados Unidos do que no movimento de base que está rapidamente se espalhando pelo país. "Quanto ao governo, o que estamos assistindo até agora é desanimador. A Agência de Proteção Ambiental está agindo da mesma forma que em administrações anteriores. O vice-presidente Al Gore, que baseou sua campanha na causa ambientalista, já está quebrando muitas das promessas sérias que fez a respeito do lixo tóxico, apoiando, inclusive, indústrias contra populações em questões de incineração."

Em sua opinião, o que há de positivo hoje no país e que está levando comunidades como as de Richmond e Kettleman City a lutarem por seus direitos, é um novo conceito, o princípio da justiça ambiental. "Na verdade, quando grandes empresas abusam de pequenas comunidades que não podem se manifestar, não se trata mesmo de um problema apenas ambiental. Existe um problema de justiça, de fato." Milhares dessas comunidades estão se unindo, debatendo seus problemas, suas conquistas e obtendo muitas vitórias.

Para isso, contam com a ajuda de algumas organizações que, além de fornecer-lhes informações, lhes dão respaldo técnico para enfrentar os poderosos adversários, e funcionam como ponte entre as comunidades. "Grande parte do trabalho do Greenpeace, hoje, é dedicado às comunidades que nos procuram. No caso de Kettleman City, por exemplo, divulgamos o que estava acontecendo ali. Assim, quando organizaram uma grande manifestação, veio gente de toda a parte do país lhes dar apoio."



Flávio Santos

Comemorações do 1º de Maio em Havana: apesar das dificuldades de transporte, a população participou em massa

## Resistindo aos furacões

O povo cubano  
usa a sua criatividade  
para superar  
as dificuldades  
decorrentes  
do colapso  
do bloco socialista  
e do bloqueio  
norte-americano

Antonio de Pádua Gurgel

**A**pesar das dificuldades que vêm enfrentando, principalmente depois do desaparecimento do bloco socialista, o povo cubano tem justificados motivos para comemorar neste 26 de julho os 40 anos do assalto ao quartel Moncada<sup>1</sup>. Afinal, desde a vitória da revolução comandada por Fidel Castro o processo de desenvolvimento cubano elevou significativamente as condições de vida na maior ilha do Caribe.

Os feitos estão à vista: a erradicação do analfabetismo, o ensino e a assistência médica gratuitos para toda a população, os avanços na medicina, farmácia e biotecnologia, as conquistas de medalhas nas competições desportivas internacionais (nas Olimpíadas de 1992, obteve 31 medalhas, mais do que países como Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Japão, Dinamarca, Holanda e Canadá).

Estes talvez sejam alguns dos motivos pelos quais não se cumpriram as profecias dos inimigos da revolu-

ção de que, após a desintegração da União Soviética e do campo socialista, o governo de Havana cairia em seguida. Na época, não foram poucos os jornalistas norte-americanos que se deslocaram para a ilha, a fim de documentar o colapso do regime comandado por Fidel Castro.

No entanto, a sobrevivência do regime não significa ausência de dificuldades. O desaparecimento do bloco socialista efetivamente representou um golpe profundo na economia cubana, uma vez que uma grande parcela das trocas comerciais de Cuba se efetuava com os países do Leste europeu. Um fato que ocorria não exatamente por opção, mas devido ao bloqueio comercial decretado pelos Estados Unidos há mais de 30 anos e endurecido ano passado.

Desde 1960, Washington parou de comprar açúcar de Cuba ao perceber que a revolução não se destinava apenas a derrubar o ditador Fulgencio Batista – um fiel aliado dos Estados Unidos –, mas também a construir uma sociedade socialista. Logo depois veio a



**Pedro Ross Leal:** o momento atual é o mais difícil vivido pela revolução

suspensão da venda de petróleo, bem como de seu refino por companhias norte-americanas e o embargo das

contas de cidadãos e do governo cubanos em bancos dos Estados Unidos. Na década de 60 as nações latino-americanas – cuja maior parte era dominada por ditaduras militares – foram pressionadas a romper relações com Cuba.

**Parlamento renovado** – Para se ter idéia do impacto que teve o desaparecimento do bloco socialista, basta dizer que os 13 milhões de toneladas de que Cuba dispunha anualmente em petróleo reduziram-se gradualmente desde 1990 até o presente para seis milhões de toneladas (ver matéria nesta edição). Isto sem contar com o virtual desaparecimento de mercadorias como soda cáustica (para fabricar sabão), madeira, determinados tipos de gêneros alimentícios, fertilizantes e outros insumos agrícolas.

Mesmo com todos esses sacrifícios, a quase totalidade da população se-



**Lazaro Barredo:** "É impossível se tomar qualquer decisão em Cuba por decreto"

gue apoiando o governo cubano. Um exemplo foi a recente eleição para o Parlamento, realizada em fevereiro passado, quando compareceram às urnas 99,3% da população maior de 16 anos, dos quais 93% votaram nos candidatos do governo, havendo 3,7% de votos em branco e 3,8% de votos nulos. A eleição foi direta, secreta e acompanhada por observadores estrangeiros.

A comemoração do 1º de Maio foi outra demonstração de ânimo do povo cubano. Naquela data, cerca de 8,5 milhões dos 11 milhões de habitantes da ilha estiveram presentes aos desfiles realizados em todas as províncias, sendo que em Havana esse número chegou a 1 milhão, ou seja, metade da população da capital.

Para o secretário geral da Central de Trabalhadores de Cuba (CTC), Pedro Ross Leal, o momento atual é o mais difícil vivido pela revolução. Além do bloqueio e do fim do bloco socialista, Cuba foi assolada este ano por um furacão de proporções desastrosas, além de fortes chuvas, que prejudicaram a colheita de seu principal produto, a cana-de-açúcar.

**Um dia-a-dia de sacrifícios** – Diante das numerosas adversidades que tem enfrentado nos últimos 30 anos, o povo cubano sempre recorreu à sua criatividade. E desta vez não é diferente. A bicicleta está sendo utilizada por todos como meio de transporte para o trabalho ou escola. Pais jovens já estão usando em seus veículos um assento onde colocam seus filhos para levá-los à creche, à escola ou ao passeio de domingo.

Da mesma forma que se procura atenuar a escassez de comida, repartindo o estoque igualmente entre toda a população, também as dificuldades de transporte são amenizadas pelos *amarillos* (amarelos), guardas com fardas dessa cor, que permanecem diante dos pontos de ônibus sempre lotados com a função de parar qualquer transporte estatal que tenha vagas.

A discussão e participação na solução dos problemas do país faz parte do cotidiano dos cubanos. "Quem diz que não há democracia em Cuba não conhece a natureza do seu povo", diz o jornalista Lazaro Barredo, deputado pela província de Holguín com 98,5% dos vo-

tos. Segundo ele, que é também vice-presidente da União dos Jornalistas Cubanos, é impossível se tomar qualquer decisão em Cuba por decreto, "desde a escalada do time nacional de beisebol até a nomeação de um ministro".

O cuidado e o carinho com a paixão e os interesses populares superam até mesmo as dificuldades econômicas. Devido aos cortes temporários de energia elétrica que impedem os cubanos de determinadas áreas de desfrutar de um dos passatempos nacionais – assistir novela –, a TV transmite no domingo um resumo dos capítulos passados durante a semana.

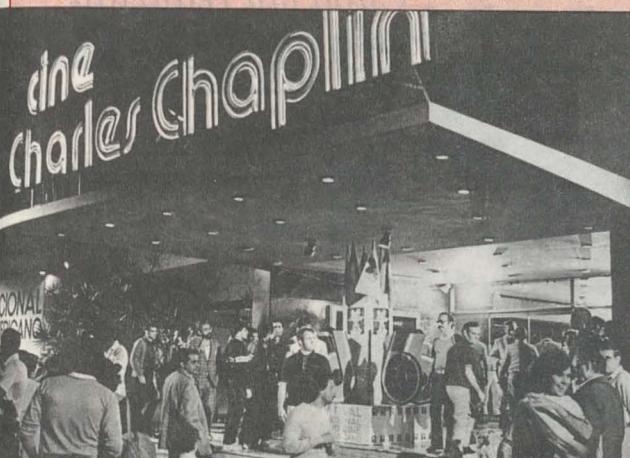
Isso não significa, porém, que não se escutem críticas ao governo. É comum também se ouvirem palavras de apreensão quanto ao futuro, principalmente por parte de jovens que não conhecem o país na época de Fulgencio Batista. Para eles, é mais difícil valorizar as conquistas sociais da revolução, pois já nasceram com elas, e aceitar a escassez de certos produtos e as limitadas opções de lazer.

**Abertura da economia** – Nos últimos anos não era descartada pela direção cubana a possibilidade de uma interrupção nas relações com a União Soviética. Em 26 de julho de 1989, dois anos antes da queda do presidente soviético Mikhail Gorbachev, Fidel Castro afirmava: "(...) Temos que ser mais realistas do que nunca. Mas temos que advertir ao imperialismo que não acalente tantas ilusões com relação à nossa revolução e com relação à idéia de que ela não poderá resistir se houver uma derrocada na comunidade socialista. Porque se amanhã ou um dia qualquer acordarmos com a notícia de que a URSS se desintegrou, coisa que esperamos não aconteça jamais, ainda nessas circunstâncias, Cuba e a revolução cubana seguiriam lutando e seguiriam resistindo(...)."

Não é casual que desde 1986 tenha se iniciado um processo de retificação visando não só a corrigir algumas distorções econômicas, caracterizadas por um excesso de paternalismo do governo cubano, mas também a estabelecer uma maior independência de Cuba em relação ao comércio com o Leste europeu.

O processo de retificação implica também a utilização dos recursos da

## Uma escola de cinema



*Cuba oferece bolsas para estudantes do mundo inteiro interessados em estudar cinema*

**E**studar cinema na melhor escola da América Latina, morando em um apartamento mobiliado com banheiro próprio, alimentação, transporte e assistência médica, inteiramente gratuitos. Esse pode ser o sonho de muitos brasileiros, apaixonados pela sétima arte, e que estão de luto com a virtual morte do cinema nacional. Um sonho não muito distante, já que a mais prestigiada instituição latino-americana nessa área, a Escola Internacional de Cinema e Televisão de Cuba (EICTV), oferece bolsas de estudo para estudantes de diversos países, incluindo o Brasil.

Para os aficionados em cinema, vídeo e televisão a chance é única: a seleção ocorre somente uma vez por ano. As inscrições são abertas sempre no final de abril, se estendendo até começo de maio na sede do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibac), no Rio de Janeiro, ou nas suas filiais, em São Paulo ou Brasília. A EICTV exige que o aspirante à bolsa já tenha concluído o segundo grau, com apresentação do certificado, e envie documentação anexa que inclui *curriculum vitae* e seis fotos.

As bolsas são oferecidas para o curso regular, que tem duração de dois anos, aberto para jovens de 18 a 24 anos. No primeiro ano, o estudante recebe informações básicas sobre cinema, vídeo, televisão nas áreas de

direção, edição, produção, roteiro, fotografia, som e animação. Numa etapa posterior, ele deve desenvolver um projeto de caráter ficcional ou documental. Já no segundo ano, ele será indicado para a área na qual apresentou melhor desenvolvimento.

Dirigida pelo escritor, cineasta e jornalista brasileiro Orlando Senna, a EICTV foi fundada em 15 de dezembro de 1986, por iniciativa da Fundação do Novo Cinema Latino-americano, presidida pelo escritor colombiano e Prêmio Nobel de Literatura em 1982, Gabriel García Marquez. A escola está situada em San Antonio de Los Baños, a 35 km de Havana, capital cubana.

Mas a atividade docente da EICTV não está concentrada nos cursos regulares. A escola mantém mais quatro níveis educativos que compreendem oficinas experimentais; palestras sobre cinema; cursos dirigidos a grêmios e sindicatos, e cursos livres de introdução aos meios audiovisuais. O próprio García Marquez é professor titular de uma das oficinas, denominada "Como contar um conto". O ano letivo inicia em setembro, com um recesso para as festas de fim de ano e férias em julho e agosto.

O endereço para correspondência é: Apartado Aéreo 40/41, San Antonio de Los Baños, Província de La Habana, Cuba. (Agláia Tavares)

própria economia nacional, contemplando principalmente um programa de alimentação com base em gêneros que possam ser produzidos e financiados com recursos próprios. Como decorrência desse programa, a produção de arroz em Cuba durante 1992 foi 30% maior que no ano anterior e para 1993 espera-se igual crescimento, da mesma forma que vem acontecendo com a atividade pesqueira.

O programa de retificação prevê ainda investimentos em setores onde Cuba conseguiu grandes avanços, como a biotecnologia e a produção de medicamentos. Além disso, a indústria do turismo vem sendo incrementada cada vez mais, sendo que, em 1992, 500 mil visitantes estiveram em Cuba, gerando um total de US\$ 300 milhões em divisas. As autoridades do setor esperam duplicar estes números até 1996.

O processo de retificação é igualmente responsável pela aceleração no desenvolvimento da indústria siderúrgica e metalúrgica, particularmente no que se refere ao aproveitamento das jazidas de níquel, metal abundante em Cuba.

Mesmo assim, o programa de retificação não tem encontrado solução para problemas como o fornecimento de produtos inexistentes na ilha e que eram supridos pelo comércio com o bloco socialista. Mais uma vez, a principal dificuldade é o bloqueio imposto pelo governo norte-americano.

Por isso, uma das prioridades do governo cubano é desenvolver relações comerciais com o maior número possível de países. Recentemente, a Argentina autorizou a importação de medicamentos cubanos. E foram feitos oito acordos econômicos com empresários brasileiros, contemplando a produção no Brasil de ceifeiras cubanas para cana-de-açúcar, o fabrico associado de ônibus para turismo, a exploração conjunta de níquel, a construção de uma fábrica de cítricos na Ilha da Juventude, entre outros.

'O assalto ao quartel Moncada, situado na cidade de Santiago, em 1953, marca o início da luta armada contra o regime militar de Fulgencio Batista. Apesar de ter fracassado, o assalto projetou nacionalmente a figura do jovem advogado Fidel Castro como o líder da oposição ao ditador. Fidel e seu irmão, Raúl, foram condenados à prisão perpétua. Devido à pressão popular, foram indultados, viajando em seguida para o México. Lá organizaram o núcleo da resistência ao regime, ao qual se juntou o médico argentino Ernesto Che Guevara

# A substituição do petróleo

**P**ara se adaptar a essa difícil situação, as primeiras medidas do governo cubano foram a redução ou paralisação de algumas atividades, o reajuste de outras, a execução manual de tarefas que antes eram mecanizadas e a diminuição do transporte e da energia elétrica consumida.

A utilização da cana para produzir álcool combustível, uma alternativa já aventada algumas vezes, foi descartada devido ao pequeno tamanho de seu território e aos enormes investimentos necessários para a reconversão da maquinaria para se extrair álcool.

Dessa forma, embora altamente desconfortáveis, as medidas necessárias para conviver com a nova situação foram adotadas. Hoje em dia, até a iluminação pública está sendo racionada. A luz natural está sendo utilizada onde é possível, eliminando-se cortinas e outros acessórios que impedem sua passagem. O fornecimento de energia elétrica tem sido interrompido (o chamado *apagão*) em áreas alternadas, principalmente nas cidades. Ao mesmo tempo, continuam se multiplicando os moinhos de vento no campo, usados sobretudo para bombear água.

Foram reduzidos os percursos diáários dos ônibus, mantendo-se preferencialmente os veículos que utilizam óleo diesel, além de ter se estimulado o uso de bicicletas.

O lazer também foi afetado. As transmissões de televisão foram reduzidas a cinco horas diárias de segunda a sexta-feira, nove no sábado e 14 aos domingos. Em cada território, foi feita a redistribuição das salas de cinema segundo as disponibilidades de filmes e audiência de espectadores.

Por outro lado, está sendo diminuído progressivamente o uso de aparelhos de ar condicionado em todas as atividades administrativas e de outros tipos, até sua eliminação total. Os eventos desportivos em horários noturnos estão limitados aos de caráter internacional, sendo que só acontecem nesse horário quando há interesse de sua transmissão pela televisão.



**Estímulo ao biogás e turfa** – Estudos mostram que poderia ser diminuído em aproximadamente 40% o emprego de combustível convencional sem afetar seus níveis produtivos, aumentando-se a utilização das fontes de energia renováveis ou não.

Nesse sentido, estão sendo desenvolvidos estudos para usar energeticamente a turfa, o gás natural, o bagaço de cana, os resíduos industriais pecuários e urbanos, o carvão e a lenha, assim como a energia solar, eólica e hidráulica, medidas que têm sido recebidas com grande euforia pela comunidade ambientalista.

Segundo a Comissão Nacional de Energia, os 20 milhões de toneladas de bagaço que resultam anualmente da produção açucareira poderiam substituir quase 30% do total de energia consumida no país. Considera-se que 4,6 toneladas desse produto substituem uma de petróleo, podendo-se, portanto, obter o equivalente a 4,2 milhões de toneladas de petróleo com o bagaço de cana. Descontando-se a quantidade desse subproduto utilizada para alimentação animal, ainda resta o equivalente a cerca de 700 mil toneladas de petróleo combustível que hoje se queimam sem proveito algum.

Ainda segundo a Comissão, o Ministério do Açúcar desperdiça mais de 57 milhões de metros cúbicos de resíduos em suas destilarias centrais e fábricas de produtos açucareiros que, em forma de biogás, substituiriam 150 mil toneladas de petróleo, além de contribuir para reduzir a poluição ambiental.

*Depois de receber uma média anual de 18 milhões de toneladas de petróleo até 1990, através de contrato com a ex-URSS, Cuba viu reduzida essa cota para seis milhões de toneladas*

*O transporte urbano foi drasticamente reduzido*

Outra possibilidade de substituir o petróleo através do biogás é a utilização do excremento de gado bovino. As cinco milhões de reses cubanas poderiam fornecer matéria-prima para produzir energia correspondente ao potencial de uma central nuclear de tamanho médio.

De todas as fontes alternativas de energia, a mais indicada em Cuba para geração de eletricidade e produção de cimento é a turfa, do qual o país tem amplas reservas. Essas reservas poderiam ser usadas em termelétricas que utilizam largamente o petróleo.

**Pequenas hidrelétricas** – De acordo com especialistas do setor, com as mais de 100 micro e minicentrais hidrelétricas construídas a partir de 1987 – cuja potência total instalada é de 8,5 megawatts –, além das mais de 50 centrais em construção, Cuba tem o maior programa de difusão desta tecnologia em toda a América.

Um levantamento da Comissão Nacional de Energia mostra que o potencial hidroenergético já estudado supera os 600 megawatts a instalar, que podem gerar a cada ano 900 milhões de quilowatts e substituir 325 mil toneladas de petróleo. Até agora, foram instalados 57,1 megawatts, que oferecem 77 milhões de quilowatts/hora. Está prevista ainda a construção de um grande complexo hidrelétrico, além do aproveitamento de 88 represas nas quais podem ser erguidas pequenas usinas.

**(Antonio de Padua Gurgel)**

# Pesquisa científica, uma prioridade

*Investimentos maciços na educação e pesquisa tornam Cuba um dos países do Terceiro Mundo mais desenvolvidos na área científica*



A indústria farmacêutica cubana exporta remédios para vários países

**Q**uando o governo brasileiro decidir, Cuba pode fornecer a quantidade de vacinas contra meningite B e C que forem necessárias para imunizar toda a população, principalmente as crianças e adolescentes.

Reconhecido internacionalmente pela seriedade e sucesso de seu trabalho, o Instituto Finlay, localizado nos arredores de Havana, é a única instituição científica no mundo que tem a fórmula para prevenir essa doença que tantas vítimas tem feito em diferentes países, inclusive o Brasil.

"Para que as crianças e jovens brasileiras sejam imunizados com essa vacina, é necessário apenas que o Ministério da Saúde, em Brasília, decida comprar as doses necessárias", afirma o chefe da Área de Apoio do Instituto Finlay, Noel Gonzalez Gotera. Recentemente uma comissão formada por autoridades e médicos brasileiros e cubanos realizou uma avaliação sobre os resultados da imunização obtida com a aplicação da vacina em nove estados brasileiros, concluindo por sua aprovação.

Segundo a dra. Lourdes Almeyda, integrante da equipe que desenvolveu a vacina no Instituto Finlay, a fórmula conhecida como *Vamengoc-BC* foi obtida em 1988 para deter uma epidemia de meningite meningocócica do tipo B, de alcance nacional em Cuba e da mesma natureza do mal que atacou o Brasil em 1975.

A partir de setembro de 1988 foram aplicadas em Cuba mais de 7 milhões de doses dessa vacina em mais de 2,7 milhões de habitantes, registrando-se uma eficácia da mesma superior a 93%.

Devido ao comprovado sucesso das vacinas, ela foi recomendada pelo Ministério da Saúde Pública de Cuba como de aplicação obrigatória para todas as crianças a partir de 3,5 meses de vida e faz parte do esquema nacional de vacinação das crianças cubanas desde 1989. Nessa data ela obteve a Medalha de Ouro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

**Teste no Brasil** – No caso brasileiro, os testes com a vacina cubana iniciaram-se justamente depois dessa premiação. Iniciada em São Paulo em 1989 e terminada em Sergipe em 1991, a cobertura vacinal foi baixa. Só atingiu uma parte da população de risco e foi aplicada uma única vez, sem continuar vacinando as crianças que chegaram à faixa etária indicada.

Apesar de não ter se adotado uma boa estratégia, essa vacinação foi capaz de deter a nascente epidemia e de proteger a população vacinada. Porém, o Ministério da Saúde do Brasil não determinou a aquisição da vacina para uma cobertura mais completa.

**Ensino de alto nível** – A vacina antimeningocócica contra os tipos B e C, criada e produzida pelo Instituto Finlay, não é um êxito acidental da biotecnologia e da biomedicina cubanas. Ela é um dos muitos resultados obtidos graças à prioridade concedida pelo Estado cubano à pesquisa científica e aos investimentos em saúde pública.

Segundo profissionais de saúde cubanos, em 1960 Fidel Castro já afirmava que o futuro de Cuba teria que ser um futuro de homens de ciência.

Com os poucos profissionais e técnicos que ficaram em Cuba, integrados à revolução, criaram-se as primeiras instituições científicas a partir de 1960, destacando-se por seus resultados a Academia de Ciências de Cuba e o Ministério da Saúde Pública.

O novo governo universalizou o ensino geral gratuito (primário, secundário, técnico, pré-universitário e universitário). Formaram-se dezenas de milhares de mestres e se construíram escolas em todo o país, incluindo importantes centros de nível universitário e tecnológico. O ensino básico foi declarado obrigatório até a 9ª série.

As instituições de nível superior, particularmente no campo da medicina, da biologia, das ciências agropecuárias e tecnológicas, alimentaram com quadros altamente qualificados as instituições científicas tradicionais que foram sendo criadas. Entre estas últimas, destacando-se o Centro Nacional de Saúde Agropecuária, que formou numerosos quadros nos campos da biotecnologia, da biomedicina e das ciências agropecuárias.

No início da década de 80, alguns desses quadros foram designados para criar instituições biotecnológicas de ponta, que se integraram no que se denominou Frente Biológica. Ao disseminar-se por todo o território cubano, esses quadros altamente especializados criaram os chamados *pólos científicos*, que coordenam e integram programas de colaboração não só entre os centros de cada polo mas também entre os centros de pólos diferentes. (A.P.G.)

# Os desafios do novo governo

*O fracasso do golpe de estado do ex-presidente Jorge Serrano gera mudanças na política guatemalteca, mas a solução do conflito armado continua sendo a prioridade*

Aldo Gamboa

**T**odos esperavam uma frase de impacto, mas poucos pensaram que ao assumir como presidente da Guatemala o *ombudsman* dos Direitos Humanos Ramiro de León Carpio teria a tranquilidade necessária para dizer: "Cheguei à presidência por um consenso político e, por esse motivo, tenho a liberdade necessária para governar sem pressões."

Logo depois da confusão criada pelo autogolpe do ex-presidente Jorge Serrano em 25 de maio passado – quando fechou o Congresso, interveio no Judiciário e deteve opositores –, De León voltou a pôr as coisas em claro no tabuleiro político guatemalteco. As Forças Armadas deviam aceitar a necessidade de reconstruir com urgência as instituições democráticas, o que inclui a reconsideração da política militar de impossibilitar acordos de pacificação com a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), contra quem lutam há 30 anos.

"Neste momento histórico, conclamo todos à unidade nacional, sem revanchismos ou vinganças", disse De León ao assumir o mandato presidencial da transição. A frase, que foi interpretada como uma referência à necessidade de deixar para trás o autogolpe de Serrano e o apoio que obteve, deve ser analisada fundamentalmente como uma mensagem às Forças Armadas para que seus quadros do alto escalão iniciem negociações frutíferas com a URNG.

Esta tentativa do novo mandatário se fez mais evidente em seu primeiro ato de governo: destituiu o ministro da Defesa, José García Samayoa, o chefe do Estado-Maior e o chefe do Gabinete Militar.

De León pretendia colocar nesses cargos – chaves na política guatemalteca – figuras alinhadas a uma tendência mais moderada dentro das fileiras militares. No entanto, não pôde deixar de negociar o nome do substituto de García Samayoa, e teve que aceitar a nomeação de Roberto Perucina, um general considerado de "linha dura".

O presidente, não obstante, logrou colocar Mario Henriquez no Estado-Maior e o coronel Augusto Pérez Molina no Gabinete Militar, dois "moderados" na estrutura das Forças Armadas. Henriquez já participou de conversações oficiais com a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) no México.

## A questão dos direitos humanos

– O ex-*ombudsman* dos Direitos Humanos, cargo a partir do qual ganhou a inimizade das principais figuras militares, terá a responsabilidade de conduzir a transição da Guatemala para a completa normalização institucional.

De León permanecerá na presidência até completar o mandato de Serrano, em 14 de janeiro de 1994. Seu principal desafio será criar condições em suas relações com o Exército para garantir o respeito aos direitos humanos. Uma declaração de De León bastou para que tranquilizasse a opinião pública: "O comportamento das Forças Armadas durante toda a crise foi correto.



*O presidente da Guatemala, Ramiro de León, cumprimenta o novo ministro da Defesa Nacional, general Roberto Perucina, considerado de "linha dura"*

## AMÉRICA LATINA

### GUATEMALA

# Continuado

Deixaram-me claro que não serão antagonistas a meu governo."

Para as Forças Armadas, é evidente que De León não era o candidato ideal. E verdade que a atuação militar foi decisiva ao exigir que Serrano deixasse o poder uma semana depois do autogolpe, mas a solução final do conflito não respondeu às expectativas dos comandos militares.

Afinal, De León se tornou famoso ao abrir processo contra quadros do Exército de alta patente por reiteradas violações aos direitos humanos, torturas e desaparecimento forçado de militantes de esquerda e da URNG.

**Divisões no Exército** – Quando o

Congresso guatemalteco se reuniu para eleger um novo presidente, optando entre De León e o presidente do Tribunal Eleitoral Arturo Herbruger, vários deputados alertaram seus colegas que a candidatura do *ombudsman* seria "vetada" pelos comandos militares. De León venceu Herbruger por 64 votos a 51. Como eram necessários dois terços dos votos, Herbruger retirou sua candidatura e deixou o caminho livre à solução da crise.

Fontes diplomáticas na Guatemala indicaram que as divisões existentes nas Forças Armadas – geradas pelas posições divergentes em relação ao diálogo com a URNG – se acentuaram com o golpe de Serrano.

As mesmas fontes afirmaram que na ponta "moderada" desse espectro estava o ex-ministro da Defesa durante o governo de Víctor Cerezo, Alejandro Gramajo. O militar teria se oposto ao golpe de Serrano por considerar que "não servia à democratização do país".

Seja qual for a posição real de Gramajo com relação ao golpe de Serrano, o militar preferiu não manifestar-se claramente sobre as perspectivas das relações entre as Forças Armadas e o novo governo. Sabe-se que o ex-ditador Efraín Ríos Montt também condenou o golpe de Serrano.

**Política militar revista** – Os setores militares mais próximos ao governo de Serrano adotaram no último ano uma posição clara: *dialogar* com a URNG, mas não *negociar* nem ceder um só ponto em relação aos direitos humanos. Isto fez com que nos últimos 15 meses praticamente não houvesse avanços nas conversações entre ambas as partes.

Líderes da organização revolucionária declararam em zonas sob controle guerrilheiro que esperavam por parte do presidente um gesto de boa vontade para reiniciar as negociações. Não obstante, o Exército atacou posições da URNG no norte do país e acusou os rebeldes de não cumprir os compromissos assumidos.

A Guatemala se prepara para assistir a uma conjuntura decisiva para seu futuro político. De León, por sua longa atuação na área dos direitos humanos, sabe que não haverá saída política sem um acordo que permita pacificar o país.

O Exército, por sua parte, tem agora grande parte da estrutura oficial guatemalteca e os organismos internacionais contra ele, e não será surpresa se as contradições políticas dentro dos quartéis gerarem profundas mudanças, cujos resultados só poderão ser apreciados a médio prazo.



Rigoberta Menchú protesta contra a censura em frente ao Palácio do governo

## Rigoberta nas ruas

**E**m visita a seu próprio país para participar de um encontro continental dos povos indígenas, Rigoberta Menchú Tum, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, acabou por mostrar nas ruas da Guatemala o verdadeiro alcance de sua influência sobre essas massas. Encabeçando manifestações populares, improvisando discursos, condenando o golpe militar e denunciando violações aos direitos humanos, Rigoberta esteve à frente de todo o processo

de restauração da institucionalidade na Guatemala.

A líder indígena guatemalteca reiterou que tinha dado "um voto de confiança" ao novo governo, embora tenha pedido à comunidade internacional "que não dê um cheque em branco" à administração de De León. Rigoberta Menchú pediu que seja retomado o diálogo entre as Forças Armadas e a URNG, e sugeriu que poderá apresentar uma proposta própria para a agenda de negociações.



Jorge Serrano

# Continuismo ameaça avanços



**Assunção:** milhares de manifestantes protestam contra as fraudes e irregularidades denunciadas pela oposição

*Com a eleição de Wasmoy, o situacionismo ganha cinco anos e afasta a possibilidade do país aprofundar sua democracia*

## Gabriela Máximo



Os paraguaios escolheram, nas primeiras eleições presidenciais democráticas de sua história, em maio passado, o caminho mais longo para modernizar o país. A mesma população que apoiou abertamente a derrocada da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1989, preferiu manter seus herdeiros no poder, dando mais cinco anos de mandato ao Partido Colorado, abertamente respaldado pelas Forças Armadas. Com a eleição do engenheiro Juan Carlos Wasmoy, o partido que comanda o país desde 1947 e que serviu de fachada política à ditadura Stroessner, poderá se manter no poder por muitos anos mais.

Apesar de ter obtido 60% do total

dos votos e a maioria no Congresso Nacional, a oposição paraguaia desperdiçou uma oportunidade histórica de retirar o Partido Colorado do poder. Preferiu apresentar-se desunida ao invés de pautar-se por experiências bem-sucedidas, como a chilena, por exemplo. No Chile, em 1989, para derrotar nas urnas a ditadura do general Augusto Pinochet, os partidos de oposição – da direita moderada à esquerda – formaram a Concertación (acordo) pela Democracia, vencendo, ainda assim, com uma margem apertada o candidato do antigo regime.

No Paraguai, o Partido Colorado foi o grande beneficiado pela distância que separa seus principais rivais, o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) e a recém-criada coalizão Encontro Nacional, uma ampla frente de centro-direita.

O candidato liberal Domingo Laíño – que por anos bateu-se contra a ditadu-

## AMÉRICA LATINA

### PARAGUAI

# Somente eleito de direito

ra, foi preso, torturado e exilado no Brasil — não convenceu o eleitorado com um discurso considerado ultrapassado, praticamente o mesmo que utilizava no período strossnerista.

Por outro lado, Guillermo Caballero Vargas, do Encontro Nacional, pecou por excesso em outro sentido, aos olhos de um eleitorado conservador. Com um discurso de modernização, antipolítico, pregando a eficiência de sua bem-sucedida história empresarial, Caballero Vargas chegou a liderar as pesquisas pré-eleitorais, mas acabou em terceiro lugar, atrás de Laíno e Wasmosy. Seu perfil foi considerado moderno e urbano demais para o "Paraguai profundo", do interior, sob forte influência do *coloradismo* e que nunca conheceu através da história outra forma de política senão o bipartidismo entre liberais e colorados.

**A sombra dos militares** — O caminho escolhido pelos paraguaios deixa ao país uma via estreita para a modernização de suas instituições. O civil Wasmosy terá pouca margem de manobra na presidência e corre o risco de acabar tutelado pelos militares.

A influência que as Forças Armadas preservarão em seu governo ficou patente nas primeiras declarações de Wasmosy como presidente eleito. Em reunião com correligionários, entre os quais vários comandantes militares, disse que seu governo estará respaldado pelas Forças Armadas "de maneira a resguardar a democracia por décadas e séculos", segundo reproduziu o jornal oposicionista *ABC Color*. Suas declarações nada mais fizeram do que corroborar outras, feitas em tom de ameaça na véspera das eleições, pelo general Lino Oviedo, comandante do Primeiro Corpo do Exército, que se prenuncia como novo homem forte do Paraguai, à sombra do poder civil.

O ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, que participou como observador internacional das eleições, deixou o país advertindo que a incipiente democracia paraguaia corre perigo com a intromissão política dos militares. Tal ingerência não surpreende em um país onde o Exército cultivou à força sua onipresença em todas as esferas da vida nacional nas décadas do general

Stroessner. O mesmo ocorreu nos quatro anos de governo do também general Andrés Rodríguez, ex-braço direito do ditador que derrubou o antigo regime em 1989 e deu início à transição para a democracia.

**Velhas práticas** — Embora civil, Wasmosy, apoiado pessoalmente pelo general Rodríguez, garantirá, em parte, a continuidade de um regime autoritário que passou a se confundir com a própria cultura política do país.

Vale lembrar que, ao contrário de seus vizinhos brasileiros, chilenos e argentinos, para citar apenas os do Cone Sul, os paraguaios não têm memória de um regime democrático. Fraudes, intimidações e violência política foram prática corrente nos 35 anos da ditadura stroessnerista, quando o ditador renovava seu mandato a cada seis anos em eleições fraudulentas que invariavelmente lhe garantiam mais de 90% dos votos. Em um regime de exceção, Stroessner não tinha dificuldades em superar eventuais obstáculos, chegando mesmo a reformar a Constituição que impedia sua terceira reeleição sucessiva, em 1968.

Hoje, exilado no Brasil, o general procurou apparentar distância do processo eleitoral, mas sua corrente de seguidores nas Forças Armadas apoiou o pré-candidato Luís María Argaña, que perdeu para Wasmosy na controvérida convenção do Partido Colorado no final do ano passado. Argaña chegou a vencer a indicação dos delegados mas acabou afastado posteriormente pela comissão eleitoral do partido, à custa de fraude.

Embora tenha restabelecido as garantias democráticas, como liberdade de imprensa e manifestação política, o governo de Rodríguez não hesitou em lançar mão de práticas do passado para garantir a vitória de seu candidato. Uma delas é a contribuição semivoluntária que o funcionalismo público recolhe em folha de pagamento para financiar o Partido Colorado. Outra foi a iniciativa, pouco antes das eleições, de aceitar de volta às fileiras do partido os

militantes e dirigentes políticos stroessneristas que ele mesmo havia banido do Colorado logo após ter liderado o golpe de 1989.

Acredita-se que a fraude tenha sido novamente um instrumento eleitoral do Partido Colorado. Além da pressão psicológica exercida pelas ameaças do general Oviedo, houve corte das linhas telefônicas dos partidos de oposição no momento da apuração e denúncia de distribuição irregular de cédulas eleitorais. O PLRA acusou a Justiça de ter ordenado o fechamento da fronteira para impedir que paraguaios residentes no Brasil entrassem no país para votar.



Domingo Laíno (esq.), Carlos Wasmosy e Caballero Vargas

**Minoria no Congresso** — O novo governo colorado, que se inicia em 15 de agosto, terá, de início, uma diferença fundamental em relação aos anteriores: contará com uma minoria tanto na Câmara quanto no Senado, o que o obrigará a negociar seus projetos de governo com os demais partidos do novo cenário político paraguaio.

No Congresso renovado, 25 senadores são da oposição e 20 do Partido Colorado. Os deputados se dividem em 42 oposicionistas e 32 do oficialismo. Estes resultados mostraram que o governo colorado vai ter que se adaptar à nova realidade política que lhe foi imposta pelas urnas após 46 anos de poder absoluto.

Agora resta saber se as forças de oposição — PLRA, de Laíno, e Encontro Nacional, de Caballero Vargas — seguirão desunidas como nas eleições ou se juntarão suas forças no Legislativo para apressar a modernização política no Paraguai.

# Solidariedade ou clientelismo?

*Comentado no exterior e questionado pelos partidos de oposição, o programa de combate à miséria está sendo ameaçado por um mal quase incurável na sociedade mexicana: a corrupção*

Roberto Bardini

**N**os últimos meses, o governo do México tem recebido a visita de várias delegações estrangeiras interessadas em conhecer em detalhes o chamado Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol). Esse controvérsio programa, implantado em 2 de dezembro de 1988, foi o primeiro ato formal do presidente Carlos Salinas de Gortari, do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

No dia anterior, quando Salinas prestou juramento como presidente, definiu assim o seu programa de governo: "Proponho a meus compatriotas três novos acordos nacionais: o primeiro, para a ampliação de nossa vida democrática; o segundo, para a recuperação econômica e a estabilidade; e o terceiro, para o melhoramento produtivo e o bem-estar da população."

Um documento oficial, intitulado "A solidariedade no desenvolvimento na-

ção", divulgado no início do ano, explica que "sociedade e governo se propuseram a levar a cabo uma reforma do Estado mexicano, que significa a transformação de um Estado proprietário e assistencial para um Estado solidário, em um ambiente pluralista, criativo e com participação das comunidades e dos indivíduos". Em síntese, afirma que "as autoridades estabelecem acordos diretamente com a comunidade e trabalham junto com os cidadãos".

Essa aliança se traduz no fato de que, por um lado, o governo fornece capital e material, por exemplo, para a construção de estradas e escolas ou a instalação de energia elétrica e rede de água e esgoto. E, por outro, os moradores das comunidades beneficiadas com estas obras contribuem com seu trabalho voluntário.

Defendido com unhas e dentes pelo PRI e criticado sem trégua pelos partidos da oposição, o Pronasol divide as opiniões de analistas mexicanos e es-



## AMÉRICA LATINA

### MÉXICO

ONU

trangeiros e causa polêmica entre os cidadãos comuns.

Enquanto os representantes do governo falam da "modernização do Estado com a participação de todos", seus críticos aludem a "jogadas de efeito para ganhar votos". E, naturalmente, não fica de fora um tema quase tradicional de debate no país: a corrupção.

**Pobreza e contrastes** - Com mais de 84 milhões de habitantes, o México é uma nação de contrastes e se caracteriza por grandes desigualdades sociais. Na avenida da Reforma, a principal da capital, está o moderno edifício da Bolsa de Valores, aos pés do qual uma indígena, que a duras penas balbucia o espanhol, vende chicletes para sobreviver.

Os contrastes e desigualdades também se traduzem, entre outros sintomas, no fato de milhões de mexicanos terem optado por emigrar para o sul dos Estados Unidos.

**Os povos indígenas** - 56 grupos étnicos, que totalizam cerca de sete milhões de pessoas - se encontram em situação de extrema pobreza e maior desvantagem. A maioria vive em zonas áridas, semi-áridas e nas serras, onde ocupam terras de baixo rendimento e mais sujeitas a catástrofes naturais.

Ao redor das grandes cidades tem surgido, de forma anárquica, um anel de miséria composto por bairros populares e loteamentos irregulares, conhecidos no México como *ciudades perdidas*, o equivalente das *villas miserias* da Argentina, *cantegriles* do Uruguai ou *pueblos jóvenes* do Peru.

Esses bairros crescem rapidamente, apesar de carecer de água, luz, gás, transporte, escolas ou hospitais, e constituem uma verdadeira panela de pressão social.

Por essas razões é que surge o Programa Nacional de Solidariedade. O Pronasol fixa as políticas e estratégias para combater a pobreza e os estados e municípios selecionam e hierarquizam as obras sociais e os projetos produtivos aos quais se destinam os recursos.

Segundo dados do governo, nos três primeiros anos do programa se investiram 400 milhões de dólares e se criaram quase 130 mil Comitês de Solidariedade em todo o país. Segundo a propaganda oficial, foram realizados 230

No Congresso mexicano, deputados da oposição questionam o Pronasol e acusam o governo de usá-lo com fins eleitoreiros

mil projetos em 31 estados, beneficiando 62 mil localidades.

**A outra face** - Mas, fora da propaganda oficial, nem tudo são flores. Periodicamente, os meios de comunicação publicam denúncias de que muitos prefeitos do interior estariam desviando fundos do Pronasol em seu próprio benefício.

Os partidos de oposição ao PRI, por seu lado, afirmam que o programa é "eleitoreiro" e acaba com a soberania dos estados. "O Executivo federal está violando o federalismo", coincidem em assinalar os parlamentares da oposição.

Deputados e senadores do conservador Partido de Ação Nacional (PAN) e do Partido da Revolução Democrática (PRD), de centro-esquerda, afirmam que "há uma utilização absolutista dos recursos econômicos da nação".

Como exemplo, citam que o diretor do Pronasol, Carlos Rojas Gutiérrez - irmão do diretor da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex) - administra um orçamento indeterminado e decide, do seu escritório na capital, a ajuda, os serviços e o uso das infra-estruturas que antes estavam em mãos dos estados e municípios.

A parlamentar Ifigenia Ramírez, do PRD, afirma: "Os procedimentos do Pronasol são irregulares. Muitos dos gastos normais com a instalação de rede de esgoto e água são catalogados como obras do Pronasol. Seu orçamento não foi debatido na Câmara de Deputados. Ninguém sabe nada sobre ele."

Ela justifica a oposição do seu partido ao programa da seguinte forma: "Estamos contra o Pronasol porque os projetos e o orçamento são decisões pessoais. O programa não se destina aos estados pobres, mas àqueles onde o PRI não consegue criar uma base eleitoral. Os recursos são usados para influir nas decisões dos cidadãos."

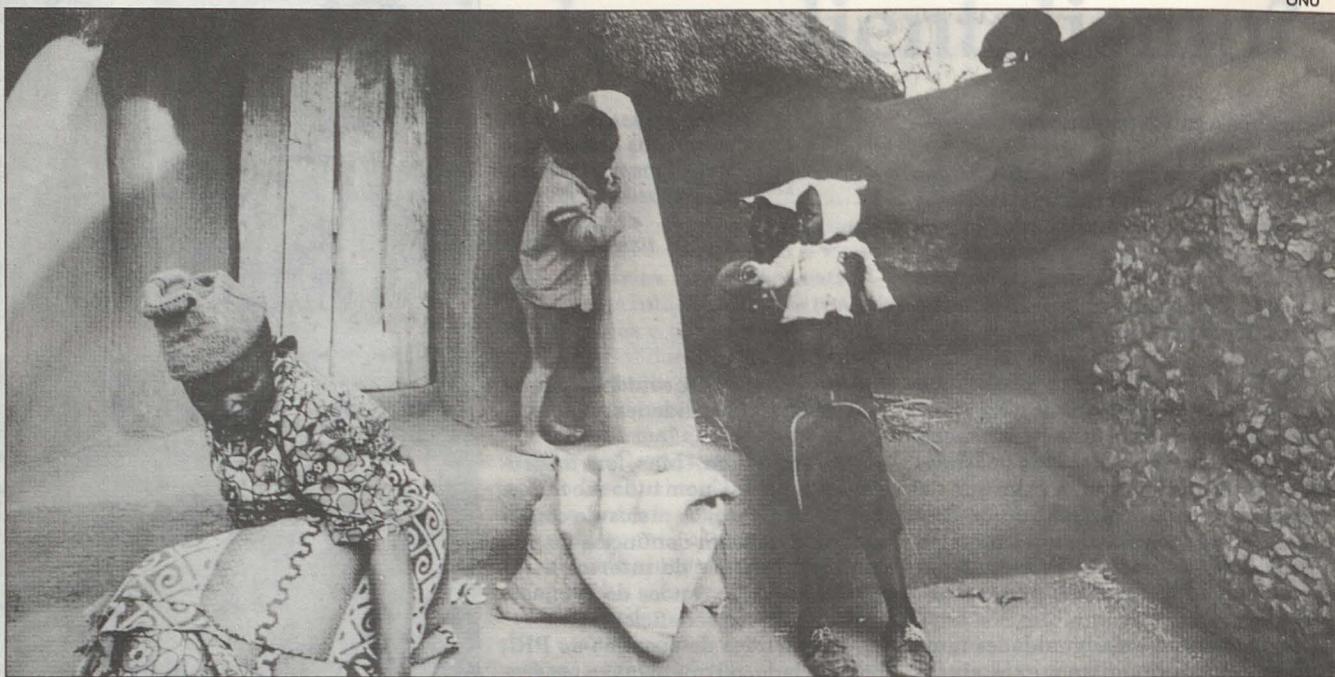


Por sua vez, Noé Aguilar Tinajero, do PAN e membro da Comissão de Fazenda do Congresso, garante: "As somas (destinadas ao programa) se vêem engordadas em função da apreensão de bens do narcotráfico. Mas, por esse motivo, os recursos do Pronasol são imprevisíveis, pois tem havido muitas apreensões não só de bens dos narcotraficantes, como também de produtos contrabandeados."

Já Marcela Astudillo Moya, pesquisadora da Universidade Autônoma do México (Unam), afirma que o federalismo existe só na teoria, pois, "na prática, o país está sumamente centralizado nos planos econômico e político. É dessa forma que o governo pode manter o controle do país".

O Pronasol, na opinião da pesquisadora, longe de modificar e reverter a situação de dependência dos estados, "tem servido para a manipulação política, porque os recursos federais muitas vezes não são entregues, dependendo se um governo ou município pertence ao partido oficial".

A respeito dessa experiência, há dois anos, em 1990, o semanário mexicano *Proceso* já escrevia: "Quando surgiu como carro-chefe do atual governo para combater a miséria, o Pronasol era sinônimo de esperança para os pobres. Agora, em muitos casos, significa corrupção e ineficácia." ■



ONU

A população africana teve um crescimento de 5% em 1992, enquanto o Produto Nacional Bruto aumentou apenas 1,9%

# A necessidade de integração

*Técnicos e políticos defendem a integração econômica como uma das poucas saídas possíveis para a profunda crise que paralisa o continente*

Fawzi José Hassan

**A**seca, a recessão nos países industrializados, o pagamento dos serviços da dívida externa e a instabilidade política agravada pelo impacto no continente da queda do Muro de Berlim são as causas do baixo crescimento econômico apresentado pela África nos últimos dois anos.

Esse é, pelo menos, o diagnóstico do Banco de Desenvolvimento Africano (BDA), em seu recente relatório sobre desempenho econômico regional em 1992.

A população africana cresceu em 1992 cinco por cento ao ano, enquanto

o Produto Nacional Bruto (PNB) aumentou apenas 1,9%, razão pela qual o continente experimenta pelo segundo ano consecutivo uma queda em sua receita per capita.

O banco tem enfatizado a necessidade de se tomar medidas para eliminar a diferença entre o fluxo de recursos líquidos anuais de 23 bilhões de dólares e a meta de 60 bilhões. Sem isso, a região não poderá alcançar o nível de crescimento desejável, que é de no mínimo cinco por cento ao ano.

Apesar de terem contribuído para a estabilidade macroeconômica do continente, os programas de ajuste estrutural são um fracasso reconhecido pelos próprios técnicos do banco. A esses pro-

gramas se atribui a responsabilidade pela visão de curto prazo dos governos, que levou as nações africanas a perderem de vista o objetivo mais permanente de alcançar um desenvolvimento socialmente justo e harmônico em termos ambientais.

**Integração** – O BDA, formado por 51 países africanos e 25 membros não-africanos, defende para o restante da década a integração econômica regional como única saída para superar a dramática situação atual. Os Estados africanos, que detêm dois terços das ações da entidade, encontram resistência para algumas de suas teses por parte dos membros que não pertencem ao continente, liderados pela Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos.

Esse grupo insiste em que não se devem conceder novos empréstimos a países mais pobres, que têm uma dívida com o banco de aproximadamente 360 milhões de dólares. Para os funcionários mais graduados do BDA, a recuperação dos pagamentos em atraso não deve ser a prioridade neste momento, e sim a definição de formas de ajuda aos setores mais empobrecidos do continente, que têm sofrido mais intensamente as consequências dos planos de ajuste.

Ansell London, o diretor do grupo que elabora os relatórios anuais do BDA, assinala que o desejo da direção é

dar uma ajuda maior aos países que têm dificuldades com sua dívida externa e necessitam aliviar seus níveis de pobreza. Mas recorda que a liberação do pagamento da dívida não é tudo, porque ainda há pobreza e se necessita de dinheiro para investimentos.

Por outro lado, os analistas consideram que os níveis de poupança – que na África são de 15% – são muito baixos para sustentar investimentos adequados. No continente asiático, essas taxas chegam a 30 e 40%.

A África deve às entidades e países doadores cerca de 300 bilhões de dólares. Em 1987, o banco propôs uma liberação do pagamento da dívida de acordo com as necessidades específicas de desenvolvimento de cada país. Naquele momento a iniciativa caiu no vazio, mas os especialistas da instituição acham que não foi em vão. Muitos doadores internacionais agora começam a ver a importância daquela proposta, pois comprovam a gravidade da situação das economias africanas nesse período.

O continente tem visto poucos benefícios na aparente passagem para a democracia (ao lado, eleições na Zâmbia)



**O caso da África Austral** – A ideia da integração econômica não passa sómente pela cabeça dos técnicos do Banco Africano de Desenvolvimento. Em 1992, os dez chefes de estado dos países membros do Comitê de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (conhecido por sua sigla em inglês,

SADCC) firmaram o tratado da criação da Comunidade de Desenvolvimento daquela região.

Aquele documento – assinado por Angola, Botsuana, Lesoto, Malaui, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue – estabelece a importância da integração para superar os problemas sociais e econômicos da área. Esse grupo de países, que possuem 70 milhões de habitantes, contribui com 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) da África.

A iniciativa era uma consequência previsível e inevitável da Declaração de Lusaka, que em 1980 deu origem ao Comitê. O novo documento defende o aprofundamento da cooperação econômica e da integração e coloca a meta de unificar os sistemas econômicos, políticos e sociais para aumentar a competitividade, aprofundar a democracia e assegurar o respeito à lei e a proteção aos direitos humanos.

Junto com a declaração e o tratado, os dirigentes também assinaram um protocolo que deu à comunidade – com sede em Gaberone, Botsuana – sua condição legal perante o mundo. Todos os chefes de estado manifestaram interesse na incorporação da África do Sul à comunidade quando o processo de eliminação do apartheid estiver concluído. “A incorporação da África do Sul quando for livre e democrática permitirá que a África Austral seja um gigante econômico”, afirmou Cyril Ramaphosa, o secretário geral do Congresso Nacional Africano (CNA), o principal grupo antirracista da África do Sul.

## Um balanço negativo

Nos últimos dois anos, os governos ditatoriais e de partido único foram praticamente varridos do continente africano, mas isso não significa que a verdadeira democracia tenha sido implantada nem que a população tenha recebido os benefícios que se esperavam.

Apesar de a onda multipartidista ter abalado, em diferentes níveis, as outrora sólidas ditaduras, em poucos casos os regimes autoritários deram lugar a democracias participativas. Às vezes, como no caso do Zaire, o pluripartidarismo tem servido para enco-

brir a perpetuação de abusos aos direitos humanos e a corrupção restrita.

Nos casos em que houve mudanças reais de líderes, em geral, os novos governos não estão podendo cumprir suas promessas eleitorais. A consequência tem sido crises políticas que dificultam a consolidação democrática.

O Mali foi um dos poucos casos em que se deu uma autêntica transição à democracia. Mas em meio ao clamor dos estudantes empobrecidos e das demandas separatistas, o governo democrático se

viu forçado a renunciar em abril.

Atualmente, o Malaui e o Sudão são os únicos países com regimes abertamente de partido único que se mantêm na África.

Em suma, o continente tem visto poucos benefícios nessa aparente passagem para a democracia. Mais da metade dos países africanos implementou drásticos programas de ajuste estrutural ditados pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e comprovaram que seus povos continuam nas mesmas condições de pobreza.

# A hora de dar nome aos bois

*Pressionado para criar uma comissão que investigue os crimes políticos, como se fez em El Salvador, Pretória decide antes decretar uma anistia geral para as autoridades do governo*



Mandela joga flores no túmulo de Hani

**Clive Leeman**

O assassinato do ativista anti-apartheid Chris Hani, em abril passado, marca o ponto alto da consagrada política de dar "carta branca" para os assassinos de líderes políticos na África do Sul. Nesse ambiente de "abertura de temporada", muitos temem que o próprio Nelson Mandela se torne alvo de um assassinato.

Em vez de tentar dar um basta aos

atentados, o presidente da África do Sul, Frederick de Klerk, impôs uma anistia para todas as autoridades governamentais – antes mesmo de iniciar qualquer investigação judicial –, o que abre caminho para que os assassinos continuem matando. Nisso, o governo da África do Sul foi mais longe que o de El Salvador, que recentemente perdoou os seus assassinos oficiais, mas apenas depois de uma comissão da ONU ter revelado os seus nomes e crimes.

Apesar disso, a maioria dos opositores do regime não está incentivando a retaliação. O que querem é uma comissão da ONU semelhante à de El Salvador. Acima de tudo, querem o fim do silêncio, uma prestação de contas formal dos crimes cometidos e o nome dos criminosos. "Em nome daqueles que foram vítimas desses assassinatos e também em nome dos sobreviventes, há a necessidade de que se conheçam os culpados", diz Joe Slovo, líder do Partido Comunista da África do Sul cuja esposa, Ruth First, foi assassinada em agosto de 1982, em Moçambique – onde vivia exilada – ao receber uma carta-bomba.

"Se um julgamento como o de Nuremberg não consta da agenda, ao menos que a verdade seja revelada", afirma Slovo. "O aspecto que não convence na suposta conversão do presidente De Klerk à democracia, é que ele se recusa a confessar a sua própria cumplicidade na tortura, prisão e assassinato de centenas de ativistas políticos por esquadrões da morte."

Hoje, ao se sentar à mesa de nego-

ciações, Slovo freqüentemente se pergunta qual das autoridades à sua frente deu a ordem de executar a sua esposa.

**Permissão para matar** – Na prática, continuam os crimes políticos, cometidos por pessoas que obviamente sabem que têm carta branca para matar. Em maio passado, o ex-assistente do general Christoffel van der Westhuizen, chefe do Serviço de Inteligência Militar, capitão Pamela du Randt, e um cúmplice, foram presos em Londres tentando assassinar o capitão Dirk Coetzee, um comandante de esquadrão da morte que confessou os seus crimes em 1989.

Em agosto passado, Andre de Villiers, um jovem fazendeiro afrikaner, foi morto por ter informações que implicavam o general Van der Westhuizen no assassinato do ativista Matthew Goniwe, ocorrido em 1985. Em novembro, Reggie Hadebe, popular líder do Congresso Nacional Africano (CNA), foi assassinado. Em meados de dezembro, Noni Vilakazi, proeminente líder sindical foi baleado em Umtata, Transkei, naquilo que um parente classificou como um "assassinato profissional". Em abril, Chris Hani foi morto em frente à sua própria casa.

Por outro lado, o CNA recentemente informou que deteve e torturou dissidentes durante os seus anos de exílio. Seu presidente, Nelson Mandela, disse que assume "completa responsabilidade coletiva" por essas ações, chamando-as de "indesculpáveis". O CNA divulgou um documento em que dizia que "nenhuma pessoa culpada de cometer atrocidades deve voltar a assumir uma posição de poder", e recomendava o pagamento de indenização às vítimas.

O governo da África do Sul, entretanto, não quer confissões e nem julgamentos. Quer uma *amnésia geral* e não apenas uma anistia. Anistia – da palavra grega *amnestos*, "não lembrar" – implica a decisão deliberada de pôr o passado de lado e começar tudo da estaca zero. *Amnesia* quer dizer "esquecimento" em grego. A anistia varre o passado, deixando em seu lugar o vazio da falta de objetivos.

Clive Leeman, sul-africano, é professor no Moorpark College em Ojai, Califórnia

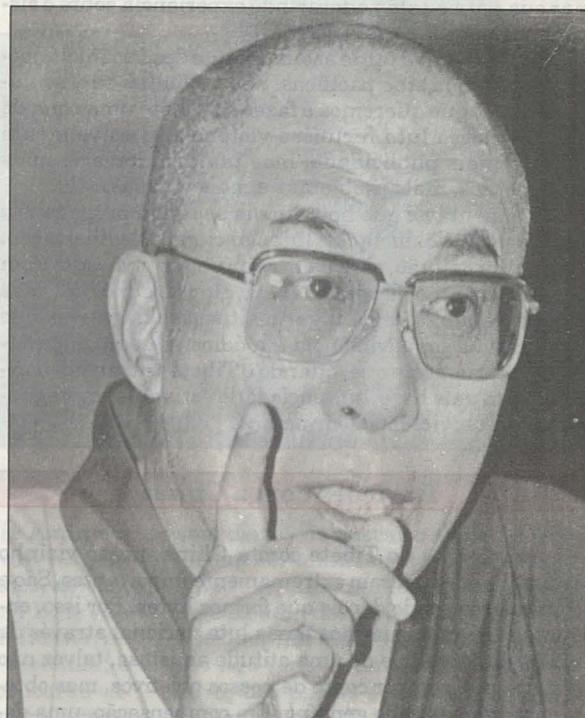
# Um futuro de liberdade

*A resistência pacífica do povo tibetano e as futuras relações com a China, na eventualidade de que conquistem a independência, são analisadas pelo seu líder, o Dalai Lama*

*Na Conferência Internacional sobre Direitos Humanos que se realizou no mês passado em Viena, Áustria, o Dalai Lama se converteu na personalidade mais festejada. Foi impedido de falar no plenário por uma manobra do governo de Beijing (ex-Pequim), que conseguiu eliminar o nome do líder do povo tibetano da lista de convidados oficiais da ONU – na qual figurava o monge budista junto a outros ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, como o argentino Adolfo Pérez Esquivel, a líder guatemalteca Rigoberta Menchú e o ex-presidente costarriquenho Oscar Arias.*

*Mas Tenzin Gyatso, o Dalai Lama, acabou vencendo a batalha: pronunciou um ovacionado discurso às margens do rio Danúbio, em um palanque improvisado pela Anistia Internacional, e recebeu autorização para realizar uma rápida visita ao Centro de Convenções, local da conferência, onde também foi muito aplaudido.*

*Este artigo, escrito em fins de maio na Índia, pouco antes de sua viagem à Áustria, mostra as apreensões do Dalai Lama com relação ao futuro do Tibete, mas também sua confiança em que a próxima década será decisiva para que seu povo alcance a liberdade à qual nunca renunciou.*



O Dalai Lama, líder espiritual do Tibete

**S**into-me profundamente angustiado pelos recentes acontecimentos no Tibete. A detenção de vários compatriotas pouco antes da visita de uma delegação de diplomatas da Comunidade Européia (CE) e a repressão levada a cabo em Lhasa (a capital) em 24 de maio contra manifestantes, muitos dos quais foram presos, revelam a crescente deterioração da situação no país.

Tal como têm documentado diversas organizações de defesa dos direitos humanos, como por exemplo Anistia Internacional e Asia Watch, as autoridades chinesas são conhecidas pelo tratamento severo que dão aos tibetanos presos por terem expressado suas opiniões políticas.

Desde 1979, quando meu emissário se reuniu pela primeira vez com o líder chinês Deng Xiaoping em Beijing, tenho feito todos os esforços para facilitar o diálogo

honesto que leve a uma solução pacífica para o problema do Tibete. Mas parece que o governo chinês adotou uma linha inflexível, pois coloca muitas condições antes de sentar-se para negociar.

## Metas pacíficas

Atualmente os chineses estão explorando de forma intensa os recursos naturais de nosso país, sem nenhuma consideração com o povo tibetano. Toda área onde se encontram importantes jazidas minerais é imediatamente declarada de acesso proibido a todos os tibetanos, incluindo os funcionários locais, e às vezes até os civis chineses.

A isso deve acrescentar-se o desmatamento e a transferência em massa da população chinesa da etnia

*han* para o Tibete. O número de chineses residentes no nosso território aumenta mês a mês. Em Lhasa e nos seus arredores, só uma pequena parcela das lojas e restaurantes é de propriedade de tibetanos; a maioria pertence a chineses.

Apesar disso, nosso povo – que viveu oprimido e sem direitos nos últimos 40 anos – continua lutando com grande espírito a fim de obter a liberdade e a independência. Enquanto isso, no exílio, tanto o governo quanto a população tibetana que tiveram que abandonar sua pátria estão adquirindo experiência sobre o sistema democrático de governo.

É muito importante assinalar que desde o início nossas metas têm sido pacíficas, não-violentas e não-militaristas. O que queremos é fazer do Tibete uma zona de paz. Se nossa luta incluísse violência, possivelmente obteria mais publicidade, mas também haveria mais sofrimentos, mais problemas e mais vítimas.

É lamentável que hoje em dia se tenha propagado o emprego da violência nas lutas nacionais de libertação. Na minha opinião, esse é um caminho equivocado. Com a violência se poderão alcançar alguns objetivos, mas freqüentemente se dá lugar a situações negativas que conduzem a mais violência e a ódios em etapas posteriores. Seria triste que, quando o Tibete se transformasse em um país livre, sua sociedade estivesse impregnada de ódios, violência e injustiça.

### Relações com a China

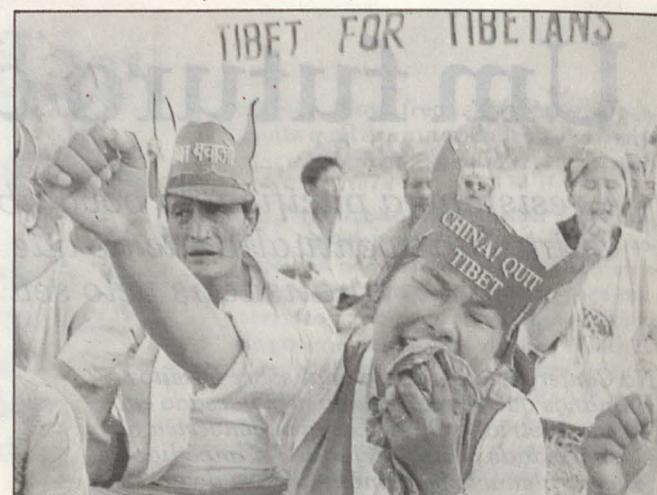
As relações do Tibete com a China, nosso vizinho oriental, sempre foram extremamente importantes. São e continuarão sendo depois que formos livres. Por isso, enquanto nós continuarmos nossa luta nacional através da razão, do respeito e de uma atitude amistosa, talvez não alcancemos cem por cento de nossos objetivos, mas obtaremos um resultado genuíno. Em compensação, uma declaração de independência seria de pouca utilidade se estivéssemos cercados por um vizinho hostil.

Recentemente foram realizadas várias conferências internacionais para discutir não só a violação dos direitos humanos no Tibete, como também a sua situação legal e o direito à autodeterminação de seu povo.

Diversos governos e parlamentos também enviam delegações a fim de observar *in situ* a atual situação e depois adotaram resoluções nas quais expressavam sua preocupação pelas contínuas violações aos direitos humanos que ali se cometem. Também exortaram a urgente realização de negociações diretas entre chineses e tibetanos.

Em face do governo chinês não se preocupar com a justiça e a verdade, a pressão da opinião pública mundial – não só a ocidental como também a de nossos vizinhos mais próximos, como a Índia – é especialmente importante.

A China necessita de mudanças e o próprio povo se dá conta disso, especialmente os mais instruídos e os intelectuais. Sempre acreditei que nenhum problema se re-



Refugiados tibetanos em Nova Déli exigem a retirada da China e a independência de seu país

sulta pela força. As reiteradas manifestações de protesto no Tibete são o sintoma de um problema e, portanto, é importante identificar e abordar a causa fundamental.

Com essa convicção tenho me empenhado ao longo de quatro décadas, em particular nos últimos 14 anos, em encontrar uma solução pacífica. Na minha declaração de março de 1969, ao cumprir-se o décimo aniversário do levante nacional tibetano, afirmei que o dia em que os tibetanos forem donos de seu próprio destino deverão decidir que tipo de sistema político preferem estabelecer em seu país.

De fato, assinalei que a vontade do povo é a que no final das contas determinaria o futuro do Tibete. Seria particularmente influente, acrescentei, a opinião das gerações jovens.

Como sempre tenho dito, o Tibete pertence aos tibetanos, especialmente àqueles que permanecem no país. Sendo assim, no futuro sistema democrático do Tibete, aqueles que continuarem vivendo em seu território deverão assumir as principais responsabilidades de governo.

### Progressos democráticos

Apesar de nossas limitações, temos feito significativos progressos na prática democrática. Vejo o futuro com otimismo e sinto-me comprometido com a idéia de que a autêntica democracia prevalecerá, finalmente, em um Tibete livre. Já declarei publicamente que, no futuro, não terei nenhum cargo oficial no governo do Tibete livre. Tomei essa decisão a fim de facilitar o desenvolvimento de uma democracia saudável.

Confio em que em um prazo entre cinco e dez anos se realizem as mudanças que esperamos e que sejam cumpridas as justas aspirações do povo tibetano.

\* Tenzin Gyatso, de 59 anos, monge e doutor em filosofia budista, o XIV Dalai Lama (reencarnação de Deus), é o líder espiritual e político do povo tibetano. Vive no exílio em Dharamsala, uma cidade da Índia, onde os tibetanos construíram uma comunidade espiritual em 1959, depois de abandonar o Tibete, após a ocupação chinesa. O Dalai Lama recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1989.

# Os intelectuais e a globalização

*Cientistas, artistas e pensadores se reúnem no Egito para repensar o mundo pós-Guerra Fria*

Theotonio dos Santos\*

**O**fim da Guerra Fria provocou um impacto paralizador em muitos setores da intelectualidade. Em outros, funcionou como um estímulo para novos avanços, na busca de uma nova humanidade para a qual a eliminação da ameaça do holocausto nuclear permite pensar e organizar um mundo mais racional e justo.

Foi este impulso que levou um grande número de intelectuais, cientistas naturais e sociais, artistas e pensadores de todo o mundo a organizar no Egito uma Conferência Internacional sobre a Criatividade e a Dinâmica Global, cuja reunião preparatória ocorreu em fevereiro passado no Cairo.

Sob a presidência de Alain Touraine e com a participação de Jean Daniel, do periódico *Nouvelle Observateur* e do famoso escritor turco Aziz Nesin, que deu origem a esta iniciativa, discutiram-se as perspectivas de uma globalização da economia, da comunicação e da cultura que não inviabilizasse a diversidade de civilizações e a manifestação da liberdade individual e que não fosse a imposição de uma ordem mundial dos ricos sobre os pobres e dos poderosos sobre os oprimidos.

O texto do famoso filólogo norte-americano Noam Chomsky sobre "Velhas e Novas Ordens Mundiais", que deu seqüência ao debate, fez uma feroz crítica à política externa norte-americana e à tentativa de estabelecer uma *pax americana* sobre os mortos pelos foguetes de precisão norte-americanos.

O debate se fez cada vez mais interessante com a participação dos famosos escritores sul-africanos Mike Van Graan e Andre Brink; do escritor Mohamed Hasanein Heikal e vários outros intelectuais do Egito, entre os



Egito: sede do encontro onde se fez uma reflexão sobre o destino da Humanidade

quais o economista Samir Amin e o Prêmio Nobel de Literatura Naguib Mahfouz; de Edwin Thumboo, de Cingapura; de Evgeni Sidorov, Egor Radov e Leonid Medvedko da Rússia; de Talal Abou-Ghazalah, da Jordânia; e de Jean Lapouge, Jean Lacouture e vários escritores franceses, entre outros.

**A importância da educação** — O encerramento se realizou com os relatórios das duas mesas redondas organizadas para definir as conclusões fundamentais do encontro. Regis Debray apresentou os resultados da mesa redonda sobre "As formas da intolerância e o indivíduo", que refletiu a preocupação com a volta dos conflitos étnicos, assim como o perigo do fundamentalismo, que tanto ameaça o próprio Egito.

A segunda mesa redonda, cujo tema foi "O indivíduo, as mudanças internacionais, riqueza e pobreza", colocou ênfase na necessidade de elaborar novas políticas de desenvolvimento que levem em consideração a importância da educação e as iniciativas dos agentes econômicos não-estatais, sem abandonar, contudo, o planejamento e

sem deixar de buscar o apoio internacional. Foi enfatizada também a necessidade de uma mudança dos padrões de consumo dos países desenvolvidos apoiados nas matérias-primas e recursos não-renováveis extraídos a baixo custo dos países subdesenvolvidos e dependentes.

Criou-se, em seguida, um secretariado permanente da Conferência, ao qual fui integrado para representar a América Latina, sempre afastada da realidade africana e asiática. Lofti El Khouly foi eleito secretário geral desta nova instância de debate mundial que escapa dos limites dos centros europeus, norte-americanos e japoneses, apesar de que a reunião foi precedida de um grande simpósio em Paris, organizado pela revista *Correio da Unesco*.

\* O professor Theotonio dos Santos foi o único latino-americano presente na reunião convocada pela Associação de Escritores Afro-Ásaticos, realizada no Egito em fevereiro de 1993. Os escritores Jorge Amado e Mario Vargas Llosa foram os outros latino-americanos convidados que não puderam comparecer. Ele apresentou a tese sobre "A transição para uma civilização planetária", que foi colocada como documento da sessão de abertura da Conferência

# As rádios na mira da ditadura



*Simpatizantes do presidente deposto Jean-Bertrand Aristide protestam contra o regime militar durante reunião da OEA em Washington*

*Encastelada no poder há quase dois anos, a junta militar censura e fecha meios de comunicação independentes, sobretudo as rádios, o veículo de maior difusão em um país de analfabetos*

**Juliana Iotty**

O dia 8 de junho, meios de comunicação de todo o continente abriram espaço para uma notícia que fez renascer as esperanças dos haitianos em relação ao retorno ao poder do presidente Jean Bertrand Aristide, deposto em setembro de 1991. A informação, rapidamente divulgada pelas agências de notícias, dava conta da renúncia do primeiro-ministro haitiano, Marc Bazin, que ocupava o cargo desde junho de 1992, graças a um acordo entre os militares golpistas e os políticos que resistem à volta de Aristide ao poder.

A reviravolta no panorama político levou o presidente Aristide a prognosticar um breve retorno ao país. Em poucos minutos, suas declarações circulavam no mundo. No entanto, essa informação – de valor inestimável para seus correligionários e para os milhares de haitianos que aguardam seu regresso como uma última chance de retornar à normalidade democrática – provavelmente não chegará pelas vias legais ao Haiti.

Dentre as inúmeras violações aos direitos humanos cometidas no país durante as décadas de ditadura dos Duvalier e mesmo após sua queda, uma das mais constantes foi a censura e a privação da liberdade de expressão.

Segundo Jean Hector Anacasis e Sauveur Pierre Etienne, do Centro de Pesquisa e Formação Econômica e Social para o Desenvolvimento (Cresfed) – uma das poucas organizações independentes que conseguiu se manter funcionando após o golpe de 1991 –, durante o breve governo de Aristide a imprensa era livre, sendo permitida a organização de jornalistas em sindicatos e entidades afins. Exemplo desta liberdade, assinalam, era a tolerância do então presidente para com órgãos da imprensa que se opunham ao seu governo, como o jornal *Haiti Observateur*.

"Havia alguns jornalistas que não eram favoráveis a Aristide e expressavam sua oposição sem serem censurados. Isso é liberdade de imprensa", enfatiza Sauveur Pierre.

Atualmente, a imprensa se encontra sob o controle quase total do governo. A perseguição, prisão e até execução de jornalistas voltaram a se tornar uma macabra rotina. "Todas as vezes em que os militares tomaram o poder, desde a época de Jean Claude Duvalier, eles ocuparam as estações de rádio e fecharam os jornais, impedindo que o povo fosse informado", lembra Jean Hector.

**Rádio e resistência** – Dentro do atual panorama do Haiti, talvez tenham sido as estações de rádio as mais afetadas pelo cerceamento da liberdade de expressão. Como exemplo, Jean Hector cita as rádios independentes

Haiti Étaire e Radio Antilles, que lutaram durante anos contra a ditadura dos Duvalier e cujos jornalistas e diretores tiveram que partir para o exílio quando as estações foram fechadas pelos militares.

A explicação para esta perseguição, segundo Sauveur Pierre, é a comunicação direta que as rádios estabelecem com a maioria dos haitianos, que além de analfabeto, não fala ou comprehende o francês, língua utilizada pela maioria dos jornais ainda editados no país. "No Haiti fala-se o créole<sup>1</sup> e o francês, sendo que o primeiro é usado pela maioria do povo haitiano e o francês somente pela minoria que pôde freqüentar uma escola. Geralmente as rádios utilizavam o créole, o que permitia que as pessoas participassem da comunicação."

Para os dois pesquisadores, o trabalho realizado nas rádios tem uma função "libertadora", pois estas conseguem estabelecer uma grande comunicação com a população, além de divulgar informações sobre o real estado do país.

"Rádios como a *Haiti Étaire*, a *Cacique* e a *Antilles* difundiam mensagens incentivando o povo haitiano a lutar pela restauração da democracia, e os golpistas jamais as aceitaram", diz Sauveur Pierre. Segundo ele, além da perseguição às rádios independentes do Haiti, os militares lograram também destruir o perfil ideológico de alguns destes meios de comunicação. É o exemplo da *Radio Soleil*, uma estação que começou a funcionar em meados de 1977.

Sob a direção de membros da Igreja católica haitiana, a *Radio Soleil* participou da luta em prol da democracia até a queda da ditadura dos Duvalier em 1986. Entretanto, após o fim do regime duvalierista, alguns bispos iniciaram uma campanha contra os setores progressistas da sociedade civil, utilizando como meio a *Radio Soleil*. "Representantes da Igreja incitavam a população a lutar contra o comunismo, transformando a rádio em um meio de comunicação reacionário e comprometido com os militares. Prova disso foi o apoio que esta deu aos golpistas em 1991", critica Jean Hector.

Atualmente, prossegue o pesquisador, funcionam apenas a *Radio Soleil* e a *Radio National*, controlada pelo governo militar, mas ele acredita que haverá negociações com a ONU e a OEA para a reabertura das demais estações.

**A mídia haitiana** – Se a situação das rádios haitianas é desoladora, a dos jornais não é muito melhor. Editados em francês, o que os faz carecer de representatividade em um país onde a maioria fala o créole, os jornais têm sua existência praticamente ignorada em todo o país.

Atualmente existem dois jornais privados de tiragem média, *Le Nouveliste*, com cerca de quatro mil exemplares diários, e *Le Matin*, que edita cinco mil exemplares. Se-



As rádios têm jogado um papel fundamental na luta contra a ditadura (acima: numa rua da capital, lê-se após a eleição de Aristide: "Rumo a uma nova página da história")

gundo conta Sauveur Pierre, estes periódicos publicam apenas matérias favoráveis ao governo militar para evitar seu fechamento.

Para garantir espaço no débil cenário da comunicação haitiana, os militares também publicam seus próprios periódicos, entre eles o jornal oficial *L'Union*, com cerca de dez mil exemplares diários – a maior tiragem do país –, e controlam ainda as transmissões da única rede de TV, a *Television National*.

Para Jean Hector, estes dois instrumentos da mídia do governo haitiano não podem ser considerados exatamente como "meios de comunicação". Na sua opinião, não passam de órgãos de propaganda onde se cita o número de pessoas presas e massacradas pelas forças policiais na luta contra a ditadura. "Deve ser levado em consideração que aqueles que editam estes meios são verdadeiros bandidos, e não jornalistas", protesta.

No que se refere à TV, entretanto, o quadro é ainda mais grave. Apenas a classe média haitiana, que vive nas cidades, tem condições de comprar aparelhos de TV. No campo, onde vivem 80% da população, a eletricidade chega, ocasionalmente, apenas aos bairros mais próximos dos centros urbanos. Além disso, o poder aquisitivo da maior parte da população é muito baixo, o que impossibilita quase que totalmente a aquisição de aparelhos de TV pelos haitianos pobres.

Segundo Sauveur Pierre, em um país onde a violação dos direitos humanos é rotina, sendo freqüentes as prisões, assassinatos e deportações, a censura aos meios de comunicação poderia ser considerada até mesmo como um mal menor.

Mas os pesquisadores ressaltam que, na luta para o retorno de Aristide, os meios de comunicação certamente têm um papel crucial a desempenhar. Segundo eles, só através da livre divulgação de informações é que se pode conscientizar a população da situação do país. "Pode nos custar caro, mas estamos determinados a lutar pela democratização até o fim", afirma Jean Hector.

E nesta luta, os meios de comunicação – com sua liberdade de expressão garantida – podem ser uma arma bastante poderosa.

<sup>1</sup> Língua resultante da mistura do francês, espanhol, inglês, português e holandês

# Um drama para milhões de pessoas



*Mulheres bósnias fogem da guerra: um drama comum a milhões de refugiados*

*O mundo tem 190 Estados e três mil grandes etnias; sem uma revitalização do direito de asilo não será possível proteger os perseguidos*

Sadako Ogata\*

**O** Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) acaba de comemorar o fechamento formal do último acampamento de refugiados cambojanos na Tailândia. Foi um dia feliz e um bem-vindo respiro em nossa agenda diária de guerras, perseguições, violações dos direitos humanos, tragédias e morte.

Para o Acnur, 30 de março último foi um dia de alegria e esperança. De alegria, ao ver refugiados voltando a suas casas, a seu próprio país, a reunir-se com seus familiares e amigos. De esperança, porque depois de 18

anos o problema dos refugiados indochineses estava finalmente em vias de ser resolvido.

O fechamento do Acampamento 2, efetuado um ano depois do dia em que começamos o programa de repatriamento voluntário para cerca de 375.000 refugiados cambojanos, é um marco importante na história do Acnur.

Através dos anos, a comunidade internacional trabalhou junto com o governo tailandês para dar assistência a mais de 700.000 refugiados cambojanos. Como muitos outros refugiados pelo mundo afora, os cambojanos nunca abandonaram a esperança de retornar a suas casas e à sua pátria. Estavam decididos a conseguir que seus

filhos – nascidos no exílio e convencidos de que “o arroz vem dos caminhões” e não dos arrozais – voltassem algum dia para casa.

Apesar desse progresso, o Acnur tem plena consciência dos problemas que estão enfrentando os que voltaram ao Camboja. Está preocupado com as contínuas e persistentes violações ao cessar-fogo e por sua real possibilidade de proteger os que retornaram nas atuais situações de insegurança e de instabilidade política. O organismo preocupa-se, além disso, com os campos minados espalhados por todo o Camboja e com as carências em matéria de água potável, clínicas médicas e escolas.

Mas, apesar dessas preocupações, o repatriamento de refugiados cambojanos tem sido uma das poucas luzes no fim do túnel de um mundo no qual o fenômeno do deslocamento forçado adquiriu dimensões dolorosas.

**Consequências do ódio** – Quando se criou o Acnur em 1951, havia menos de 2 milhões de refugiados em todo o mundo. Atualmente, o total supera os 18,5 milhões e outros 20 milhões de homens, mulheres e crianças foram obrigados a se deslocar dentro de seus próprios países.

Como a população mundial é atualmente de 5 bilhões e 200 milhões, chega-se à conclusão de que uma em cada 135 pessoas já se viu obrigada a abandonar sua região.

A exacerbção do ódio racial, que provoca violentos conflitos e violações dos direitos humanos – sobretudo nas nações que, com muita dificuldade, buscam definir-se depois do fim da Guerra Fria – é a principal causa do fluxo de refugiados. De fato, as tensões interétnicas estão se transformando no denominador comum dos problemas das emigrações forçadas em todo a Europa. A

## REFUGIADOS

falta de respeito pelos direitos dos grupos minoritários engendra a insegurança e o medo, que por sua vez alimentam aquelas tensões.

Isto tem ficado claro na crise da ex-Iugoslávia, onde mais de três milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas para fugir da guerra, da destruição maciça, dos assassinatos, da tortura, das violações e perseguições.

Na Bósnia-Herzegovina cerca de 2,3 milhões de pessoas dependem da assistência internacional para poder sobreviver. Muitas delas são vítimas da abominável prática conhecida com o nome de *limpeza étnica*. Mais para o Leste, as tensões étnicas estão por trás da crítica situação no Tadjiquistão, uma das mais pobres de todas as ex-repúblicas da União Soviética. Calcula-se que 10% da população foram deslocados de suas casas e que muitas outras continuam fugindo dos combates nas regiões do sul e do leste do país.

Até o momento, cerca de 60 mil tadjiquistaneses cruzaram a fronteira com o Afeganistão, onde o Acnur montou, em condições extremamente difíceis, uma operação de emergência para ajudá-los.

Nas caóticas regiões do sul da ex-União Soviética, o Acnur está tentando em muitos lugares dar assistência aos mais necessitados entre centenas de milhares de refugiados e deslocados, entre eles os originados pelo conflito iniciado cinco anos antes entre Armênia e Azerbijão por causa da região de Nagorno-Karabakh. Este conflito também tem suas raízes em velhas rivalidades étnicas.

**Progressos na África** – Por outra parte, na África se desenvolve um mosaico de complexas crises de difícil solução, que requerem enfoques flexíveis e inovadores.

Por exemplo, as rivalidades entre os clãs têm levado a Somália à desintegração, à desordem, ao colapso das autoridades e ao caos. Como resultado disso, o Acnur teve que voltar sua atenção para cerca de um milhão de somalianos refugiados nos países vizinhos.

De qualquer forma, apesar da magnitude da crise no Chifre da

África, tem havido alguns progressos. Por exemplo, nos reconfiam os resultados de nossa operação preventiva na fronteira do Quênia com o sul da Somália, onde, com nossa participação direta, estão em curso diversas ações de auxílio à população.

Por outro lado, cerca de 44 mil refugiados retornaram recentemente à Etiópia, vindos do Quênia, e em fevereiro último se firmou um acordo para o repatriamento de outros 50 mil refugiados etíopes do Sudão.

Também estão em marcha – com a intervenção do Acnur – negociações com as autoridades da Eritréia para o repatriamento de 500 mil refugiados eritreus atualmente no Sudão.

Na África Austral, a consolidação do processo de paz em Moçambique, depois do acordo de outubro de 1992, abriu caminho para o repatriamento de 1,6 milhão de refugiados dos países vizinhos.

Em Moçambique, como em muitas outras partes da África, o êxito dos acordos de paz será determinado pela boa vontade e a capacidade da comunidade internacional para negociar e conseguir

soluções de longo prazo para os problemas dos deslocados dentro do próprio país, dos soldados desmobilizados e das vítimas da seca, assim como dos refugiados que voltam de países vizinhos. Para isso, será necessário realizar um longo processo de estabilização e reabilitação política e econômica.

Mas enquanto em algumas partes da África – assim como em outros continentes – estão sendo conseguidos resultados positivos e alentadores, em outras surgem novas crises. Um trágico exemplo disso são os confrontos de janeiro último em Lomé, capital de Togo, que provocaram um êxodo de 288 mil togoleiros para países vizinhos (168 mil estão em Benin e 120 mil em Gana).

Algo semelhante está ocorrendo na Ásia. Ao mesmo tempo em que os refugiados cambojanos voltam a suas casas, se produz a inquietante repressão de Myanmar (ex-Birmânia), que causou a fuga de um milhão de pessoas de uma das etnias do país para Bangladesh. Infelizmente, até agora não tiveram êxito os esforços do Acnur para que esses refugiados pudessem voltar a suas áreas de origem.

No Afeganistão, mais de 1,5 milhão de refugiados voltaram o ano passado do Paquistão e Irã, mas as lutas entre as diferentes facções afgãs têm provocado novos movimentos de massas. A desordem geral que agora acontece ali talvez seja só a ponta de um iceberg se não forem encontradas soluções para aliviar as tensões étnicas.

Há atualmente no mundo cerca de 190 Estados para mais de três mil etnias. O que aconteceria se todos esses povos decidissem se organizar e delimitar suas próprias zonas étnicamente puras?

Por isso, é essencial que defendamos o direito de asilo para todos aqueles que se virem obrigados a fugir. Em um mundo onde as tensões étnicas, as perseguições, as violações maciças dos direitos humanos e os conflitos armados são problemas de todos os dias, a proteção por meio do asilo é indispensável para nosso trabalho humanitário.



"Quero voltar para casa", diz a menina de Sarajevo

\* Sadako Ogata é a responsável pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur)

# Um drama para Espaço une Brasil e China

*Três anos depois de assinado, Brasil e China tratam de retomar o acordo de cooperação espacial*

**José Monserrat Filho\***

**P**arece se intensificar o esforço bilateral pela retomada do acordo espacial Brasil-China, firmado em 1988, para a construção conjunta de dois satélites de sensoriamento remoto, destinados a disputar competitivamente o promissor mercado de imagens, sobretudo entre os países do Terceiro Mundo. O acordo, saudado à época como exemplo de cooperação Sul-Sul em área de tecnologia de ponta, esteve praticamente paralisado por mais de dois anos.

A paralisação ocorreu, segundo uns, porque o Brasil não dispunha de recursos. Para outros, porém, o que houve foi negligência deliberada, especialmente no governo Collor.

Felizmente, o bom-senso acabou prevalecendo. A retomada do acordo, na prática, teve forte impulso em dezembro passado, quando uma comitiva técnica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) permaneceu três semanas em Pequim, cuidando de restabelecer um clima operativo favorável à execução do programa, e de recompor seus cronogramas. A delegação não voltou a tempo de passar o Natal em casa, mas, em compensação, trouxe boas notícias: a ponte estava reconstruída. Caberia agora ao Brasil demonstrar, com ações efetivas, seu interesse na concretização do acordo.

Revelando nova postura, nem um mês se passara desde o retorno daquela comitiva e o Brasil enviava, em 21 de janeiro, outra comitiva técnica à China, desta feita para tratar da integração e teste do segundo satélite do programa. Os chineses, após demoradas negociações, concordaram em que essa tarefa será efetuada no laboratório do Inpe, em São José dos Campos, desde que o Brasil cumpra certas condições técnicas e financeiras. O trabalho de integrar e testar o segundo satélite nos permitirá considerável avanço no domínio de tecnologia altamente sofisticada.

Da parte chinesa, também há evi-

dências de interesse em reativar o acordo. Em março, inaugurando nova etapa nas relações entre os dois países, chegou ao Brasil o ministro das Relações Exteriores da China. Um de seus principais objetivos era assinar com o governo brasileiro um protocolo suplementar ao acordo de 1988, ampliando-o e procurando garantir sua execução.

O acordo custará US\$ 150 milhões, dos quais 105 cabem à China e 45 ao Brasil. Para cumprir sua parte este ano, o Brasil deve desembolsar entre US\$ 15 e 18 milhões, um terço de seus encargos no acordo. É pouco mais do que estamos pagando (US\$ 14 milhões) pelo lançamento do primeiro satélite brasileiro (SCD-1) pelo foguete Pegasus, da Orbital Sciences Corporation, dos Estados Unidos.

Há, no entanto, um problema sério: tal como o dinheiro para pagar o lançamento do SCD-1, também o do acordo com a China não está previsto no orçamento governamental. Ele terá de ser obtido por empréstimo – como afinal ocorreu com o lançamento do satélite SCD-1 –, por deslocamento de outra rubrica, ou por

qualquer outro meio. Não será fácil encontrá-lo, na escassez de recursos com que se defronta hoje o Estado brasileiro.

Mas, se a dificuldade for transposta e tudo o mais correr bem, o primeiro satélite sino-brasileiro poderá ser lançado em 1995 e o segundo em 1996. Caso contrário, o Brasil sem dúvida perderá excelente oportunidade de introduzir sua indústria e seus centros de pesquisa nos benefícios e desafios da Era Espacial, cujas atividades concentram os mais avançados inventos, criações e descobertas do gênero humano.

É mais uma alternativa histórica que o governo Itamar Franco terá de enfrentar.

*Se todas as dificuldades forem transpostas, o primeiro satélite sino-brasileiro poderá ser lançado em 1995 e o segundo em 1996, introduzindo nossos centros de pesquisa nos benefícios e desafios da Era Espacial*

\*Jornalista, jurista, diretor da revista Ciência Hoje e do Jornal da Ciência Hoje, da SBPC, membro do Instituto Internacional de Direito Espacial da Federação Internacional de Astronáutica



# IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

**Ocupar espaços.**  
**Consolidar parcerias.**  
**perseguir qualidade e**  
**produtividade.**  
**Evoluir. Solidamente.**  
**Conquistar novos mercados.**  
**Valorizar, mais que tudo, o cliente.**  
**Ser um banco contemporâneo.**

**MERCANTIL** 

Banco Mercantil S.A.

**O Banco que dá valor a você.**

**Administração - Sul:**

Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP  
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

**Administração - Sede:**

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE  
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100000



100000

CEM MIL  
CRUZEIROS

A 0001023363 A

50000

CINQUENTA  
MIL CRUZEIROS

PRESIDENTE DO  
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 2458099549 A

10000

DEZ MIL  
CRUZEIROS

VITAL BRAZIL

A 4382087437 A

5000

CINCO MIL  
CRUZEIROS

A 2892009799 A

1000

MIL  
CRUZEIROS

CÂNDIDO RONDON

PRESIDENTE DO  
BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo o que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR  
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

**CONTA FÁCIL**

O QUE ER  
BANERJ FAZ FICO  
MAIS FÁCI